

Projetos de Pesquisa em **Ciências da Linguagem** **2025**

FICHA TÉCNICA

Periodicidade: Anual

Capa: Camila Neiva Meira

Autores:

Camila Neiva Meira, estudante de Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2022-2025.

Filipa Araújo Martins, estudante de Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2022-2025.

Glória Reis de Oliveira, estudante de Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2022-2025.

João Pedro Vieira Soares de Albergaria, estudante de Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2022-2025.

Maria João Freitas Oliveira, estudante de Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2022-2025.

Comissão editorial: Camila Neiva Meira, Filipa Araújo Martins, Glória Reis de Oliveira, João Pedro Vieira Soares de Albergaria e Maria João Freitas Oliveira.

Editores: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Centro de Linguística da Universidade do Porto

Conselho Científico:

Isabel Margarida Ribeiro de Oliveira Duarte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
Centro de Linguística da Universidade do Porto

Maria Alexandra de Araújo Guedes Pinto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
Centro de Linguística da Universidade do Porto

Maria da Purificação Moura Silvano, Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Centro de
Linguística da Universidade do Porto

Duarte Oliveira, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho

Maria Clara Ferreira de Araújo Barros Greenfield, Faculdade de Letras da Universidade do
Porto, Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos.

Eva-Maria Roessler, Universidade do Minho, Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas

Coordenação: Maria Alexandra Guedes Pinto

ISBN: 978-989-9370-00-5

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9370-00-5/pro>

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a
Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00022/2020.

ÍNDICE

Nota Editorial _____ 5

Camila Neiva Meira

“*Chicana Política*” - Análise pragmática-discursiva de uma Moção de Censura
_____ 7

Filipa Araújo Martins

Variação Linguística nos Verbos Abundantes no Português Europeu
_____ 27

Glória Reis de Oliveira

A Reduplicação Fonológica no Aché: Restrição, Forma e Som
_____ 70

João Pedro Vieira Soares de Albergaria

Relações Temporais e Aspetuais em Orações Adverbiais Gerundivas do Português

Europeu _____ 122

Maria João Freitas Oliveira

A aquisição de semântica temporal em Português L2: O caso do Pretérito Perfeito e do Pretérito Imperfeito _____ 157

Nota Editorial

O volume aqui apresentado reúne cinco projetos de investigação desenvolvidos no âmbito da unidade curricular de Projeto de Pesquisa, lecionada no 2.º semestre do 3.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem. Esta unidade curricular tem como objetivo central fomentar, nos estudantes, competências relacionadas com a realização e o apoio à investigação científica, promovendo a sua participação ativa em projetos e equipas de investigação. Simultaneamente, propicia a aplicação prática dos conhecimentos teóricos e metodológicos adquiridos ao longo do ciclo de estudos, consolidando aprendizagens e alargando horizontes críticos e científicos.

Este volume reflete, assim, os resultados de pesquisas conduzidas por estudantes da licenciatura, sob a orientação de docentes da área da Linguística, que abordam temas variados em enquadramentos metodológicos rigorosos, contribuindo para o aprofundamento de problemáticas relevantes nas áreas da linguística teórica, aplicada e descritiva.

No trabalho “Chicana política” – Análise pragmática-discursiva de uma Moção de Censura, Camila Neiva Meira investiga, numa perspetiva pragmático-discursiva, uma Moção de Censura apresentada na Assembleia da República Portuguesa em fevereiro de 2025. A autora analisa aspetos como os atos de fala, as formas de tratamento e o *ethos* discursivo, evidenciando a teatralização e informalidade crescente no debate parlamentar, mesmo num contexto institucionalmente solene, contribuindo para a compreensão do discurso político enquanto performance estratégica.

Em *Variação Linguística nos Verbos Abundantes no Português Europeu*, Filipa Araújo Martins estuda a alternância entre formas participiais regulares e irregulares de verbos abundantes, visando contribuir para a descrição da variação e mudança linguística em português europeu contemporâneo. Através de questionários a 307 informantes e da análise do corpus CETEMPúblico, a autora analisa a distribuição das formas participiais segundo as variáveis internas do verbo abundante e do verbo auxiliar e segundo variáveis externas como a idade, a escolaridade e o grau de formalidade do contexto.

Glória Reis de Oliveira, no projeto *A Reduplicação Fonológica no Aché: Restrição, Forma e Som*, examina o fenómeno da reduplicação na língua Aché, falada no Paraguai, utilizando dados do corpus multimédia DoBeS. A investigação mostra que a reduplicação

fonológica nesta língua, longe de efeitos morfo-sintáticos ou semânticos, obedece a restrições fonológicas específicas e revela padrões atípicos dentro da família Tupi-Guarani, fornecendo dados relevantes para a tipologia linguística e os estudos de contacto linguístico.

Em *Relações Temporais e Aspetuais em Orações Adverbiais Gerundivas do Português Europeu*, João Albergaria estuda as relações temporais e aspetuais em construções com gerúndio composto em português europeu. Através da análise de fatores como posição da oração gerundiva, tempo verbal da oração principal e classes aspetuais, verifica a prevalência de leituras de posterioridade e culminações, oferecendo uma caracterização precisa da sintaxe e semântica destas construções verbais não finitas.

Por fim, no estudo *A aquisição de semântica temporal em Português L2: O caso do Pretérito Perfeito e do Pretérito Imperfeito*, Maria João Freitas Oliveira analisa a forma como falantes não nativos de português europeu interpretam os tempos verbais do passado, em particular o contraste entre o Pretérito Perfeito e o Pretérito Imperfeito. Os resultados, obtidos através de uma tarefa de aceitabilidade aplicada a aprendentes de diferentes línguas maternas, indicam uma boa compreensão dos aspetos semântico-pragmáticos dos pretéritos, e mostram que o tempo de residência em Portugal tem um impacto positivo na aquisição do aspeto verbal.

No seu conjunto, os estudos reunidos neste volume ilustram diferentes abordagens a fenómenos linguísticos relevantes, constituindo, um testemunho do potencial formativo e científico da Licenciatura em Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Maria Alexandra de Araújo Guedes Pinto

Diretora da Licenciatura em Ciências da Linguagem

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Centro de Linguística da Universidade do Porto

“Chicana Política” – Análise Pragmática-Discursiva de uma Moção de Censura

Camila Neiva Meira

Orientado pela Professora Doutora Isabel Margarida Duarte

Resumo

O presente estudo tem como propósito analisar, numa perspetiva pragmática-discursiva, uma Moção de Censura apresentada na Assembleia da República, em fevereiro de 2025. São tratados conteúdos do ramo da pragmática, como o contexto, os atos de fala, as formas de tratamento e o *ethos*, com o objetivo de realizar um aprofundamento na análise do discurso, concretamente, perceber como é que o discurso é construído por quem o realiza, quais são as suas intenções e quais os mecanismos linguísticos utilizados. A partir de uma análise precisa, observa-se que, apesar da seriedade de uma Moção de Censura, existe um contraste entre o que é dito e o onde é dito, dado que se testemunhou uma informalidade exagerada, composta por afrontas, agressividade e provocações, contribuindo para a construção de um *ethos* parlamentar teatralizado.

Palavras-Chave: Discurso parlamentar; *Ethos*; Informalidade; Populismo.

Abstract

The purpose of this study is to analyse, from a pragmatic-discursive perspective, a Motion of Censure presented in the Portuguese Parliament, in February 2025. Contents from the field of pragmatics, such as context, speech acts, forms of address and *ethos*, were discussed in order to delve deeper into discourse analysis, specifically, understand how the discourse is constructed by those who make it, what their intentions are and what linguistic mechanisms are used. From a precise analysis, it was observed that, despite the seriousness of a Motion of Censure, there is a contrast between what is said and where it is said, given that an exaggerated informality was witnessed, composed of affronts, aggression and provocations, contributing to the construction of a theatricalized parliamentary *ethos*.

Keywords: Parliamentary discourse; *Ethos*; Informality; Populism.

*

Politics is war without bloodshed and war is politics with bloodshed

- Mao Tsé-Tung, 1938

1. Considerações iniciais

Dada a importância da política na governação coletiva da sociedade, torna-se fundamental estudar a narrativa do discurso político e quais os seus mecanismos linguísticos capazes de persuadir¹ e influenciar a vida pública, tornando possível a disseminação de um “Eu” governamental reconhecível.

Uma vez que sem palavra não existe política², é necessário reconhecer que os discursos políticos são realizados com o propósito de serem argumentativos e, frequentemente, polémicos, compostos por palavras sem corpo, logo, intocáveis, mas dominadas, por isso, com valor de onipotência³.

A pragmática foca-se na interpretação da linguagem em uso, considerando que ao comunicar, o locutor está a expressar intenções, comportamentos ou implicações não expostas no conteúdo discursivo explícito. Podem tirar-se interessantes conclusões sobre os discursos, analisando atos de fala e a sua *illocutionary force* (J. L. Austin, 1962), nomeadamente o facto de falar ser considerado agir⁴. Ora, vendo como as palavras têm real poder, são metaforicamente onipotentes, capazes de criar ilimitadamente, pragmaticamente como uma ação, constata-se que falar nunca será um ato inocente e um discurso será sempre algo novo.

Negando, assim, a inocência dos atos de fala, reconhece-se a importância do estudo aos mecanismos linguísticos, da estratégia comunicativa e da argumentação dos discursos políticos. Destarte, este trabalho irá analisar o debate de uma Moção de Censura, realizado na Assembleia da República Portuguesa, daqui para a frente AR, com um enquadramento teórico pragmático-discursivo, a partir de conceitos como os atos de fala, formas de tratamento e a construção do *Ethos*.

¹ Aqui caracterizando “Persuadir” como “*capacidade de convencer ou influenciar*”: Porto Editora – no Dicionário infopédia da língua portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2025-04-12 11:31:49]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/persuasao>.

² “However many holy words you read, however many you speak, what good will they do you if you do not act upon them?” - Buddha, S. G. (n.d.)

³ Comparando com Deus, visto como: “*Deus, é todo poderoso, onipotente*”, considerando que as palavras, bem dominadas, contêm a *magia da onipotência*. Ser Onipotente” – “*pode tudo*”: Porto Editora – no Dicionário infopédia da língua portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2025-04-14 15:47:46]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/onipotente>

⁴ «What are we to call a sentence or an utterance of this type? I propose to call it a *performative sentence* or a *performative utterance*, or, for short, 'a performative'. The term 'performative' will be used in a variety of cognate ways and constructions, much as the term 'imperative' is. The name is derived, of course, from 'perform', the usual verb with the noun 'action': it indicates that the issuing of the utterance is the performing of an action it is not normally thought of as just saying something» (Austin, J. L. (1962: 22).

Assim, a questão de partida desta investigação será a seguinte: Como pode contribuir a análise linguístico-pragmática para a compreensão do discurso político, sobretudo do discurso parlamentar?

O Parlamento, a Assembleia da República portuguesa, é um “órgão de soberania”⁵, uma instituição de respeito, uma “representação de todos os cidadãos portugueses”, a casa da Democracia. Sendo assim, esperar-se-ia cortesia, formalidade e seriedade de quem lá se pronuncia, o cumprimento do seu regimento e uma exibição de civilidade perante os elementos do Governo e o país, “as pessoas que ouvem lá em casa”.⁶

O Regimento da Assembleia⁷ convoca um protocolo específico e um conjunto de regras para os debates realizados, estabelecendo e regendo o funcionamento interno do Parlamento. Em termos de registo de língua, o regulamento é, numa palavra, vago.

É sucinto, estabelecendo apenas que o Presidente da AR é alocutário necessariamente expreso (protocolar), que a linguagem não pode ser ofensiva, o que não permite delimitar, para além de casos notórios, o que pode ser considerado ofensivo⁸ (Duarte & Marques 2024).

Contudo, o facto de não haver uma definição clara sobre o que é ou não uma ofensa, não significa que não se exija, de um político, determinado padrão de comportamento espelhado em cordialidade, respeitando as máximas conversacionais de cortesia, contribuindo para a interação, numa partilha de respeito e educação.

No último ano⁹, tem-se observado uma degradação da AR a nível da linguagem utilizada em sessões plenárias, tornando-se comuns a agressividade, o uso de insultos e interrupções constantes. Esta mudança traz, consequentemente, implicações para a Democracia, e torna-se importantíssima uma análise linguístico-pragmática aprofundada que estude o impacto de degradação que o povo sente¹⁰, como se comprova pelo artigo do jornal *Público* “O último ano da AR: “não vales um charuto”, “aberração”, “és uma vergonha.””, do dia 12 de abril de 2025¹¹.

⁵ Descrição retirada do site oficial do Parlamento. <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/assembleia-como-orgao-soberania.aspx> (consult. Em 2025-04-14).

⁶ Citação retirada da Moção de Censura (21 fev. 2025), pág. 18.

⁷ Regimento Assembleia da República: https://www.parlamento.pt/arquivodocumentacao/documents/regimento_ar_2020.pdf (consult. em 2025-04-14)

⁸ A única vez que a palavra *Ofensiva* é mencionada no Regimento - “O orador é advertido pelo Presidente da Assembleia da República quando se desvie do assunto em discussão ou quando o discurso se torne injurioso ou ofensivo, podendo retirar-lhe a palavra.” (Artigo 89.º - Modo de usar a palavra)

⁹ A partir de 2024.

¹⁰ Sente, como quem consegue ver, e sofre.

¹¹ Consultar: PÚBLICO. (2025, 12 de abril). “Aberração”, “não vales um charuto”, “és uma vergonha”: o último ano no Parlamento. *Público*. <https://www.publico.pt/2025/04/12/politica/noticia/aberracao-nao-vales-charuto-es-vergonha-ultimo-ano-parlamento-2129441>

Vivem-se tempos de ambiguidades, em que o discurso político é perfunctório e com propósitos influenciadores, e esta análise tenciona demonstrar que o discurso consegue ser uma teia de manobras linguísticas criadoras de uma imagem política específica. É primordial, para o bem da comunidade, o pensamento crítico sobre o que nos circunda, sobre o que se diz, como se diz e o que se quer mesmo dizer com o que se diz.

2. Enquadramento teórico & Metodologia

Neste ponto, irão ser passadas em revista algumas noções teóricas, rentáveis para a presente análise, convocadas para enquadrar a investigação posterior dos dados recolhidos, ainda assim, reforça-se que haveria outros pontos de vista possíveis e relevantes para o estudo.

Contexto – O seu mundo

Apesar de ser um tema central para a linguística, devido à sua complexa definição, é indubitável a importância do contexto para o ramo da pragmática. «*Contextus*», do latim, é definido como “conjunto de circunstâncias à volta de um acontecimento ou de uma situação” e “aquilo que envolve algo ou alguém”¹², e a noção foi subdividida, por Maingueneau (2000), em três categorias¹³, sendo estas *contexte situationnel*, *cotexte* e *la connaissance du monde*.

Neste estudo, dar-se-á foco ao contexto situacional, que abrange o local físico, os participantes, incluindo o seu estatuto e funções, a situação social, bem como o género discursivo e o seu regime, sumariamente, a totalidade da circunstância. O contexto é, assim, o “*hic et nunc*”¹⁴, como diz a definição de Auer & di Luzio, 1992: 22 «Context is not a collection of material or social “facts” [...] but a number of cognitive schemata about what is relevant for the interaction at any given point in time».

A discussão desta Moção de Censura teve lugar na AR, referida anteriormente como casa da Democracia e respeito, um local onde se debate, fiscaliza e legisla, composta por uma câmara de Deputados, eleitos pelo povo português, que têm como dever “Respeitar a dignidade da Assembleia da República e dos Deputados”¹⁵, tendo, também, poder, definido na

¹² Definições retiradas de “contexto”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2025, <https://dicionario.priberam.org/contexto>.

¹³ Para uma visão mais aprofundada, ler: Maingueneau, Dominique (2000): *Analyser les textes de communication*, Paris, Nathan.

¹⁴ Expressão latina com significado de “Aqui e agora”.

¹⁵ Estatuto dos deputados: https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/EstatutoDeputados_Simples.pdf (consult. em 2025-04-15).

Constituição da República Portuguesa¹⁶. Esta Moção enquadra-se, socialmente, numa época de crise política, sendo um sintoma do contexto social a presença de discursos, regularmente, hostis e de incriminações.

Este contexto contamina o género discursivo, mantendo uma relação de codependência, visto que o género, igualmente, se adequa ao contexto, estabelecendo uma estrutura fixa e reconhecida.

Género discursivo – Moção de censura

A noção de género discursivo representa a estabilidade de tipos textuais com uma estrutura razoavelmente fixa, aceite e caracterizada por certos traços linguísticos e organizacionais, isto é, exemplificando: quando um texto é curto, tem personagens que são animais, uma moral a ensinar, e as pessoas conseguem, sem ler em profundidade e sem qualquer dificuldade, identificar que se trata de uma fábula, está-se, assim, perante um exemplo de género. A diversidade de géneros consegue ser, no fundo, a heterogeneidade conceptualizada, isto porque quem os realiza pode produzir inúmeros enunciados com diversas e inesgotáveis possibilidades estilísticas, desde os estilos quotidianos até às complexidades narrativas dos grandes escritores. Como escreveu Bakhtine:

We are given these speech genres in almost the same way that we are given our native language [...] We assimilate forms of language only in forms of utterances and in conjunction with these forms. The forms of language and the typical forms of utterances, that is, speech genres, enter our experience and our consciousness together, and in close connection with one another. To learn to speak means to learn to construct utterances [...] Speech genres organize our speech in almost the same way as grammatical (syntactical) forms do. (1986: 79)¹⁷

Dado que cada campo social desenvolve diferentes géneros discursivos, «Each separate utterance is individual, of course, but each sphere in which language is used develops its own relatively stable types of these utterances. These we may call speech genres.» (Bakhtine, 1986: 60); já que todos implicam o uso da linguagem, a utilização de determinado léxico e estrutura, sob uma estabelecida temática, o género político não foge a este padrão.

O discurso político, um discurso de *le mentir vrai*¹⁸, descreve-se como uma linguagem estratégica e argumentativa, inserido no mundo governamental, mas voltado para o “outro”¹⁹, cujo objetivo será alcançar o interesse público e o bem social, utilizando, predominantemente,

¹⁶ Artigo 156º - Poderes dos Deputados. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> (consult. 2025-04-15).

¹⁷ Bakhtine, M. M. (1986). *Speech genres and other late essays* (V. W. McGee, Trans.; C. Emerson & M. Holquist, Eds.). University of Texas Press. (Publicado originalmente em 1979).

¹⁸ Referência a Charaudeau (2005) em *Le discours politique*.

¹⁹ Povo.

uma alocução persuasiva, aproximada da emoção. Este discurso divide-se, ainda, em vários subtipos, uma vez que, por exemplo, uma moção de censura não é equivalente a um discurso de campanha eleitoral.

Uma Moção de Censura é «um instrumento de fiscalização típico de sistemas em que o Governo é responsável perante o Parlamento, visa reprovar a execução do Programa do Governo ou a gestão de assunto de relevante interesse nacional. Pode ser apresentada por um quarto dos Deputados [...] ou por qualquer grupo parlamentar. A sua aprovação requer a maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções [...] e provoca a demissão do Governo.»²⁰

Ethos - ἦθος

Ethos, do grego, é uma temática estudada ao longo dos tempos pelas áreas da linguística e da pragmática. Apesar da dificuldade em alcançar uma definição exata do conteúdo e significação, o conjunto dos estudos exibem uma propriedade partilhada – concordância em vincular as conceções com as de Aristóteles, presentes em Retórica²¹.

Aristóteles, na sua obra, faz uma divisão tripartida de formas de argumentação persuasivas em que quem se manifesta se deve fundamentar com o propósito de alcançar um discurso eficiente e seguro, sendo estas o *Logos*, o *Pathos* e o *Ethos*:

Of the modes of persuasion furnished by the spoken word there are three kinds. The first kind depends on the personal character of the speaker; the second on putting the audience into a certain frame of mind; the third on the proof, or apparent proof, provided by the words of the speech itself.²²

O presente estudo concentrar-se-á apenas no *Ethos*, definido, em Retórica, como “*moral character*”, em que o locutor é a origem do enunciado e passa de si uma imagem de confiabilidade, adaptada, sistematicamente, ao contexto, de forma a persuadir o público, ajustando-se às expectativas coletivas. Segundo Maingueneau (2022), o *Ethos* é mais complexo que a definição dada por Aristóteles, pois, além da fala, este está presente em todas as formas de discurso, de que designou cinco subtipos²³: o *Ethos pré-discursif*, imagem conhecida pré-existente, *Ethos discursif*, imagem apresentada no discurso, *Ethos dit*, forma como o orador

²⁰ Informação retirada de: <https://www.parlamento.pt/Fiscalizacao/Paginas/Moco-es-sobre.aspx> (consult. 2025-04-15). Para uma compreensão mais detalhada, ver: https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Folha_Moco-es.pdf

²¹ Considerada uma das obras mais importantes sobre persuasão, examinando como a fala e a argumentação conseguem influenciar o povo, utilizando conceitos chave como *Ethos*, *Pathos* e *Logos*.

²² Aristotle. Rhetoric (W. Rhys Roberts, Trans. (1954)). In W. D. Ross (Ed.), The works of Aristotle (Vol. 11). Oxford University Press. – Pág. 8/9.

²³ Para um maior estudo, ler Maingueneau, D. (2002). *Problèmes d'ethos*. Presses Universitaires de France.

deseja ser visto, *Ethos montré*, o que não é dito explicitamente (e.g. implicaturas, gestos, tom) e o *Ethos effectif*, resultado das quatro interações entre os distintos modelos de *Ethos*.

Ethos é, assim, uma representação do orador, que se apresenta através de uma encenação (Maingueneau, 2002), expondo uma posição favorável sua para o público, sendo, num só, voz e corpo, imagem e ideia, prestígio e ilusão.

Atos de fala

A noção de ato de fala foi introduzida por J. Austin, que avalia a linguagem como uma ação e analisa simples enunciados inseridos num contexto e ditos com um determinado objetivo a fim de caracterizar o ato linguístico expressado.

A utilização da linguagem acarreta várias habilidades com a possibilidade de realizar inúmeros fins, como afirmar algo, expressar o que se sente, realizar uma ordem, comprometer-se ou fazer uma declaração.

Quando se expressam enunciados que são iniciados por verbos performativos como “Eu prometo (...)” ou “Eu batizo (...)”, dizer é equivalente a fazer, o propósito é a realização de um ato futuro, e não apenas constatar um facto.

A teoria de J. Austin foi expandida por J. Searle (1969) que categorizou os atos de fala como assertivos, afirmações e descrições, diretivos, onde se tenta que o outro realize uma ação, como pedidos ou ordens, compromissivos, onde o falante se compromete a algo, expressivos, manifestação de um estado, gosto ou opinião, e declarativo, em que se altera as circunstâncias (e.g. rituais de casamentos).

A partir da caracterização de Austin dos atos de linguagem (1962), reconhece-se, então, a importância do uso desta noção para a análise e consideração do discurso político, num ambiente de debate, quanto às estratégias de argumentação e seleção dos atos de fala.

Destinatário

Jakobson, na década de 1960, entregou-se ao estudo das funções da linguagem, estudando os fatores integrantes do discurso, sendo um deles o destinatário. O destinatário, ou o alvo, é a quem se envia, decodifica e entende a mensagem. Enquadrando no discurso político, o recetor são duas pessoas: os políticos que debatem entre si e o povo.

«A propriedade privada, no domínio da linguagem, não existe: tudo é socializado.»
(Jakobson, 1960/1970: 15)²⁴

Vale a pena ressaltar, ainda, que, já que é pelo destinatário que a palavra²⁵ adquire sentido, o sucesso dos atos de fala, mencionados previamente, encontrar-se-á na sincronia de visões referentes quer ao locutor, quer ao destinatário.

Formas de tratamento

As formas de tratamento são, de certa forma, um suporte básico no discurso que evidenciam uma etiqueta de conversação, onde são marcados dois eixos: o horizontal, que espelha a relação de familiaridade entre os locutores, e o vertical, que denota a respetiva posição hierárquica. As formas de tratamento, a partir de agora FT, são marcadores linguísticos que determinam laços de distância e grau de formalidade entre os locutores.

Assuntos como o princípio de cortesia, o ajuste ao destinatário e a questão da face²⁶ são fundamentais na manutenção do discurso. Estas FT, como disse Cintra (1972), podem ser nominais (formas como o “Senhor Presidente”, etc.), pronominais (“você”, “tu”, etc.) e verbais (“tu vais” resumido a “vais”; ou “vais” com sujeito nulo), sendo a 3.^a pessoa gramatical a forma de tratamento comum e mais aceite socialmente, de preferência sem o “você”, visto como quase inadmissível, geralmente sentido como grosseiro ou, pelo menos, pouco cortês (Duarte, 2011: 4). Já a 2.^a pessoa do singular é usada em contexto de proximidade social (Duarte, 2010: 136), mas pode, em contextos em que a intimidade é nula, ser considerada ofensiva e descabida.

2.1. Metodologia

Neste trabalho, foi analisado o texto transcrito da Moção de Censura n.º 1/XVI/1.^a – “Pelo fim de um Governo sem integridade, liderado por um Primeiro-Ministro sob suspeita grave”, apresentada pelo grupo parlamentar do CHEGA, e confrontado com a gravação existente no YouTube, no canal da Renascença.²⁷

²⁴ Jakobson, R. (1970). *Linguística e comunicação* (I. Blikstein & J. P. Paes, Trad.). Editora Cultrix. (Originalmente publicado na década de 1960). Retirado de: https://www.professorjailton.com.br/novo/biblioteca/Roman_Jakobson_Linguistica_e_Comunicacao.pdf

²⁵ Mensagem.

²⁶ Conferir o capítulo “On Face Work” de Goffman, E. (1967). *Interaction ritual*. Anchor Books.

²⁷ Debate gravado no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=lxMamqIj5dM&t=540s>

A versão transcrita encontra-se no site oficial do Diário da Assembleia da República, em PDF²⁸, contém 80 páginas e foi publicada no dia 22 de fevereiro de 2025, sendo que o debate da Moção foi realizado no dia 21 de fevereiro de 2025. No debate, usaram da palavra, além dos oradores André Ventura (CH) e Luís Montenegro (PSD), o presidente da Assembleia da República (PAR) e 35 deputados, 16 do PSD, seis do PS, seis do CH, dois do PCP, um do IL, um do L, um do BE, um do PAN e um do CDS-PP.

A análise será pragmática-discursiva, com fundamentação em trabalhos de Searle, Austin, Maingueneau, Bakhtine e Jakobson, que contribuem para realizar um estudo não apenas focado no conteúdo do discurso, mas verificar o que acontece além dele. Serão avaliados os seguintes conteúdos pragmático-linguísticos: formas de tratamento, destinatário, *ethos*, atos de fala, ironia, formalidade e informalidade, e a análise será feita a partir da recolha de fragmentos de texto previamente escolhidos.

3. Análise dos dados & Resultados

Destinatário

Conforme o referido previamente, todos os discursos têm destinatários, um constituinte crucial de um diálogo, e este pode ser direto (marcado) ou indireto (não marcado, mas interpretado pelo contexto e conhecimento prévio) (Jakobson, 1960). Ora, na Moção de Censura verifica-se que:

- O principal destinatário é o PM²⁹ Luís Montenegro, dado que a Moção de Censura foi focalizada para o PM, referido quase sempre na abertura de turno de palavra, em saudação, como “Sr. Primeiro-Ministro”, e no decorrer do discurso, como “Sr. Primeiro-Ministro”, “senhor” ou “Sr. Ministro”³⁰, usado apenas três vezes, dado que a forma “Sr. Ministro”, sem o nome próprio referido, não é aceite e leva o PAR a intervir. Como nos exemplos: (1) – “Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro [...]”; (2) “[...] em que o senhor é a pessoa [...]”; (3) “Sr. Ministro, se realmente se confirmar [...]”.

²⁸ Versão transcrita da discussão da Moção: <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c3168575355786c5a79394551564a4a4c305242556b6c42636e463161585a764c7a457577716f6c4d6a42545a584e7a77364e764a5449775447566e61584e7359585270646d4576524546534c556b744d446b794c6e426b5a673d3d&fich=DAR-I-092.pdf&Inline=true> (consult. 2025-03-27)

²⁹ Primeiro-Ministro.

³⁰ Termo não aceite. Corrigido pelo PAR: “O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro e não Sr. Ministro” (pág. 46)

- Outro destinatário direto são os deputados presentes, no contexto do debate, já que são estes que têm poder de decisão sobre o resultado desta Moção e, na AR, debatem e respondem entre si. Estes são múltiplas vezes designados, como um todo, como “Srs. Membros do Governo”, “Srs. Deputados”, sendo o termo predominante, e quando é de menção singular utiliza-se a forma “Sr. Deputado/a [nome]”. Como no exemplo: (1) “Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura [...]”.

- O PAR é, também, destinatário do discurso, e este é sempre mencionado antes de os deputados iniciarem o seu discurso, como forma de cumprimento e abertura. Como no exemplo (1) “— Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo [...]”.

Verificaram-se, também, destinatários indiretos, que não são referidos alocutivamente, mas delocutivamente, inseridos no discurso, mas sem serem expressos diretamente. Um caso é o povo português, uma vez que quem produz o discurso político pretende estabelecer conexões com o público, através das necessidades sociais. Este, apesar de não estar presente, é inúmeras vezes mencionado. Conforme os exemplos: (1) “[...] prestar esclarecimentos ao povo português [...]”; (2) “[...] olhos nos olhos aos portugueses [...]”; (3) “[...] as respostas que têm de dar a Portugal.”; (4) “[...] julgado pelo povo [...]”; (5) “[...] as pessoas que nos estão, hoje, a ouvir lá em casa [...]”; (6) “[...] a vida das pessoas comuns [...]”; (7) “[...] os problemas maioritários das pessoas concretas.”

Outros são os casos de: (1) “Pode ser inteligência artificial, como o outro!...”

(aludindo ao deputado não inscrito Miguel Arruda); (2) “[...] leva ou não leva a dizer que, no seu grupo parlamentar, há Deputados que têm imobiliárias [...]”; (2.1.) “[...] enquanto aguardamos pela resposta do Deputado [...] sobre a possibilidade ou não de ter Deputados que têm [...]”, implicando a existência de deputados não identificados diretamente, mas identificáveis pelos seus pares e pelo povo português.

Ademais, é necessário esclarecer que um indivíduo, numa interação, não é, jamais, livre. Num discurso, há que ter, invariavelmente, atenção a quem ele se destina e em como conseguir adequar o seu conteúdo ao(s) destinatário(s), já que um dos fatores fundamentais para uma comunicação bem-sucedida é a sua absorção. A seleção de léxico, por exemplo, é substancial para se ser considerado eloquente, e deve ser feita consoante o vocabulário lexical de que o orador e o destinatário dispõem em comum.

Formas de tratamento

A forma de tratamento deveria ser sempre adequada ao destinatário do discurso (Duarte, 2011: 139). O Parlamento é, em todos os contextos, um local de cortesia e onde se espera

respeito governamental, como se viu no tópico anterior, com o uso de formas comuns e protocolares, como, por exemplo, “Sr. Deputado”.

Observou-se, no entanto, FT nominais personalizadas, direcionadas sempre ao grupo parlamentar do CH e ao seu presidente, como modo negativo de associar conotativamente a censura à identidade do partido, originando uma nota estilística que facilita a crítica. Conforme os exemplos: (1) “[...] Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André «Censura» [...]”; (2) “[...] Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado da censura [...]”; (3) “[...] o partido «censurante» [...]”.

Ainda nas FT nominais, observou-se o uso recorrente da forma “os senhores”³¹ sempre com uma implicação negativa e utilizado pejorativamente na menção ou aos deputados, como um todo, ou ao partido que o destinatário integra. Como é visível nos exemplos: (1) “Os senhores estão aqui apenas para fazer chicana política [...]”; (2) “Os senhores deviam ter vergonha!”.

Salienta-se, também, a delocução-alocução, que tem um efeito pragmático evidente: delocutar o destinatário-adversário que na verdade está presente, em que tratá-lo como uma 3.^a pessoa é uma estratégia de descredibilização (Duarte & Marques 2024), veja-se em (1): “O Sr. Primeiro-Ministro optou por não dar, por esperar pela iniciativa do Chega [...]”.

As FT pronominais referidas no debate oscilam entre mecanismos de conversação obrigatórios (exemplo 1) até ao ataque provocatório e rude. O uso das formas “eles”, “daqueles” e “vocês” são manobradas como um método de distanciamento e barreira entre o partido orador e o adversário, sempre com uma entoação depreciativa, agressiva e acusadora. Já a forma “vos” revela pouca cortesia, uma proximidade impertinente e até desviante em relação à formalidade governamental, pois embora sejam formas gramaticais corretas, não coincidem com a etiqueta do Parlamento, acabando por sugerindo desrespeito (exemplo 4). De acordo com os exemplos: (1) “Vou-lhe dizer, como já disse aqui [...]”; (2) “— Eles estão a provocar!”; (3) “[...] daqueles senhores do PS [...]”; (4) “Arrasar a democracia é dizer-vos a vocês [...]”.

Já a forma “você” é, curiosamente, usada, ainda que apenas uma vez, revelando distância, desinteresse e aspereza, em (6): “— Que você é um aldrabão!”.

A FT pronominal “vossa excelência”, uma antiga forma de preferência para os membros do Governo, uma forma de referência e delicadeza com diversas gradações quanto a distâncias de natureza diversa entre os interlocutores (Cintra, 1972), é empregue com um sentido irónico,

³¹ Embora sobretudo para o singular, Duarte & Marques (2023). Consideram que “o senhor” se está a pronominalizar. Ver: Referring to discourse participants in European Portuguese: the form of address o senhor. In Posio, Pekka & Herbeck, Peter (eds.). *Referring to discourse participants in Ibero-Romance languages*. (pp. 273–306). Berlin: Language Science Press.

perdendo todo o significado de respeito que outrora houve, como em (7): “É essa a prioridade que VV. Ex.^{as} têm para os jovens?” e (8): “[...] porque VV. Ex.^{as} falharam [...]”.

O debate no Parlamento e a abordagem entre deputados é, por norma, realizada com distância formal, com o uso de formas nominais já analisadas aqui como “o Sr. Deputado” ou pelo uso do verbo da 3.^a pessoa sem o pronome “você” marcado. Ora, nesta Moção, é de ressaltar o uso do tu – 2.^a pessoa do singular –, não significando só informalidade, mas sobretudo um tom conflituoso, de confronto, e afronta. A FT verbal na 2.^a pessoa tem um peso agonal, correlacionado a provocações, já que não se usa a forma “tu” em contextos políticos à exceção de contextos com objetivos de desprezar o outro. Exemplificando: (1) “— Estás com 0,5 % na Madeira!”; (2) “Pagas por quem? Pelo padrinho!”; (3) “Não ganhavas três salários?”.

Observou-se, então, a prioridade de FT nominais, depreensível conforme o contexto institucional em que ocorre a Moção, o uso do tu e da FTP “vossa excelência” provocativos, a conotação depreciativa da forma “os senhores” e a desvalorização através da delocução-alocução,

Formas de tratamento – O vocativo

Ainda no que concerne às FT utilizadas no debate, ressalta-se o uso do vocativo acompanhado com a interjeição “Ó”, que, noutros contextos, é usado para invocar um interlocutor, mas em contexto parlamentar tem uma conotação diferente – e acirrada.

Verifica-se que o uso desta combinação não compatibiliza o requisito do contexto com o descomprometimento da alocação, fazendo crescer um ambiente imaturo e coloquial³², denotando, por vezes, sarcasmo, confronto e desrespeito. Esta fusão, portanto, faz com que um discurso na Assembleia se assemelhe a um *papotage*³³, com o seu toque informal, espontâneo e de confronto pessoal. Como se verifica em (1): “— Ó Sr. Deputado André Ventura, vou dizer-lhe [...]”; (2) “Ó Sr.^a Deputada, faça uma coisa: meta vergonha e cole-a na cara.”.

Atos de fala

Falar é, de acordo com Austin, agir. Como já referido, a pragmática ocupa-se com a análise dos atos de fala para evidenciar a importância do contexto, outro tema em foco, em que a força ilocutória está dependente da situação em que o ato se insere. Sendo que este debate tem como contexto uma Moção de Censura realizada na AR, espera-se que os atos de fala realizados

³² Reforça-se que não é pretendido, com esta frase, estabelecer ligação entre imaturidade e coloquialidade.

³³ “Conversa de café” – caracterizada pelo seu carácter informal.

sejam de tipo assertivo, expressivo ou diretivo com valor de pergunta, dado que o ambiente é argumentativo.

Assim, observou-se que, de facto, esses são os atos predominantes, já que num debate ou discurso o objetivo será mostrar certeza e atitude – construir segurança – (asserção, exemplo (1)), e exigir certezas, respostas, explicações – mostrar controlo – (diretivo de pergunta, exemplo (2)). Exemplificando: (1) “Reafirmo: este Governo liderou e vai continuar a liderar na descida dos impostos [...]”; (2) “[...] pergunto-lhe: quem o substitui nesta consultoria, quem são as pessoas?”. Ainda nos atos diretivos, salienta-se um caso peculiar, o ato em (4) “— Falso! É mentira!”, um ato assertivo, com certeza, mas com um valor de acusação e estratégia, em que o outro é visto como desonesto e o eu alocutário não. A propósito, note-se que um ato assertivo como (4) seria visto como um desrespeito e infração no parlamento britânico, dado que, conforme a *unparliamentary language*³⁴, é proibido afirmar que um membro está a mentir, mesmo se estiver, já que se presume que todos os membros do governo e do parlamento sejam honrados e exerçam a função do mesmo modo.

Analisou-se, todavia, a utilização de atos diretivos com valor de ordem, atos que levam o outro a realizar uma ação, com uma conotação confrontacional, que exprimem controlo do discurso e mostram um esquema de imposição sobre o outro – o adversário. Como são os casos: (1) “— Tenha vergonha!”; (2) “— Os senhores deviam ter vergonha!”; (3) “Não sairemos daqui sem darem as respostas que têm de dar.”; (4) “Responda, Sr. Deputado André Ventura, responda!”.

Dessarte, a predominância, expectada, dos atos assertivos e diretivos com valor interrogativo desempenha uma função discursiva, dado que são estruturas fixas de debate, argumentativas, que servem para a afirmação e questionamento da posição do outro. Já as acusações e os atos diretivos de ordem fortalecem a discussão, onde produzem um ambiente afrontoso.

Registo – (in)formalidade governamental

Sendo a AR um órgão de soberania, pressupõe-se, portanto, o uso de um tom sério e de respeito, um registo cuidado e institucional, mesmo que não haja nenhuma norma decretada sobre a linguagem a empregar.

³⁴ Conferir: <https://publications.parliament.uk/pa/cm201213/cmselect/cmproced/writev/language/p19.htm>

Todavia, observou-se, nesta Moção, o uso de um estilo informal em certas ocasiões e por certos deputados, afastando-se do roteiro de deferência e requisito, como o proferir expressões coloquiais, o tratamento por tu, o recurso à ironia, o uso de termos informais até o modo como o discurso é organizado.

Utilizaram-se, então, expressões coloquiais, que, num ambiente do dia a dia, representam informalidade e descontração; já no Parlamento, representam desrespeito, excessiva informalidade, provocação ao outro (com o auxílio de um tom humorístico), não negando, conquanto, a interpretação espontânea e expressiva. Estas expressões relacionam o debate político, realizado numa instituição governamental, com um discurso quotidiano – gerando, assim, um ambiente informal, mesmo não o sendo.

Alguns exemplos: (1) “o esfarrapado a falar do roto”; (2) “Eles vieram tosquiar, saíram daqui tosquiados”.

A ironia, figura estilística, que consiste em “dizer o contrário daquilo que se pretende dar a entender”³⁵, é utilizada, no Parlamento, com um objetivo: a expressão crítica. Analisa-se que, já que insultos, embora sem definição concreta, não são permitidos, a utilização da ironia torna-se uma manobra discursiva amoldada ao contexto – uma técnica de reprovação e depreciação do adversário – sem o recurso ao insulto direto. A ironia é, em suma, um jogo. Um encontro de críticas subtis, afrontas discretas, insinuações perspicazes. São exemplos: (1) “Sr. Deputado André Ventura, o seu critério, o seu alto magistério, a sua moralidade bacoca leva ou não leva [...]”; (2) “[...] para quem me instou a vir sem arrogância, a forma como terminou a sua intervenção, Sr.^a Deputada [...], é muito inspiradora [...]”; (3) “Está-se mesmo a ver que é aqui que vai ser edificada uma construção cuja valorização patrimonial me vai dar a riqueza que nunca tive, está-se mesmo a ver.”.

Ao longo da Moção observaram-se, também, termos informais recorrentes. Estes, representantes da expressão em vocábulos, sinónimos de teatro político, afastam a formalidade e a neutralidade do discurso governamental, aproximando, consequentemente, mas intencionalmente, o tom populista e comum. Alguns desses termos foram: (1) “chicana política” – insinuando uma política cheia de artimanhas; (2) “própria bitola”; (3) “moralidade bacoca” – forma utilizada ironicamente, com um tom insultuoso; (4) “uma bandalheira fiscal”; (5) “Este ‘gajo’ é mesmo bom!”.

³⁵ Porto Editora – no Dicionário infopédia da língua portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2025-04-21 18:00:07]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ironia>

Houve, também, casos de utilização de insultos e afrontas pessoais, que acabaram por transgredir o princípio da cortesia³⁶, e que ajudaram na construção do palco e espetáculo político. Os usos destes termos contribuem para a criação de um *ethos* político encenado, abusado, mas com um toque de confiança expresso, com objetivos de entusiasmar quem vê e desvalorizar quem está. Tal como nos exemplos: (1) “Mentiroso! Aldrabão!”; (2) “Populistas!”; (3) “Demagogo!”.

Além do que se diz, é necessário analisar como se diz e o que se quer mesmo dizer com o que diz, dado que, no fim, tudo pesa, e, afinal, não passa tudo de uma encenação táctica que procura retornos, reacções e, “ao fim e ao cabo”, drama. São exemplos: (1) “Oçam bem, oçam bem agora, Srs. Deputados [...]”, uma repetição “espalhafatosa” com uma entoação de deboche e provocadora; (2) “— Já comeram fruta hoje?”, dito subitamente, reveladora de infantilidade, com o propósito de gozar com a face do outro, retirando seriedade ao debate; (3) “— Isto está a custar-lhe de uma maneira que é de morrer a rir!” e (4) “O Deputado André Ventura vem com o dedo espetado, quando devia era chegar a este debate com uma corda ao pescoço [...]”, servindo como manifestação de desprezo, em que se ridiculariza o outro, por vezes, com o auxílio de metáforas violentas, sendo muletas do teatro e espetáculo político. Assíduas são, igualmente, as repetições – marcadoras de elocução – operárias na construção do discurso, do tema, do ritmo, no fundo – dirigentes da persuasão – como em (5) “Foi malabarista quando em relação ao choque fiscal que anunciou [...] anunciou mais camas [...], mas não anunciou que [...] tal como não anunciou que [...] tal como não anunciou que [...]. Anunciou mais psicólogos [...], mas não anunciou que [...]. Anunciou depois que [...], mas escondeu que [...], escondeu que [...]. Anunciou, anunciou, anunciou, mas, quando chegou a altura da concretização, concretizou pouco, muito pouco, ou nada. E ameaçou. O seu Governo ameaçou [...]. E ameaçou também com [...].”

Egressa de ser casualidade, observa-se que estes meios não passam de um amparo para a estruturação de um discurso estratégico, carecente de fazer-se notar, esquivo à formalidade, tornando-se performativo, pensado e encenado.

³⁶ O princípio da cortesia foi introduzido por Leech, que explica que o uso da cortesia deve ser usada para reduzir o desconforto e potencializar o bem-estar comunicativo. Ver: Leech, G. (1983). *Principles of pragmatics*. Longman. Neste estudo, não será um tópico aprofundado, apenas será mencionado como reforço ao texto.

Ethos – o que o compõe

Cada ato de expressão requer a criação de uma imagem pessoal e única, em que o locutor, sem precisar de falar de si, com as suas escolhas linguísticas, estilísticas e lexicais, constrói a sua representação. Dito por outra forma, o *ethos* é a maneira de ser através de uma maneira de dizer (Maingueneau, 2008: 94).

Ora, sendo o contexto um debate de uma Moção de Censura, é expectável que sejam construídas, por cada orador, imagens refletidas em firmeza, honradez, respeitabilidade e *savoir-faire*³⁷. Isto é, o partido que apresentou a Moção compõe uma figura de oposição ao Governo, em que argumentar não é bastante, mas exige um caráter íntegro, sensato, virtuoso e capaz de se expor estável perante o Parlamento onde enriquece a sua figura associada à proteção do povo. Já o governo do PM, tal como este só, expõe uma imagem séria, confiante, competente e confiável, mostrando-se apto para responder ao ataque da oposição, contrapondo-o.

Foi observado, então, no que toca à oposição, a utilização de uma linguagem intensa, exaltada, populista, com o recurso constante do “tu” e das expressões críticas, compondo, assim, um *ethos* revoltado, agressivo, batalhador, aparecendo como símbolo da razão, exigente da verdade, que atua e fala pelo povo, alcançando-o pelo uso predominante do discurso populista, desrespeitando a cortesia, recorrendo a uma linguagem rude, direta e despreocupada, que deseja contrastar com a linguagem sofisticada dos adversários “hipócritas”. São exemplos: (1) “Sr. Ministro, com toda a franqueza, [...], só há mesmo um caminho, que é sair enquanto ainda pode dar alguma dignidade a este Governo!”; (2) “Estão a brincar com quem? Repito: estão a brincar com quem?!”; (3) “Ó Sr. Deputado, os senhores deviam ter vergonha de falar neste assunto. — Os senhores deviam ter vergonha! [...] é de bradar aos céus!”; (4) “Olhe, sabe o que devia fazer? Olhar para os jovens que estão hoje, [...], e dizer assim: «Nós somos mesmo incompetentes, pedimos desculpa pela nossa incompetência»”.

Destaca-se, ainda, uma estratégia de tentativa de enaltecimento político, proferida por um deputado da oposição, concretamente do CH, caracterizada por ataques, hostilidade e alarido, em (5) “[...] só gostava de lembrar a esta Casa, a Casa da Democracia, uma expressão em latim: *ad hominem* — quando não se tem argumentos, ataca-se a pessoa.”, percecionada como ousada, refletindo o histórico do partido, desarmonizando o *ethos discursif* com o *ethos dit*, mencionados acima. Seja dito de passagem, o partido em causa é quem mais faz ataques *ad*

³⁷ Expressão francesa do séc. XVII; significa uma aliança entre saber e fazer. Ver: <https://ensina.rtp.pt/artigo/savoir-faire/>

hominem, manipulando o discurso com um *ethos* exagerado e falso, contrapondo a oposição, como seria interessante comprovar num estudo posterior.

Sobre a imagem concedida pelo PM e Governo, constatou-se que se procurou construir um *ethos* de credibilidade, onde foram apontadas as suas execuções políticas, numa enumeração de feitos já realizados, revelando esforço e dever, querendo exibir positividade, um *ethos* de competência, hábil para progredir, um *ethos* empenhado na verdade, esforçado para ilegitimar a afronta da oposição, vista como aproveitadora e inautêntica, marcando discussão da Moção com a expressão “o populismo combate-se com a competência”, várias vezes repetida, sendo que a competência está no governo e o populismo está na oposição. Observa-se, também, um *ethos* aguerrido, que se esforça para persuadir o público, que tenta alcançar a aprovação, confiança e respeito, fortalecendo a sua apreciação. São exemplos: (1) “[...] o combate ao populismo e aos políticos de mesa de café [...] faz-se com eficácia, com trabalho e com [...] competência.”; (2) “Do que o País precisa é de liderança com coragem, é de firmeza com prudência, garantindo o rumo transformador [...]. Este Governo tem demonstrado que [...] sabe liderar rumo à melhoria da vida dos portugueses, à estabilidade, [...] e à salvação do Estado social. O Governo liderou e vai continuar a liderar. E nada — mesmo nada! — nos vai desviar deste rumo.”; (3) “Liderámos e continuaremos a liderar [...]. Nunca houve um regime de IRS tão favorável [...]. A isenção de IMT já deu acesso a casa a dezenas de milhares de jovens. [...] nunca desistiremos [...] de lutar [...]. Liderámos e continuamos a liderar [...]. Privilegiámos a integração e o humanismo sobre o preconceito e o ódio.”; (4) “Não me recordo de um líder partidário expor de forma tão clara tantos aspetos [...]. E fê-lo a bem da transparência. Por isso, transparência é o que mais tem havido aqui.” Tal como o “slogan” acima referido, o enunciado “Liderámos e continuaremos a liderar” repete-se como um estribilho para reforçar o *ethos* de competência do governo.

Assim, constata-se que é pelo *ethos* que o orador se apresenta, sendo este um suporte de persuasão essencial, já que não se trata de uma representação verdadeira, mas sim de uma imagem ilusória, de “parecer ser”.

4. Considerações finais

Este estudo carregou consigo um objetivo: analisar pragmática-discursivamente a discussão de uma Moção de Censura, como é que, então, o discurso se manobra perante o contexto e a quem se destina, quais são os moldes textuais, lexicais e pragmáticos enquanto evento localizado na AR, sede de representação nacional.

Concordando com o artigo do jornal *Público*, indicado antes, observou-se, de facto, termos que não se preveem no Parlamento, um núcleo de respeito, modos descorteses, informais e aviltantes, desde formas de tratamento insultuosas a expressões sarcásticas descabidas, conduzindo, inquestionavelmente, à degradação do debate político e a um espaço de vexame.

Esta análise, tendo como base concepções pragmáticas, permitiu fragmentar o discurso de forma a conseguir avaliar a profundidade do que é dito e como é dito, do sentido e do uso dos atos de fala a fim de fabricar um *ethos* pretendido, do modo que as formas de tratamento se ajustam ao ambiente, ao locutor e à alocação formulada, no fundo, do que constitui uma encenação política, quais as estratégias persuasivas, a intenção da linguagem.

Espera-se, portanto, ter conseguido responder à pergunta inicial, apresentando que uma análise linguístico-pragmática de discursos políticos contribui para o aprofundamento destes, alcançando a sua raiz argumentativa, ajudando a compreender como é que os atos se transformam em ações e, sobretudo, como é constituído o discurso de quem tem poder, que destina a persuadir, distrair e entreter quem ouve. Ainda, para investigações futuras, no mesmo ramo, será adequado e importante estudar aspetos discursivos como as insinuações, enquanto estruturas de julgamento e juízos de valor, bem como os mecanismos de intensificação, a modalidade, a gestão de faces, assim como, a partir do vídeo, analisar o conteúdo não verbal, como os gestos, o tom, e as atitudes corporais.

Vivem-se tempos em que se prefere o teatro político ao equilíbrio da comunidade, por consequência, a análise pragmática-discursiva surge para dismantelar táticas persuasivas-discursivas, julgar encenações e questionar os pilares do sentido.

«Com fúria e raiva acuso o demagogo
Que se promove à sombra da palavra
E da palavra faz poder e jogo
E transforma as palavras em moeda
Como se fez com o trigo e com a terra.»³⁸

5. Referências bibliográficas

- Aristotle. (1954). *Rhetoric* (W. Rhys Roberts, Trans.). In W. D. Ross (Ed.), *The works of Aristotle* (Vol. 11, pp. 111–278). Oxford University Press.
- Austin, J. L. (1962). *How to do things with words*. Clarendon Press.

³⁸ Sophia de Mello Breyner Andresen, em "O Nome das Coisas" – Poema: "Com fúria e raiva".

- Bakhtin, M. M. (1986). *Speech genres and other late essays* (V. W. McGee, Trans.; C. Emerson & M. Holquist, Eds.). University of Texas Press. (Original work published 1979)
- Charadeau, P. (2005). *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Vuibert.
- Duarte, I. (2000). *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise* (pp. 343–364). Universidade Aberta.
- Duarte, I. M. (2011). Formas de tratamento em português: Entre léxico e discurso. *Matraga*, 18(28).
- Duarte, I. M., & Marques, M. A. (2024). Formas de tratamento nos debates parlamentares portugueses – modos e sentidos da mudança. Comunicação oral apresentada no 40.º ENAPL, Universidade dos Açores.
- Duarte, I.M. (2010). Formas de tratamento: item gramatical no ensino do Português Língua Materna. In A. M. Brito (Org.), *Gramática: História, teorias, aplicações* (pp. 133-146). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto & Centro de Linguística da Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10216/25334>.
- Goffman, E. (1982). *Interaction ritual: Essays on face-to-face behavior* (Paperback ed.). Pantheon Books.
- Jakobson, R. (1970). *Linguística e comunicação* (I. Blikstein & J. P. Paes, Trans.). Editora Cultrix. (Original work published in the 1960s)
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1996). Texte et contexte. *Scolia: Sciences Cognitives, Linguistiques et Intelligence Artificielle*, 6, 39–60.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2012). Le contexte revisité. *Corela, HS-11*. <https://doi.org/10.4000/corela.2627>
- Lacaze, G. (2014). Les verbes introducteurs de discours direct comme marqueurs de discours agonial dans *Le Monde*: mise en scène d'actes énonciatifs et création d'un ethos discursif. *SHS Web of Conferences*. <https://doi.org/10.1051/shsconf/20140801069>
- Maingueneau, D. (2000). *Analyser les textes de communication*. Nathan.
- Maingueneau, D. (2008). *Gênese dos discursos* (S. Possenti, Trans.). Parábola Editorial.
- Maingueneau, D. (2002). *Problèmes d'ethos*. Presses Universitaires de France.
- Rosário, C. R. (2013). A formulação do éthos na retórica antiga. *Rónai – Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios*, 1(1), 60–72. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ronai/article/view/23058>
- Referring to discourse participants in European Portuguese: the form of address o senhor. In Posio, Pekka & Herbeck, Peter (eds.). *Referring to discourse participants in Ibero-Romance languages*. (pp. 273–306). Berlin: Language Science Press.
- Searle, J. (1969). *Speech acts: An essay in the philosophy of language*. Cambridge University Press.
- Silva Júnior, C. H. F. (2019). Ethos: Uma proposta classificatória para a utilização do conceito na área da comunicação. *Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília*, 13(1), 75–90.

Variação Linguística nos Verbos Abundantes no Português Europeu

Filipa Araújo Martins

Orientado pela Professora Doutora Maria Alexandra de Araújo Guedes Pinto

Resumo

O presente trabalho foi elaborado no âmbito da Unidade Curricular de Projeto de Pesquisa, incluída na Licenciatura de Ciências da Linguagem, e tem como objetivo estudar a variação linguística nos verbos abundantes no Português Europeu, abordando conceitos da área da Sociolinguística Variacional. Para esse efeito, contamos com a colaboração de 307 informantes, que manifestaram as suas escolhas linguísticas relativas às formas regulares e irregulares do participípio passado de um conjunto de 25 dos verbos. Fez-se, ainda, uma comparação entre essas respostas e as ocorrências de um *corpus* do CETEMPúblico, para ver se existia uma diferença significativa entre dados recolhidos de um contexto mais formal e respostas dadas num domínio menos controlado. Procurou-se entender se fatores como o contexto, o grau de formalidade, a idade e o nível de escolaridade influenciam estas preferências e de que forma contribuem para a variação e mudança linguísticas. Assim, e após uma análise dos resultados, conclui-se que, de facto, essa mudança existe, e que os verbos abundantes não se comportam todos da mesma forma, visto que alguns ocorrem mais predominantemente com participípios regulares e outros com participípios irregulares, ainda que acompanhados do verbo auxiliar “ter”.

Palavras-Chave: Variação Linguística, Verbos Abundantes, Sociolinguística, Português Europeu, Mudança em Curso

Abstract

This work was carried out within the scope of the Research Project course, part of the Bachelor's Degree in Language Sciences. Its objective is to study linguistic variation in abundant verbs in European Portuguese, addressing concepts from the field of Variationist Sociolinguistics. For this purpose, we relied on the collaboration of 307 informants, who indicated their linguistic preferences regarding the regular and irregular past participle forms of a set of 25 verbs. Additionally, a comparison was made between these responses and occurrences found in the CETEMPúblico *corpus*, in order to determine whether there is a significant difference between data collected in a more formal context and responses given in a less controlled setting. The study aimed to understand whether factors such as context, degree of formality, age, and education level influence these preferences, and how they contribute to linguistic variation and change. Based on the analysis of the results, it was concluded that such change does indeed exist, and that abundant verbs do not all behave in the same way. Some occur more frequently with regular participles and others with irregular participles, even when used with the auxiliary verb “have.”

Keywords: Linguistic Variation, Abundant Verbs, Sociolinguistics, European Portuguese, Change in Progress

Lista de Abreviaturas e Siglas

ESM – Escola Secundária de Monserrate

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PE – Português Europeu

PP – Particípio Passado

SOV – Sujeito-Objeto-Verbo

SVO – Sujeito-Verbo-Objeto

TCD – Teste de Completamento do Discurso (DCT - *Discourse Completion Task*)

VSO – Verbo-Sujeito-Objeto

1. Introdução

Os verbos abundantes são um dos domínios tratados pela Sociolinguística, que pode ser estudada ao nível interacional ou variacional, como será o caso desta pesquisa. A Sociolinguística é o ramo da Linguística que aborda as mudanças linguísticas e as relações existentes entre a língua e a sociedade. Para além disso, esta área analisa a forma como os fatores sociais influenciam o uso da linguagem, mostrando como cada falante seleciona as formas linguísticas de acordo com o contexto social no qual se encontra inserido.

Os universais linguísticos traduzem-se em características gramaticais presentes na linguagem humana e em todas as línguas e contribuem para a diversidade linguística. Para além de representarem os princípios de organização e de funcionamento que subjazem a todas as línguas, acabam, também, por indicar quais as regras e limites que todas elas seguem, sendo que existe um espaço para variação dentro dos mesmos, no qual é possível, por exemplo, gerar combinações diversas entre elementos como o sujeito, o verbo e o objeto, gerando ordens de palavras diferentes nas frases, entre as quais se contam as ordens SVO, SOV, VSO, entre outras.

Um desses universais sustenta que a língua é dinâmica, na medida em que vai mudando e sofrendo alterações com o passar do tempo, sem nunca perder a sua essência e o seu valor. A língua portuguesa, por sua vez, não é homogénea, pelo contrário, é heterogénea, é rica numa heterogeneidade social e geográfica e, como consequência, também é rica numa vasta heterogeneidade linguística, e isso acontece devido à variação linguística, não comprometendo o funcionamento da língua. Se há alternância na língua, no sentido em que numa mesma comunidade coexistem variantes diferentes com a mesma função, é natural que haja variação na mesma, e esta não é aleatória, ou seja, faz parte do sistema linguístico, sistema heterogéneo e constituído por regras e unidades variáveis.

Desta forma, podemos afirmar que um dos benefícios das línguas é a sua vivacidade e a variação, que, não só contribui para essa vivacidade, como também para que a língua se afirme como um sistema em atualização constante.

Ao longo deste trabalho vamos, portanto, procurar perceber como é que os verbos abundantes contribuem para essa variação e vivacidade inerentes às línguas, mais concretamente, à língua portuguesa. Para tal, serão observados os respetivos comportamentos linguísticos de falantes do Português Europeu, quanto às suas preferências pelas formas regulares ou irregulares dos participios passados dos verbos propostos e, de seguida, será feita

uma análise e tratamento dessas respostas, sendo realizada, ainda, uma análise comparativa entre as mesmas e os dados recolhidos de um *corpus*.

2. Enquadramento Teórico

Compreender esta pesquisa no seu todo implica definir e referir alguns conceitos essenciais, nomeadamente aqueles que são relativos às áreas críticas da língua portuguesa, à distinção entre variação estável e mudança em curso, à definição de verbos abundantes e à descrição e exemplificação das respetivas variável e variantes linguísticas, assim como as variáveis independentes internas e externas que enquadram o fenómeno em estudo.

2.1. Áreas Críticas da Língua Portuguesa

Considera-se que estamos perante uma área crítica quando, numa determinada língua, essa mesma área apresenta um afastamento entre a norma e o uso, ou seja, quando se verifica variação linguística. Por um lado, a norma de uma língua está presente em gramáticas, dicionários, prontuários, enciclopédias, sistema de ensino e meios de comunicação, por exemplo, e representa um ponto de referência linguístico. Assim, a norma encontra-se associada a um sistema formal e conservador e define aqueles que são os usos “corretos” e “incorretos”, pretendendo fazer “da variedade normalizada uma variedade homogénea e estável” (Garmadi, 1983: 67) e aproximando-se daquela a que se chama “língua padrão” ou “variedade veicular”, uma linguagem de referência, uniformidade e homogeneidade, que funciona ao nível da sociedade global e garante a intercompreensão. Por outro lado, o uso é marcado pela inovação e evolução, pelo desvio e pela heterogeneidade, traduzindo-se num conjunto de diferenças ao nível fonético, lexical e sintático. O uso origina a variação que, por sua vez, pode ser intralinguística ou interlinguística. Fala-se em variação intralinguística quando esta ocorre no seio de uma mesma língua – variedades diatópica, diastrática e diafásica – e “se manifesta nos usos e nas estruturas de um mesmo sistema” (p. 28), enquanto a variação interlinguística “existe entre os próprios sistemas” (ibidem) e configura uma variação que se observa através do “próprio contacto entre as línguas” (ibidem).

As áreas críticas da língua portuguesa são, portanto, áreas “que manifestam sintomas de uma «crise», quer porque nelas se verificam movimentos de rutura (...) quer porque muito facilmente nelas se insinua o puro desvio” (Peres & Móia, 1995: 16), nas quais coocorrem e concorrem duas variantes alternativas, ambas aceites, para uma mesma expressão linguística. Essas variantes, embora não possuam significados distintos, apresentam diferenças quanto à sua forma fonológica, morfológica ou sintática e, dessas duas, aquela que acabar por “predominar” sobre a outra, será considerada como sendo a norma a seguir. Essa “norma”, no entanto, traduzir-se-á numa “regra variável, pois o favorecimento de uma variante e não de

outra decorre de circunstâncias linguísticas (...) e não-linguísticas (...), apropriadas à aplicação de uma regra específica” (Tarallo, 2000: 11).

2.2. Variação Estável vs. Mudança em Curso

Essas áreas de variação podem dar origem a dois fenômenos: a variação estável ou a mudança em curso. Existe variação estável quando não se verifica uma predominância de uma variante linguística sobre a outra e, por isso, o quadro de variação apresenta “estabilidade ao longo de um período razoável de tempo” (Peres & Mória, 1995: 34). Quando tal não acontece, e “uma das formas desaparece” (Mollica & Braga, 2003: 11), ou seja, uma cai em desuso, enquanto a outra predomina sobre ela, estamos perante um processo de mudança linguística, de mudança em curso. Numa grande parte das situações, aquilo que se verifica é que a forma alternativa é aquela que prevalece, e não a dita norma.

2.3. Verbos Abundantes

Uma das áreas de variação linguística no Português Europeu atual diz respeito aos verbos abundantes, verbos que abundam em duas ou mais formas equivalentes do particípio passado: uma forma rizotónica (forte) – formas “indisciplinadas” (Gomes & Cavacas, 2006: 281), que se distanciam do modelo e não têm o sufixo de flexão inerente ao respetivo paradigma, sendo irregulares, do ponto de vista da sua formação morfológica, e com acento no radical; e uma forma arrizotónica (fraca) – formas “bem-comportadas” (Cunha & Cavacas, 2007: 281) que, contrariamente às anteriores, seguem o modelo correspondente à conjugação, sendo regulares, uma vez que apresentam o sufixo “-do” acrescentado ao tema verbal e, para além disso, possuem acento na vogal temática (Raposo et. al, 2013: 32-33). Essa abundância de duas ou mais formas ocorre, somente, no particípio passado, o qual, em certos verbos, “se apresenta com uma forma reduzida ou anormal ao lado da forma regular em -ado ou -ido.” (Cunha & Cintra, 2016: 456). As formas rizotónicas têm, já desde o latim, um estatuto gramatical próximo de nomes e adjetivos, enquanto as formas arrizotónicas têm estatuto de verbos (Raposo et. al, 2013: 33). Se, por um lado, o particípio regular é mais extenso e foi formado no português, o particípio irregular é mais curto e, geralmente, este último deriva diretamente do latim como cultismo ou, então, é formado através da contração da forma regular (Cuesta & Luz, 1971: 448).

A verdade é que existem regras, através das quais sabemos quando é que devemos utilizar cada uma das formas, regras essas que estão descritas em gramáticas, prontuários e em livros de estilo e, na maior parte dos casos, esses materiais apresentam a dita regra “mais como uma

tendência de uso do que como uma norma impositiva”, como se verifica nos exemplos seguintes, retirados do estudo de Móia (2004):

- “De regra, a forma regular emprega-se na constituição dos tempos compostos da VOZ ACTIVA, isto é, acompanhada dos auxiliares ter e haver; a irregular usa-se, de preferência, na formação dos tempos VOZ PASSIVA, ou seja acompanhada do auxiliar ser.” (Cunha e Cintra 1984: 441)”;
- “Somente as formas irregulares se usam como adjectivos e são elas as únicas que se combinam com os verbos estar, ficar, andar, ir e vir.” (op. cit.: 442)”;
- “Nos casos em que se mantêm as duas formas de particípio (a regular e a irregular), emprega-se a forma irregular nos tempos compostos com os auxiliares ser e estar e a forma regular para a formação dos tempos compostos com os auxiliares ter e haver.” (Estrela e Pinto-Correia 1994: 107)”.³⁹

Não obstante, os verbos abundantes não se comportam todos da mesma forma, isto é, não são marcados pela ocorrência uniforme do particípio regular num determinado contexto e do particípio irregular num outro. Como será visível, à medida que este trabalho se desenvolve, e como já teorizado por Móia (2004), desenham-se subconjuntos diferentes no grande grupo dos verbos abundantes, de acordo com o comportamento assumido quanto à seleção dos verbos auxiliares na formação dos tempos compostos, o auxiliar “ser” e o “ter” (ou o “haver” em registos mais elaborados). Para além disso, no interior desta variação de normas, há falantes cujo uso vai numa direção oposta àquela que indica a maior parte das gramáticas.

2.4. Variável Linguística

A variável linguística deste estudo é constituída, portanto, pelos verbos abundantes, um fenómeno que apresenta variação no estágio da língua atual. Traduz-se como sendo uma variável dependente, uma vez que depende de outras variáveis independentes de natureza social ou estrutural e materializa-se num conjunto de variantes. A esse “conjunto de variantes dá-se o nome de ‘variável linguística’.” (p. 8). (Tarallo, 2000)

2.5. Variantes Linguísticas

As variantes linguísticas, por sua vez, são as “duas (ou mais) maneiras de se dizer a mesma coisa” (Tarallo, 2000: 5), isto é, são as “diversas formas alternativas que configuram um fenómeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente” (Mollica & Braga, 2003:

³⁹ Estas três regras enunciadas apresentam as respetivas referências, uma vez que foram transcritas do estudo de Móia (2004), estudo no qual o autor cita essas mesmas fontes.

11), referindo-se, neste caso específico, às formas regular e irregular do particípio passado de cada um dos verbos em estudo.

2.6. Variáveis Independentes

Já as variáveis independentes – ou explanatórias – podem ser “de natureza interna ou externa à língua e exercem pressão sobre os usos, aumentando ou diminuindo a sua frequência” (Mollica & Braga, 2003: 11).

2.6.1. Variáveis Internas

As variáveis independentes internas podem estar relacionadas com questões fonéticas e fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas ou lexicais, correspondendo a “características da língua em várias dimensões” (Mollica & Braga, 2003: 11). Neste estudo, as variáveis internas são de natureza lexical, dado que os usos dependem da frequência com que usamos determinado verbo, e de natureza sintática, uma vez que estamos perante processos de conjugação verbal de tempos compostos.

2.6.2. Variáveis Externas

Por último, as variáveis independentes externas dizem respeito a fatores inerentes ao indivíduo (etnia, sexo e idade), fatores sociais (escolarização, rendimentos, profissão e classe social) e fatores contextuais (grau de formalidade e tensão discursiva). “Os do primeiro tipo referem-se a traços próprios aos falantes, enquanto os demais a características circunstanciais que ora envolvem o falante, ora o evento de fala” (Mollica & Braga, 2003: 11). Embora tenham sido recolhidos dados relativos ao género, idade, nacionalidade, escolarização e profissão, apenas serão analisados, com mais atenção, fatores inerentes ao indivíduo, nomeadamente a idade; fatores sociais, como a sua escolarização; e fatores contextuais, relacionados com o grau de formalidade.

3. Objetivos Gerais

Assim sendo, os nossos principais objetivos são: compreender em que contextos os falantes optam pela forma regular ou irregular do particípio passado, num conjunto de verbos selecionado do universo dos verbos abundantes, considerando apenas cotextos com o auxiliar “ter”, e não “ser”; verificar se as regras que se encontram formuladas nas gramáticas são postas em prática; analisar se existe uma diferença quantitativa quando comparados dados de dois *corpora* distintos, do ponto de vista da formalidade e do contexto; e constatar, ainda, se existe, efetivamente, variação linguística nos 25 verbos abundantes testados que foram agrupados em 5 grupos distintos, tendo como referência e modelo o estudo de Móia (2004: 118).

De acordo com o autor, os verbos dividem-se segundo as seguintes características:

- Grupo I: verbos cujo particípio regular não se usa – “escrever”, “abrir”, “cobrir” e “descobrir”;
- Grupo II: verbos cujo particípio regular caiu claramente em desuso (sequência “ter + PP regular” é sentida como desvio) – “pagar”, “gastar”, “limpar” e “ganhar”;
- Grupo III: verbos cujo particípio regular mostra indícios de cair em desuso, mas ainda ocorre com alguma frequência (forte desafio à norma conservadora “ter + PP regular”) – “entregar”, “salvar”, “matar”, “eleger”, “aceitar” e “expulsar”;
- Grupo IV: verbos cujo particípio irregular ocorre no contexto em causa, mas com relativa raridade (supremacia da norma conservadora “ter + PP regular”; sequência “ter + PP irregular” tende a ser sentida como desvio) – “expressar”, “extinguir”, “suspender”, “prender”, “dispersar” e “soltar”;
- Grupo V: verbos cujo particípio irregular não se usa ou é bastante rara a sua utilização (sequência “ter + PP irregular” é sentida como desvio) – “envolver”, “acender”, “despertar”, “ocultar” e “manifestar”.

4. Metodologia

Para concretizar o estudo, procedeu-se, primeiramente, à elaboração de um questionário no Google Forms, o qual foi divulgado e enviado, em formato online, para os estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), para os estudantes da Escola Secundária de Monserrate (ESM), entre outros informantes, de forma a abranger um vasto número de falantes. Para além disso, e numa tentativa de conseguir obter respostas de uma amostra de falantes mais idosos, optou-se por fazer uma versão em formato de papel, a qual também foi distribuída, ainda que em menor número. O questionário foi partilhado de forma anónima, garantindo a confidencialidade dos dados, e a sua recolha durou cerca de três semanas, uma vez que era necessário angariar uma quantidade significativa de respostas. Assim, foram obtidas 294 respostas em formato digital e 13 em formato de papel, dando um total de 307 respostas.

O intuito do questionário era perceber quais seriam as preferências linguísticas dos falantes do Português Europeu em situações reais de uso, ou seja, se optavam pela forma regular ou pela forma irregular dos verbos abundantes apresentados, e, para tal, o enunciado pedia o seguinte: “(...) complete as seguintes frases, de acordo com a forma que lhe pareça ser mais correta ou aquela que lhe pareça ser mais comum no seu dia a dia. Há frases nas quais terá de completar os espaços em branco, conjugando o verbo que está entre parêntesis, e outras nas quais terá, apenas, de selecionar uma opção, de acordo, também, com o verbo que é apresentado.”⁴⁰. Uma vez que, em trabalhos experimentais anteriores, se verificaram dificuldades no preenchimento do exercício proposto, ficou definido que seria benéfico incluir dois tipos de resposta, ou seja, metade das respostas de escolha múltipla e a outra metade de resposta livre, como descrito na frase anterior. Algumas das frases que surgiram no exercício foram as seguintes⁴¹:

1) A Beatriz **tem** _____ (**ESCREVER**) muitas cartas.

☐ escrevido

☐ escrito

6) Se não **tivesses** _____ (**GASTAR**) todo o teu dinheiro, agora poderias ir de férias.

9) Os estudantes já **terão** _____ (**ENTREGAR**) os relatórios.

☐ entregue

☐ entregado

13) Quando falei com a Clara, ela ainda não **tinha** _____ (**ACEITAR**) o meu convite.

⁴⁰ Observar o enunciado, no seu todo, nos Anexos – Anexo 1.

⁴¹ As restantes frases encontram-se no questionário anexado – Anexo 1.

☐ aceitado

☐ aceite

18) Acredita-se que as forças policiais **tenham** _____ (**PRENDER**) os suspeitos de vandalismo.

22) No teu lugar **teria** _____ (**ACENDER**) uma vela.

Desta forma, foi adotado como metodologia o (TCD) Teste de Completamento do Discurso (*Discourse Completion Task - DCT*), desenvolvido por Ogiermann (2018). Embora este modelo seja usado, sobretudo, em estudos de Pragmática para analisar a forma como os falantes produzem atos de fala em contextos sociais específicos, sendo-lhes apresentado um cenário contextualizado, no qual têm de completar o discurso com aquilo que diriam naquela situação comunicativa, o Teste de Completamento do Discurso mostrou ser uma ferramenta útil nesta pesquisa, uma vez que permitiu obter respostas padronizadas e comparáveis entre participantes. Esta metodologia apresenta dois cenários de seleção – o cenário aberto, no qual o participante redige uma resposta livre, e o cenário fechado, no qual pode escolher entre duas opções fornecidas – ambos adotados, como referido anteriormente, e através dos quais se pretendeu a obtenção de respostas espontâneas e naturais.

Este formato contribuiu, assim, para uma recolha de dados padronizados, o que facilitou a análise da variação linguística dos participios em uso real no Português Europeu. A amostra permitiu, ainda, uma análise por género, grupos etários, naturalidade, níveis de escolaridade e profissões. Deste modo, totalizou-se a participação de 307 informantes, 72% deles pertencentes ao género feminino, 27% pertencentes ao género masculino e 1% que se identifica com um outro género. Desses 307 informantes, cerca de 43% têm entre 15 e 24 anos; 30% têm entre 25 e 44 anos; 19% têm entre 45 e 64 anos; e 7%, 65 ou mais anos – ou seja, a nossa amostra revelou ser bastante variada, em termos de faixa etária. Quanto ao nível de escolaridade, a maioria dos participantes frequenta ou tem como nível máximo de escolaridade o Ensino Superior (64,82%) ou o Ensino Secundário (24,76%), algo que seria esperado, dados os locais de divulgação do questionário. No que diz respeito à naturalidade e, ainda que se tenha conseguido alcançar quase todos os distritos e arquipélagos de Portugal, a maioria dos informantes provém de Viana do Castelo (53,75%) e do Porto (24,43%), regiões nortenhas. Por último, e relativamente à

profissão exercida, a maior parte dos inquiridos é estudante (43%) ou especialista de atividades intelectuais e científicas (15,96%), sendo englobadas outras áreas profissionais diversas.⁴²

Para além disso, seguiu-se uma metodologia mista, abordada por Cohen, Manion & Morrison (2017) na sua obra *Research Methods in Education* (8th ed.), na qual é apresentado um modo de combinar, integrar e tratar métodos quantitativos e qualitativos num projeto de pesquisa, “cujo propósito é proporcionar uma compreensão mais rica e confiável (...) de um fenómeno”⁴³ (p. 32), através da recolha, análise e interpretação dos dados. Esta abordagem permite, por sua vez, o tratamento de dados mais gerais – quantitativos – e dados específicos, nomeadamente dados sociodemográficos – qualitativos. Neste estudo, em particular, a dimensão quantitativa está relacionada com a análise estatística das preferências linguísticas dos falantes (forma regular ou forma irregular dos verbos abundantes), enquanto a dimensão qualitativa incide sobre uma análise interpretativa das possíveis explicações subjacentes a essas preferências.

Por último, e de forma a ser feita, posteriormente, uma análise comparativa com os dados recolhidos, foi realizada uma pesquisa em *corpora*, relativa à ocorrência dos mesmos verbos apresentados, no CETEMPúblico (*Corpus* de Extratos de Textos Eletrónicos MCT/Público), um *corpus* do Português Europeu que contém milhões de palavras e expressões extraídas do jornal diário nacional “PÚBLICO”. Este *corpus*, por sua vez, encontra-se inserido na plataforma Linateca⁴⁴, na qual estão incluídos variados recursos linguísticos do português.

⁴² Para uma melhor compreensão dos dados percentuais presentes neste parágrafo, deverão ser observados os respetivos gráficos correspondentes a cada um dos Fatores Sociodemográficos (Género, Grupo Etário, Nível de Escolaridade, Naturalidade e Profissão), que se encontram anexados nas páginas finais – Anexos 10, 11, 12, 13 e 14.

⁴³ Tradução própria.

⁴⁴ Link da plataforma Linateca: <https://www.linateca.pt/cetempublico/>

5. Apresentação e Discussão dos Dados

5.1. Análise Comparativa

Após ser realizada uma primeira análise global das respostas obtidas por meio de questionário, verificou-se o seguinte, no que diz respeito a cada grupo de verbos:

Grupos de Verbos	Verbos	“ter + PP regular”	“ter + PP irregular”	Outras
Grupo I: verbos cujo particípio regular não se usa	Escrever Abrir Cobrir Descobrir	“escrevido” - 12 “abrido” - 16 “cobrido” - 77 “descobrido” - 25	“escrito” - 295 “aberto” - 286 “coberto” - 230 “descoberto” - 279	0 5 0 3
Grupo II: verbos cujo particípio regular caiu claramente em desuso	Pagar Gastar Limpar Ganhar	“pagado” - 63 “gastado” - 105 “limpado” - 109 “ganhado” - 94	“pago” - 244 “gasto” - 201 “limpo” - 198 “ganho” - 211	0 1 0 2
Grupo III: verbos cujo particípio regular mostra indícios de cair em desuso, mas ainda ocorre com alguma frequência	Entregar Salvar Matar Eleger Aceitar Expulsar	“entregado” - 128 “salvado” - 125 “matado” - 202 “elegido” - 183 “aceitado” - 159 “expulsado” - 214	“entregue” - 178 “salvo” - 182 “morto” - 105 “eleito” - 116 “aceite” - 148 “expulso” - 91	1 0 0 8 0 2
Grupo IV: verbos cujo particípio irregular ocorre no contexto em causa, mas com relativa raridade	Expressar Extinguir Suspender Prender Dispersar Soltar	“expressado” - 287 “extinguido” - 253 “suspensado” - 238 “prendido” - 269 “dispersado” - 277 “soltado” - 169	“expresso” - 20 “extinto” - 48 “suspensão” - 69 “preso” - 30 “disperso” - 30 “solto” - 136	0 6 0 8 0 2
Grupo V: verbos cujo particípio irregular não se usa ou é bastante raro	Envolver Acender Despertar Ocultar Manifestar	“envolvido” - 298 “acendido” - 282 “despertado” - 297 “ocultado” - 293 “manifestado” - 297	“envolto” - 9 “aceso” - 21 “desperto” - 10 “oculto” - 9 “manifesto” - 10	0 4 0 5 0

Quadro 1: Distribuição Geral de Particípios Regulares e Irregulares de Verbos Abundantes no Contexto “ter + PP” – Respostas do Questionário

Relativamente ao Grupo I, existe, de facto, uma clara predominância das formas irregulares face às regulares. Contudo, é contrariada a “ideia” de que o particípio regular não se usa, uma vez que se verifica a ocorrência do mesmo, ainda que numa percentagem bastante reduzida, em todos os verbos desse conjunto. A mesma situação ocorre no Grupo II, onde, uma vez mais, a forma irregular “ganha terreno” sobre a forma regular, sentida como desvio, apresentando um menor número de respostas. O Grupo III, por outro lado, desafia as características que lhe são atribuídas, segundo as quais o particípio regular tende a cair em desuso, ocorrendo com alguma frequência, já que esse mesmo particípio predomina em verbos como “matar”, “eleger”, “aceitar” e “expulsar”. No que diz respeito ao Grupo IV, este comporta-se como seria de esperar, constatando-se que a forma irregular ocorre com relativa raridade. O mesmo reflete o último grupo, o Grupo V, no qual os particípios irregulares são raros e existe um domínio da forma regular.

Observemos, agora, o Quadro 2, no qual são visíveis as ocorrências retiradas do *corpus* CETEMPúblico⁴⁵:

Grupos de Verbos	Verbos	“ter + PP regular”	“ter + PP irregular”
Grupo I: verbos cujo particípio regular não se usa	Escrever Abrir Cobrir Descobrir	“escrevido” - 0 “abrido” - 0 “cobrido” - 0 “descobrido” - 0	“escrito” - 1076 “aberto” - 774 “coberto” - 36 “descoberto” - 880
Grupo II: verbos cujo particípio regular caiu claramente em desuso	Pagar Gastar Limpar Ganhar	“pagado” - 0 “gastado” - 1 “limpado” - 1 “ganhado” - 7	“pago” - 1033 “gasto” - 475 “limpo” - 24 “ganho” - 2730
Grupo III: verbos cujo particípio regular mostra indícios de cair em desuso, mas ainda ocorre com alguma frequência	Entregar Salvar Matar Eleger Aceitar Expulsar	“entregado” - 42 “salvado” - 14 “matado” - 101 “elegido” - 30 “aceitado” - 340 “expulsado” - 23	“entregue” - 639 “salvo” - 157 “morto” - 818 “eleito” - 117 “aceite” - 1013 “expulso” - 68

⁴⁵ Para efetuar esta pesquisa, foi utilizado o código « [lema = "ter"] "verbo" », de acordo com cada verbo abundante e as respetivas formas regulares e irregulares (por exemplo: [lema = "ter"] "escrito" / [lema = "ter"] "escrevido").

Grupo IV: verbos cujo particípio irregular ocorre no contexto em causa, mas com relativa raridade	Expressar Extinguir Suspender Prender Dispersar Soltar	“expressado” - 76 “extinguido” - 29 “suspendido” - 138 “prendido” - 60 “dispersado” - 18 “soltado” - 27	“expresso” - 30 “extinto” - 10 “suspense” - 40 “preso” - 18 “disperso” - 4 “solto” - 3
Grupo V: verbos cujo particípio irregular não se usa ou é bastante raro	Envolver Acender Despertar Ocultar Manifestar	“envolvido” - 370 “acendido” - 21 “despertado” - 172 “ocultado” - 65 “manifestado” - 1546	“envolto” - 3 “aceso” - 6 “desperto” - 1 “oculto” - 0 “manifesto” - 12

Quadro 2: Distribuição Geral de Particípios Regulares e Irregulares de Verbos Abundantes no Contexto “ter + PP” – *Corpus CETEMPúblico*⁴⁶

Depois de ser efetuada uma pesquisa pelas respectivas ocorrências do verbo auxiliar “ter” acompanhado dos particípios regulares e irregulares dos 25 verbos abundantes em estudo, obtivemos os dados apresentados acima, dados esses que tornam evidentes as características associadas a cada um dos grupos de verbos.

Tendo em conta os dois quadros apresentados, podemos retirar uma primeira conclusão. Enquanto no Grupo III os resultados do questionário mostram uma preferência pelas formas regulares “matado”, “elegido”, “aceitado” e “expulsado”, os resultados retirados do CETEMPúblico mostram uma preferência contrária pelas formas irregulares “morto”, “eleito”, “aceite” e “expulso”. Destaca-se, portanto, que os falantes favorecem formas previsíveis à conjugação regular do verbo, devido a um possível conhecimento da norma, seguindo o padrão geral de conjugação.

Existe uma potencial diferença de contexto entre os dados reunidos por meio de questionário e os dados extraídos do *corpus*. Enquanto estes últimos são provenientes de um contexto mais formal, do tipo de discurso jornalístico, meio difusor de uma variedade veicular, prestigiada e culta, os primeiros foram recolhidos de um questionário que, eventualmente, não coloca os inquiridos num contexto tão formal, o que não invalida que os mesmos se sentissem “pressionados” e avaliados no momento do completamento do inquérito, razão pela qual fizeram as escolhas linguísticas descritas anteriormente. Essa diferença contextual demarca um

⁴⁶ Cf. Mória (2004)

fator curioso, relativamente aos usos verificados no CETEMPúblico. Apesar de a fonte desses resultados ser, como referido, um instrumento difusor de uma variedade normativa, existe uma tendência desviante à norma padrão, visível na preferência pelo participio irregular nos verbos do Grupo III, embora antecédidos do auxiliar “ter”, mais elevada no *corpus* CETEMPúblico do que nos resultados do inquérito. Este comportamento pode estar relacionado com o elevado grau de escolaridade da maioria dos falantes participantes no nosso estudo. Nas secções seguintes exploraremos esta diferença mais aprofundadamente.

5.2. Análise dos Dados

Após realizada a análise comparativa anterior, foram observados, de seguida, com mais detalhe, cada um dos 5 grupos de verbos em estudo. É de notar, antes de mais, que, embora tenham sido recolhidos dados sociodemográficos relativos à naturalidade, profissão, género, idade e nível de escolaridade dos 307 informantes, foram trabalhados, com mais profundidade, apenas as últimas duas variáveis externas, visto que o tratamento das restantes não evidenciou resultados suficientemente relevantes que conduzissem a uma análise produtiva.

5.2.1. Análise Global dos Dados

O Grupo I (verbos cujo participio regular não se usa), de um total de 1228 respostas, registou cerca de 89% (1090) correspondentes ao participio irregular e 11% (130) correspondentes ao participio regular, como é visível no Gráfico 1:

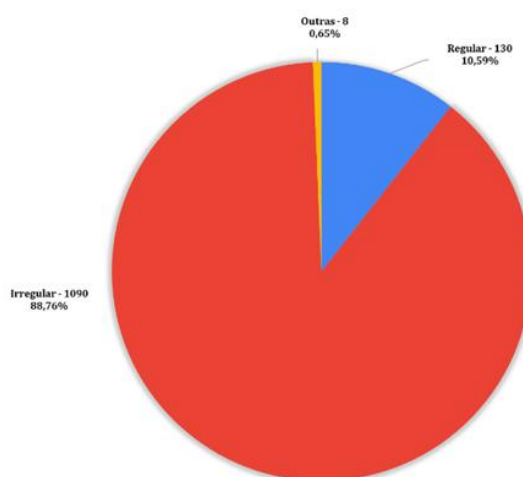


Gráfico 1: Dados Percentuais das Respostas Globais do Grupo I

Desta forma, podemos constatar que os falantes optam, na sua grande maioria, pelas formas irregulares dos verbos “escrever”, “abrir”, “cobrir” e “descobrir”, embora haja uma pequena percentagem que ainda usa as formas regulares, contrariando a ideia de que estas “não se usam”.

Por sua vez, no Grupo II (verbos cujo particípio regular caiu em desuso – sequência “ter + PP regular” é sentida como desvio), de um total de 1228 respostas, aproximadamente 70% (855) delas favorecem as formas irregulares e 30% (370) optam pelas regulares, como podemos observar no Gráfico 2:

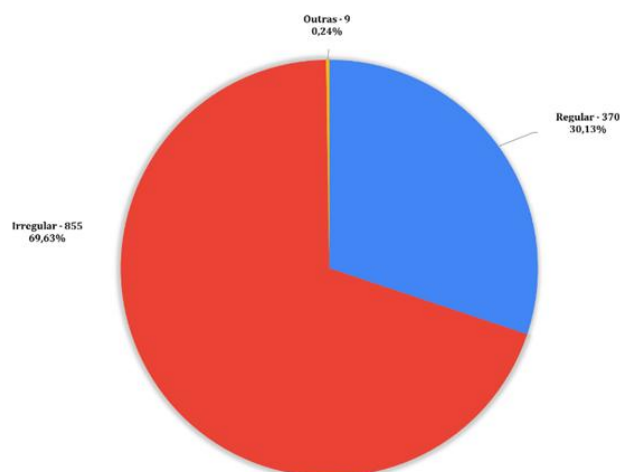


Gráfico 2: Dados Percentuais das Respostas Globais do Grupo II

Neste conjunto de verbos verifica-se, pois, que o particípio passado regular, ainda que seja utilizado, está, efetivamente, a cair em desuso e prevalecem formas como “pago”, “gasto”, “limpo” e “ganho”.

Quanto ao Grupo III (verbos cujo particípio regular mostra indícios de cair em desuso, mas ainda ocorre com alguma frequência – forte desafio à norma conservadora “ter + PP regular”), que teve um total de 1842 respostas, cerca de 55% (1011) dos falantes do PE da nossa amostra usam os particípios regulares e 45% (820), os particípios irregulares, dados visíveis no Gráfico 3:

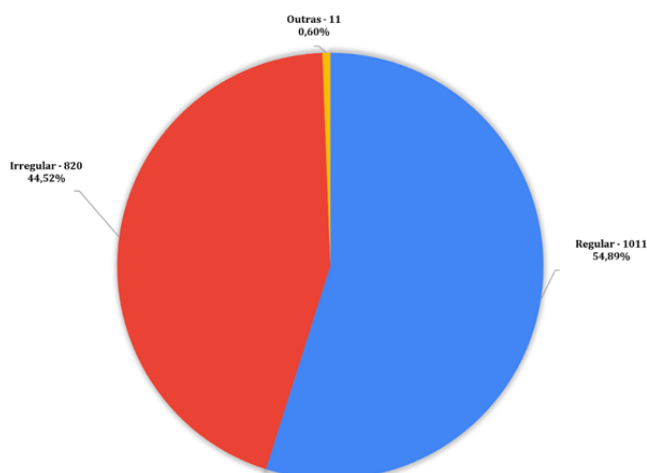


Gráfico 3: Dados Percentuais das Respostas Globais do Grupo III

Deste modo, podemos concluir que este Grupo não se comporta da forma reportada por Mória no seu estudo de 2004, havendo uma predominância das formas regulares “entregado”, “salvado”, “matado”, “elegido”, “aceitado” e “expulsado”, em detrimento das irregulares, como já tinha sido exposto no Quadro 1. Assim, e através das respostas recolhidas, confirma-se que o particípio passado regular neste subgrupo de verbos não está, propriamente, a cair em desuso, aproximando-se os respondentes da norma conservadora que, para este subconjunto de verbos, recomenda a sequência “ter + PP regular”.

Já no Grupo IV (verbos cujo particípio irregular ocorre no contexto em causa, mas com relativa raridade – supremacia da norma conservadora “ter + PP regular”; sequência “ter + PP irregular” tende a ser sentida como desvio), e também tendo um total de 1842 respostas, cerca de 81% (1491) são relativas a formas regulares dos verbos abundantes, enquanto, somente, 18% (335) se referem a formas irregulares, como podemos ver no Gráfico 4:

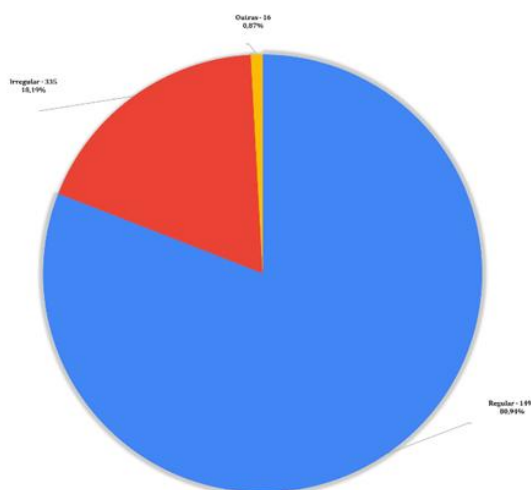


Gráfico 4: Dados Percentuais das Respostas Globais do Grupo IV

Este Grupo corresponde, pois, às características reportadas por Mória (2004), havendo uma clara supremacia da norma conservadora e não sendo tão frequente a ocorrência das formas irregulares “expresso”, “extinto”, “suspense”, “preso”, “disperso” e “solto”.

Por último, no Grupo V (verbos cujo particípio irregular não se usa ou é bastante rara a sua utilização – sequência “ter + PP irregular” é sentida como desvio) registaram-se cerca de 96% (1467) de respostas com o PP regular e, apenas, 4% de respostas (59) com o PP irregular, dentro de um universo de 1535 respostas, como retratado no Gráfico 5:

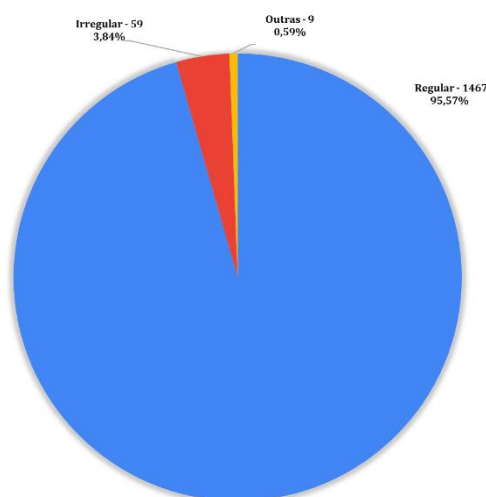


Gráfico 5: Dados Percentuais das Respostas Globais do Grupo V

Desta forma, verifica-se que os falantes usam, na sua quase totalidade, as formas regulares “envolvido”, “acendido”, “despertado”, “ocultado” e “manifestado” dos verbos pertencentes a este Grupo, havendo uma reduzida percentagem de ocorrências das formas irregulares.

Assim, e à semelhança das conclusões retiradas a partir da análise do Quadro 1, podemos constatar que, de um modo geral, os falantes do PE seguem as regras e tendências associadas a cada um destes grupos de verbos abundantes. O único desvio que ressalta, relativamente à tendência reportada por Móia, corresponde aos verbos do Grupo III, nos quais os informantes do nosso estudo revelaram optar pelas formas regulares em vez das irregulares, como foi observado.

5.2.2. Análise dos Dados por Idades

Relativamente às idades, embora os dados tenham sido inicialmente recolhidos com base em sete grupos etários, durante a análise verificou-se que a amostra não permitia tratar todos esses grupos separadamente. Constatou-se que alguns deles apresentavam comportamentos semelhantes, o que levou à sua agregação em apenas quatro grupos etários: dos 15 aos 24 anos; dos 25 aos 44 anos; dos 45 aos 64 anos; e 65 ou mais anos.

O Quadro 3 apresenta os dados recolhidos em cada um dos grupos de verbos, através dos quais observamos o número de respostas com o PP regular e irregular, de acordo com os vários grupos etários. Como seria de esperar, face à análise anterior das respostas globais, todos os usos ocorrem da forma esperada, ou seja, enquanto nos Grupos I e II o particípio regular é tido como desviante, nos Grupos IV e V o particípio tido como desviante é o irregular.

Grupos de Verbos	Grupo Etário	“ter + PP regular”	“ter + PP irregular”	Outras	N.º Total de Respostas
Grupo I	15 – 24	50	482	0	532
	25 – 44	43	326	3	372
	45 – 64	24	211	1	236
	65/+	13	71	4	88
Grupo II	15 – 24	160	372	0	532
	25 – 44	114	256	2	372
	45 – 64	69	167	0	236
	65/+	28	59	1	88
Grupo III	15 – 24	467	325	6	798
	25 – 44	291	264	3	558
	45 – 64	178	176	0	354
	65/+	76	55	1	132
Grupo IV	15 – 24	671	121	6	798
	25 – 44	452	102	4	558
	45 – 64	271	81	2	354
	65/+	97	31	4	132
Grupo V	15 – 24	642	21	2	665
	25 – 44	443	19	3	465
	45 – 64	284	11	0	295
	65/+	98	8	4	110

Quadro 3: Síntese Distribuída dos Dados Recolhidos – Grupo Etário⁴⁷

Não obstante, o Grupo III, uma vez mais, contraria a ideia de que há um forte desafio à norma conservadora “ter + PP regular”, já que a maioria dos falantes opta por essa mesma norma. O Gráfico 6 pode ajudar-nos a visualizar melhor essa preferência:

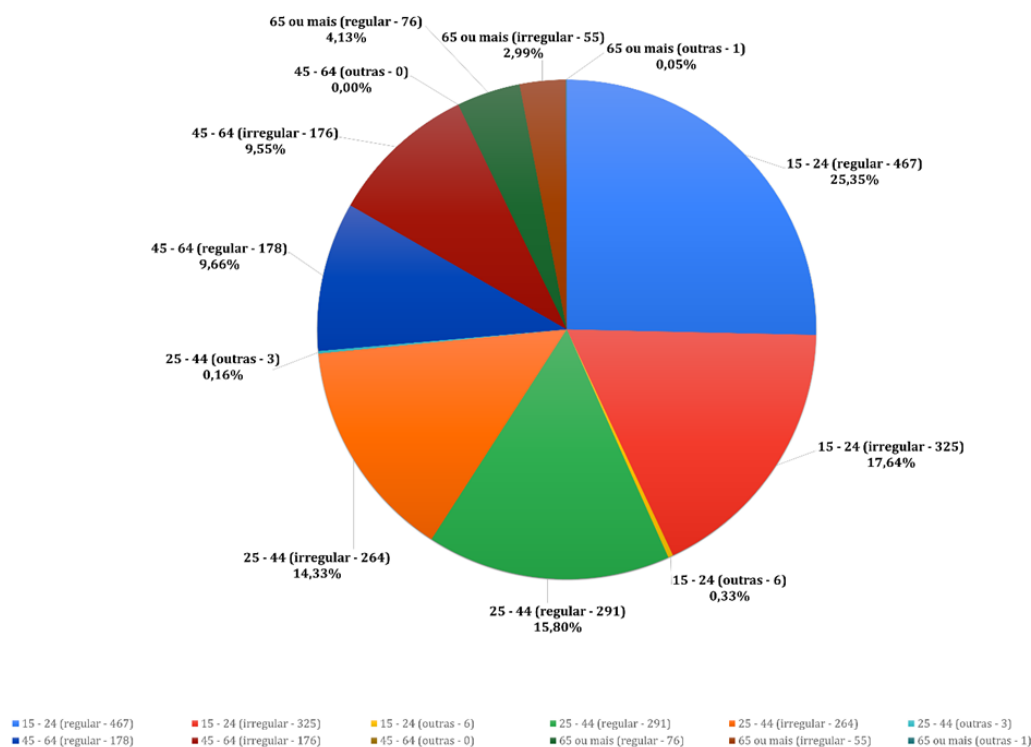


Gráfico 6: Dados Percentuais das Respostas do Grupo III – Grupo Etário

Podemos considerar, portanto, que todos os grupos etários favorecem o uso do participio regular dos verbos deste grupo, embora, em certos grupos etários, a diferença entre os dois participios seja mínima: PP regular – 25,4%/ PP irregular – 17,6% (15 - 24); PP regular – 15,8%/ PP irregular 14,3% (25 - 44); PP regular – 9,7%/ PP irregular 9,6% (45 - 64); PP regular – 4,1%/ PP irregular 3% (65/+).

Este fenómeno poderá indicar que, pelo menos, uma parte dos falantes têm conhecimento da regra “ter + PP regular”, motivo pelo qual conjugam desta forma estes verbos, embora seja patente a existência de alguma taxa de desvio.

5.2.3. Análise dos Dados por Nível de Escolaridade

O nível de escolaridade, por sua vez, também foi dividido em quatro grupos: Nenhum; Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos); Ensino Secundário e Cursos Profissionais Nível IV; e

⁴⁷ Para uma melhor compreensão dos dados presentes no Quadro 3, deverão ser observados os respetivos gráficos correspondentes aos Grupos I, II, IV e V, que se encontram anexados nas páginas finais – Anexos 2, 3, 4 e 5.

Ensino Superior (ensino pós-secundário, curso técnico superior profissional, licenciatura, mestrado e doutoramento).

O Quadro 4 reflete os resultados obtidos pelos falantes do PE no questionário, apontando o número de respostas com o participio regular e com o irregular, de acordo com os níveis de escolaridade referidos. Uma vez mais, os Grupos I, II, IV e V refletem as normas e tendências apontadas por Móia, havendo uma preferência pelas formas irregulares nos dois primeiros e uma preferência pelas formas regulares nos dois últimos.

Grupos de Verbos	Nível de Escolaridade	“ter + PP regular”	“ter + PP irregular”	Outras	N.º Total de Respostas
Grupo I	Nenhum	6	6	0	12
	Ensino Básico	17	96	3	116
	Ensino Secundário	25	277	2	304
	Ensino Superior	82	711	3	796
Grupo II	Nenhum	6	6	0	12
	Ensino Básico	26	89	1	116
	Ensino Secundário	59	245	0	304
	Ensino Superior	280	514	2	796
Grupo III	Nenhum	14	4	0	18
	Ensino Básico	81	93	0	174
	Ensino Secundário	208	244	4	456
	Ensino Superior	709	479	6	1194
Grupo IV	Nenhum	15	3	0	18
	Ensino Básico	109	57	8	174
	Ensino Secundário	339	113	4	456
	Ensino Superior	1028	162	4	1194

Grupo V	Nenhum	12	3	0	15
	Ensino Básico	128	12	5	145
	Ensino Secundário	350	29	1	380
	Ensino Superior	977	15	3	995

Quadro 4: Síntese Distribuída dos Dados Recolhidos – Nível de Escolaridade⁴⁸

Novamente, o Grupo III é aquele que se configura como sendo o mais controverso. Os falantes cujo nível máximo de escolaridade é o Ensino Básico (PP regular – 4,4%; PP irregular 5,1%) e o Ensino Secundário (PP regular – 11,3%; PP irregular 13,3%) favorecem as formas irregulares em detrimento das regulares, mantendo-se “fiéis” às características que este conjunto patenteou no estudo de Mória, como reflete, de seguida, o Gráfico 7.

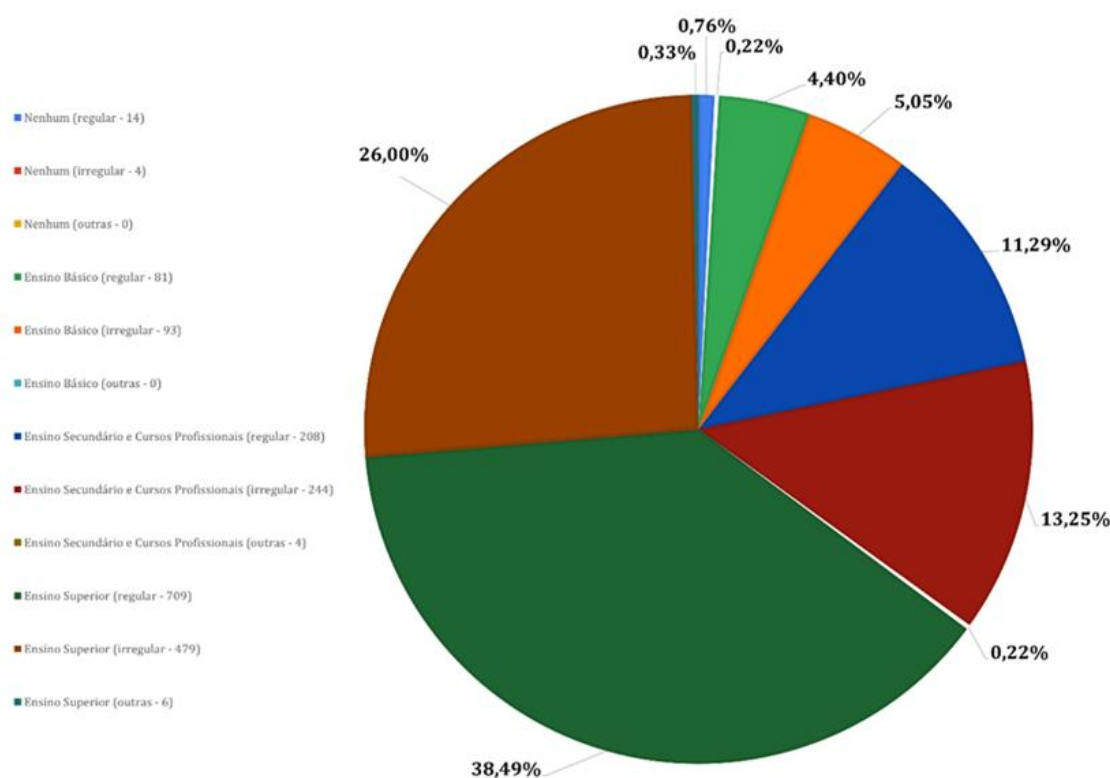


Gráfico 7: Dados Percentuais das Respostas do Grupo III – Nível de Escolaridade

Uma hipótese explicativa para este comportamento sociolinguístico pode ser que, embora estes falantes tenham acesso às regras gramaticais, poderão não ter uma consolidação plena da norma, o que poderá ter contribuído para este comportamento linguístico instável.

⁴⁸ Para uma melhor compreensão dos dados presentes no Quadro 4, deverão ser observados os respetivos gráficos correspondentes aos Grupos I, II, IV e V, que se encontram anexados nas páginas finais – Anexos 6, 7, 8 e 9.

Por outro lado, os informantes sem qualquer nível de escolaridade e aqueles que possuem o Ensino Superior, optam pelos participípios regulares. Estamos, assim, perante dois extremos da escala da escolarização que, apesar de tudo, adotam o mesmo comportamento linguístico.

A escolha dos falantes cuja escolaridade é nula (PP regular – 0,8%; PP irregular 0,2%) poderá ser justificada pela sua falta de escolarização e pela ativação de uma analogia, que os conduz a conjugar estes verbos da mesma forma que conjugariam qualquer outro verbo regular, seguindo um padrão transparente (acrescentando “-ado” ou “-ido”) e fácil de interiorizar intuitivamente, sem o recurso de nenhum ensino formal.

Já os dados relativos ao Ensino Superior (PP regular – 38,5%; PP irregular 26%), podem advir de razões distintas das anteriores. Este grupo social esteve, durante um longo período de tempo, em contacto com a norma culta escrita e exposto aos usos normativos, em que, tendencialmente, a forma regular acompanha os verbos auxiliares “ter” e “haver”. Para além do mais, falantes pertencentes a este grupo tendem a vigiar mais o próprio discurso, nomeadamente em contextos académicos e profissionais, privilegiando a forma que lhes foi apresentada como sendo a “correta”, segundo as gramáticas normativas.

6. Restrições da Pesquisa

No decorrer desta pesquisa, fomos confrontados com algumas restrições que, embora não tenham impedido a realização do estudo, dificultaram, por vezes, o seu desenvolvimento.

Em primeiro lugar, é de frisar a quantidade de “outras respostas” obtidas no inquérito aplicado, respostas descontextualizadas e inesperadas que impossibilitaram a utilização e tratamento de uma percentagem dos dados. O facto de não ter havido um controlo e acompanhamento diretos no processo de resposta acabou, também, por dificultar a “verificação” desses desvios, uma vez que os informantes não tiveram a possibilidade de esclarecer possíveis dúvidas que fossem surgindo durante o preenchimento do questionário, algo que poderá ter interferido com a interpretação das tarefas propostas. Ainda no tópico de “respostas inválidas”, é de notar que, embora o questionário em formato de papel tenha permitido alcançar um número considerável de participações de uma população mais idosa, o mesmo acabou por interferir no levantamento dos dados. Ou seja, enquanto no questionário online apenas se podiam submeter as respostas após o preenchimento de todos os campos, no questionário em papel tal não ocorria, sendo uma parte deles entregue com respostas em branco, algo que contribuiu para o aumento de respostas não aproveitáveis.

Quanto à análise das informações recolhidas no CETEMPúblico, embora esta ferramenta corresponda a um grande repositório de dados, estes não estão atualizados, remontando, os últimos registos, à década de '90. Esta situação acabou, também ela, por comprometer a análise comparativa dos resultados.

Por fim, é possível que os informantes, ao responderem ao questionário, se tenham sentido “avaliados”, o que pode ter influenciado as suas respostas. A ausência de limite de tempo pode ter favorecido respostas mais refletidas e conscientes, em detrimento das formas que usariam num contexto de fala espontânea, levando, assim, a possíveis hipercorreções ou escolhas mais normativas.

Para um estudo futuro, pretendemos, portanto, tentar melhorar esses aspetos, estando presente, por exemplo, no momento de preenchimento do questionário em formato de papel, de forma a esclarecer dúvidas e a ajudar na elaboração do mesmo, especialmente quando se tratar de grupos etários mais velhos, dadas as suas possíveis dificuldades. Quanto ao questionário em formato digital, e numa tentativa de evitar respostas discrepantes inseridas no completamento de espaços, podemos optar por adaptar o exercício, somente, com respostas de escolha múltipla, nas quais são dadas todas as opções possíveis, a fim de que se possa fazer um tratamento da

totalidade dos dados. Pretendemos, ainda, abranger um público mais vasto, aumentando o tempo de acesso ao questionário e distribuindo-o por mais pessoas, de idades e níveis de escolaridade variados, com o intuito de conseguirmos uma amostra mais diversificada e mais vasta em cada uma das variáveis externas.

7. Considerações Finais

Terminada a recolha e posterior análise e tratamento dos dados de 307 falantes do Português Europeu, de vários géneros, faixas etárias, nacionalidades, níveis de escolaridade e profissões, extraíram-se conclusões diversas.

Uma primeira análise comparativa entre os resultados obtidos por meio de questionário e os pesquisados em *corpora*, revelaram diferenças, nomeadamente, relativas ao Grupo de verbos III, conforme o estudo de Mória (2004), tendo-se confirmado uma preferência pelas formas regulares “matado”, “elegido”, “aceitado” e “expulsado”, por parte dos falantes inquiridos, face a uma preferência pelas formas irregulares “morto”, “eleito”, “aceite” e “expulso”, levantadas no CETEMPúblico. Os dados recolhidos deste *corpus* apresentam uma tendência desviante face à norma padrão, manifestada pelo favorecimento dos participios irregulares em contextos com o auxiliar “ter”, enquanto os falantes do PE inquiridos no estudo favorecem os participios regulares. Estas diferenças poderão advir do elevado nível de escolaridade registado na maioria dos falantes que participaram nesta pesquisa. Não obstante, e à exceção deste Grupo III, podemos afirmar que as propriedades de cada grupo de verbos apresentados no estudo de Mória correspondem, na sua maioria, ao uso real, identificado no nosso inquérito.

Com efeito, quando observados os dados relativos a cada um dos cinco conjuntos de verbos, de acordo com os respetivos grupos etários e níveis de escolaridade analisados, constatou-se que as respostas aos Grupo I, II, IV e V correspondem às normas e tendências de uso associadas a cada um deles em Mória (2004), preferindo os informantes do nosso estudo os participios irregulares, nos dois primeiros grupos e os regulares, nos dois últimos. O Grupo III, por sua vez, evidenciou um padrão diferente, e os falantes, em vez de usarem mais frequentemente as formas irregulares, tal como o estudo de Mória reporta, com base em usos extraídos do CETEMPúblico, optaram pelas formas regulares.

Assinala-se, desta forma, um aspeto interessante, resultante da comparação entre as tendências verificadas por Mória e as verificadas nos resultados atuais. O comportamento que os verbos do Grupo III assumiam à data do estudo de Mória, há mais de duas décadas, parece ter sofrido algumas alterações, sendo que, atualmente, os falantes usam com mais incidência as formas regulares dos mesmos, mostrando que esses participios não estão a cair em desuso, ao contrário do que o autor apontou na época. É de frisar, contudo, que o número de informantes do nosso estudo não representa a atual comunidade linguística do Português Europeu, pelo que os resultados desta comparação serão sempre limitados.

Em suma, podemos concluir que esta pesquisa mostrou que “(...) esta variação dos participios é bastante instável, isto é, há vários a passar de moda, há outros a renascer, até a nascer.” (Gomes & Cavacas, 2006: 281). Assim, pode-se afirmar que existe variação linguística nesta que é uma das áreas críticas da língua portuguesa, comprovando, uma vez mais, quão viva e dinâmica ela é.

8. Bibliografia

- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2017). *Research methods in education* (8th ed.). Routledge.
- Cuesta, P. V., & Mendes da Luz, M. A. (1971). *Gramática da Língua Portuguesa*. Edições 70.
- Cunha, C., & Cintra, L. (2016). Verbos abundantes. In: *Nova gramática do português contemporâneo*. (pp. 455-457) (7.^a ed.). Lexikon Editora.
- Garmadi, J. (1983). *Introdução à Sociolinguística*. Publicações Dom Quixote.
- Gomes, A., & Cavacas, F. (2006). Abundância verbal. In: *A Língua não É Traíçoeira: Morfologia*. (pp. 280–281). Clássica Editora.
- Linguateca. (n.d.). *CETEMPúblico: Corpus de jornais*.
<https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=CETEMPUBLICO>
- Móia, T. (2004). Algumas áreas problemáticas para a normalização linguística—disparidades entre o uso e os instrumentos de normalização. In *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 115-119).
- Mollica, M. C., & Braga, M. L. (orgs.) (2003). *Introdução à sociolinguística: O tratamento da variação*. Contexto.
- Ogiermann, E. (2018). Discourse completion tasks. In A. H. Jucker, K. P. Schneider, & W. Bublitz (Eds.), *Methods in pragmatics* (pp. 229–255). De Gruyter Mouton.
- Peres, J. A., & Móia, T. (1995). *Áreas críticas da língua portuguesa*. Caminho.
- Raposo, E. B. P., Bacelar do Nascimento, M. F., Coelho da Mota, M. A., Segura, L., & Mendes, A. (2013). Fenómenos de mudança na história do português. In: *Gramática do português* (Vol. 1: Morfologia verbal) (pp. 32–33). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tarallo, F. (2000). *A Pesquisa Sociolinguística*. (7.^a ed.). Ática.

9. Anexos

Anexo 1:

Questionário - Variação Linguística nos Verbos Abundantes

O presente questionário foi desenvolvido no âmbito de um estudo para o Projeto de Pesquisa Final, pertencente à Licenciatura de Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e procura estudar a Variação Linguística nos Verbos Abundantes no Português Europeu.

Este **questionário** destina-se, por isso, **exclusivamente**, a **falantes nativos** do **Português Europeu**. Todas as **respostas** obtidas serão **anónimas** e servirão, apenas, para **fins académicos**.

Agradeço, desde já, a sua colaboração e disponibilidade!

1. Dados Sociodemográficos:

Género:

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Outro

Idade:

- ☐ 17 anos ou menos
- ☐ 18 a 24 anos
- ☐ 25 a 34 anos
- ☐ 35 a 44 anos
- ☐ 45 a 54 anos
- ☐ 55 a 64 anos
- ☐ 65 ou mais anos

Naturalidade:

- ☐ Aveiro
- ☐ Beja
- ☐ Braga
- ☐ Bragança
- ☐ Castelo Branco
- ☐ Coimbra
- ☐ Évora
- ☐ Faro
- ☐ Guarda
- ☐ Leiria
- ☐ Lisboa
- ☐ Portalegre
- ☐ Porto
- ☐ Santarém
- ☐ Setúbal
- ☐ Viana do Castelo
- ☐ Vila Real
- ☐ Viseu
- ☐ Arquipélago dos Açores
- ☐ Arquipélago da Madeira

Nível de Escolaridade:

- ☐ Ensino Básico 1.º ciclo (atual 4.º ano/ antiga instrução primária/4.ª classe)
- ☐ Ensino Básico 2.º ciclo (atual 6.º ano/ antigo ciclo preparatório)
- ☐ Ensino Básico 3.º ciclo (atual 9.º ano / antigo 5.º liceal)
- ☐ Ensino Secundário (atual 12.º ano/ antigo 7.º liceal)
- ☐ Curso Profissional Nível IV
- ☐ Ensino Pós-Secundário (Cursos de Especialização Tecnológica Não Superior)
- ☐ Curso Técnico Superior Profissional
- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento
- ☐ Nenhum

Profissão:

- ☐ Profissões das Forças Armadas (oficiais das forças armadas; sargentos das forças armadas; outro pessoal das forças armadas)
- ☐ Representantes do Poder Legislativo e de Órgãos Executivos, Dirigentes Públicos e Gestores (em áreas administrativas, comerciais, de produção e serviços especializados, hotelaria, restauração, entre outros)
- ☐ Especialistas de Atividades Intelectuais e Científicas (especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins; profissionais em finanças, contabilidade, gestão e relações públicas; especialistas em tecnologias de informação e comunicação; profissionais em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais; profissionais de saúde, professores)
- ☐ Técnicos e Profissões de Nível Intermédio (das ciências e engenharia; técnicos de enfermagem, radiologia, etc.; técnicos financeiros, administrativos e de negócios; profissionais das áreas jurídicas, sociais, desportivas e culturais; técnicos em tecnologias de informação)
- ☐ Pessoal Administrativo (empregados de escritório, secretários e operadores de processamento de dados; assistentes ao cliente e de contabilidade; outros auxiliares administrativos)
- ☐ Trabalhadores dos Serviços Pessoais (cabeleireiros, cozinheiros, entre outros); de Proteção e Segurança (polícias, bombeiros, seguranças); e Vendedores de Loja
- ☐ Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta (agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado; trabalhadores qualificados da floresta, pesca e caça, orientados para o mercado; agricultores, criadores de animais, pescadores, caçadores e coletores, de subsistência)
- ☐ Trabalhadores Qualificados da Indústria, Construção e Artífices (trabalhadores qualificados da construção e similares; profissionais da metalurgia, mecânica e similares; trabalhadores qualificados da impressão, joalheiros, artesãos e similares; trabalhadores qualificados em eletricidade e em eletrónica; trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato)
- ☐ Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem (operadores de instalações fixas e máquinas; trabalhadores da montagem; condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis)
- ☐ Trabalhadores Não Qualificados (trabalhadores de limpeza; trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta; trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes; assistentes na preparação de

refeições; vendedores ambulantes (exceto alimentos) e prestadores de serviços na rua; trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares)

- ☐ Estudante
- ☐ Desempregado
- ☐ Reformado
- ☐ Outro

2. Questionário

O objetivo é que **complete** as seguintes **frases**, de acordo com a **forma** que lhe pareça ser mais correta ou aquela que lhe pareça ser **mais comum** no seu dia a dia.

Há frases nas quais terá de **completar** os **espaços em branco**, conjugando o verbo que está entre parêntesis, e outras nas quais terá, apenas, de **selecionar uma opção**, de acordo, também, com o verbo que é apresentado.

⚠ Tenha em atenção o verbo que lhe é pedido para conjugar, de forma a não haver respostas discrepantes e a que todas as respostas obtidas possam ser utilizadas no estudo. ⚠

Obrigada!

1. A Beatriz **tem** _____ (**ESCREVER**) muitas cartas.

- ☐ escrito
- ☐ coberto

2. O André **tinha** _____ (**ABRIR**) todas as janelas, porque estava muito calor.

3. A comunicação social **terá** _____ (**COBRIR**) todo o evento.

- ☐ coberto
- ☐ coberto

4. Diz-se que os cientistas **terão** _____ (**DESCOBRIR**) uma nova espécie.

5. A Alexandra **tem** _____ (**PAGAR**) as propinas, atempadamente.

- ☐ pago
- ☐ pago

6. Se não **tivesses** _____ (**GASTAR**) todo o teu dinheiro, agora poderias ir de férias.

7. O Manuel já **teria** _____ (**LIMPAR**) o quarto, se não se distraísse com a música.

- ☐ limpo
- ☐ limpo

8. A minha equipa não **tem** _____ (**GANHAR**) nenhum jogo.

9. Os estudantes já **terão** _____ (**ENTREGAR**) os relatórios.

☐ entregue

☐ entregue

10. Quando a polícia chegou ao local, os bombeiros **tinham** _____ (**SALVAR**) um terço das pessoas.

11. Desconfia-se que aquele assassino já **tivesse** _____ (**MATAR**) mais de doze pessoas.

☐ matado

☐ morto

12. Espera-se que a turma **tenha** _____ (**ELEGER**) um novo representante.

13. Quando falei com a Clara, ela ainda não **tinha** _____ (**ACEITAR**) o meu convite.

☐ aceitado

☐ aceite

14. A Diana duvidou que o segurança **tivesse** _____ (**EXPULSAR**) a sua amiga do recinto.

15. Talvez o Diogo se **tenha** _____ (**EXPRESSAR**) mal.

☐ expressado

☐ expresso

16. Ao longo dos anos, **têm-se** _____ (**EXTINGUIR**) inúmeras espécies.

17. Se a Matilde faltasse tanto como a Luísa, já **teria** _____ (**SUSPENDER**) a esta cadeira.

☐ suspendido

☐ suspenso

18. Acredita-se que as forças policiais **tenham** _____ (**PRENDER**) os suspeitos de vandalismo.

19. A Isabel **terá** _____ (**DISPERSAR**) muito durante toda a sua apresentação.

☐ dispersado

☐ disperso

20. Quem quer que **tenha** _____ (**SOLTAR**) os presidiários, terá de arcar com as consequências.

21. Ele **ter-se-á** _____ (**ENVOLVER**) num grande aparato.

☐ envolvido

☐ envolto

22. No teu lugar, **teria** _____ (**ACENDER**) uma vela.

23. O relógio já **tinha** _____ (**DESPERTAR**) três vezes, quando o Tiago se levantou.

☐ despertado

☐ desperto

24. Preferia que não me **tivesses** _____ (**OCULTAR**) essas informações.

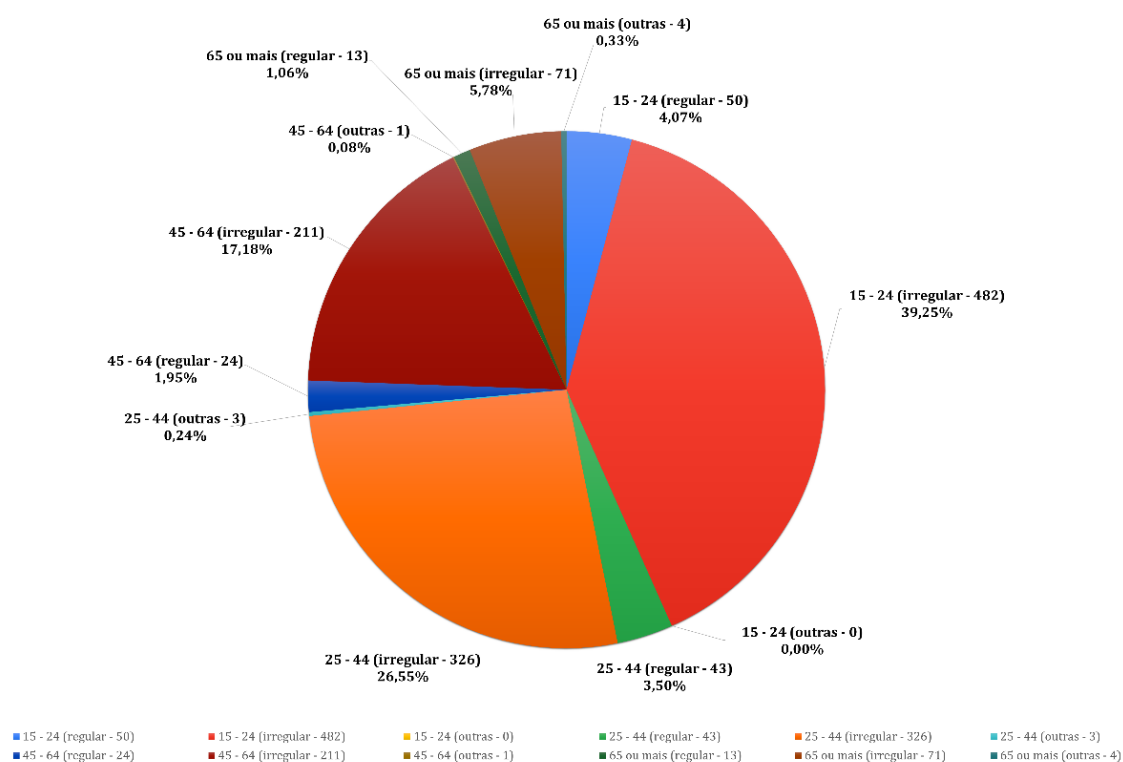
25. O Gabriel **teria** _____ (**MANIFESTAR**) a sua opinião, se tivesse tido oportunidade.

☐ manifestado

☐ manifesto

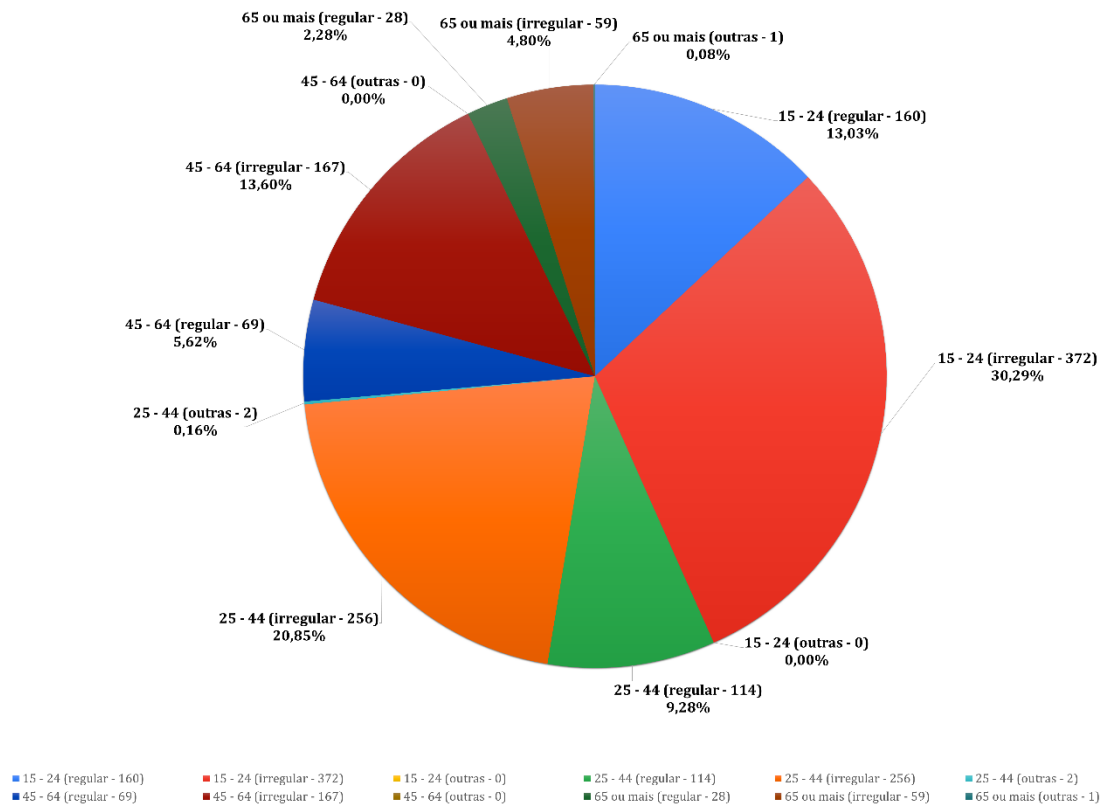
Anexo 2:

Gráfico: Dados Percentuais das Respostas do Grupo I – Grupo Etário



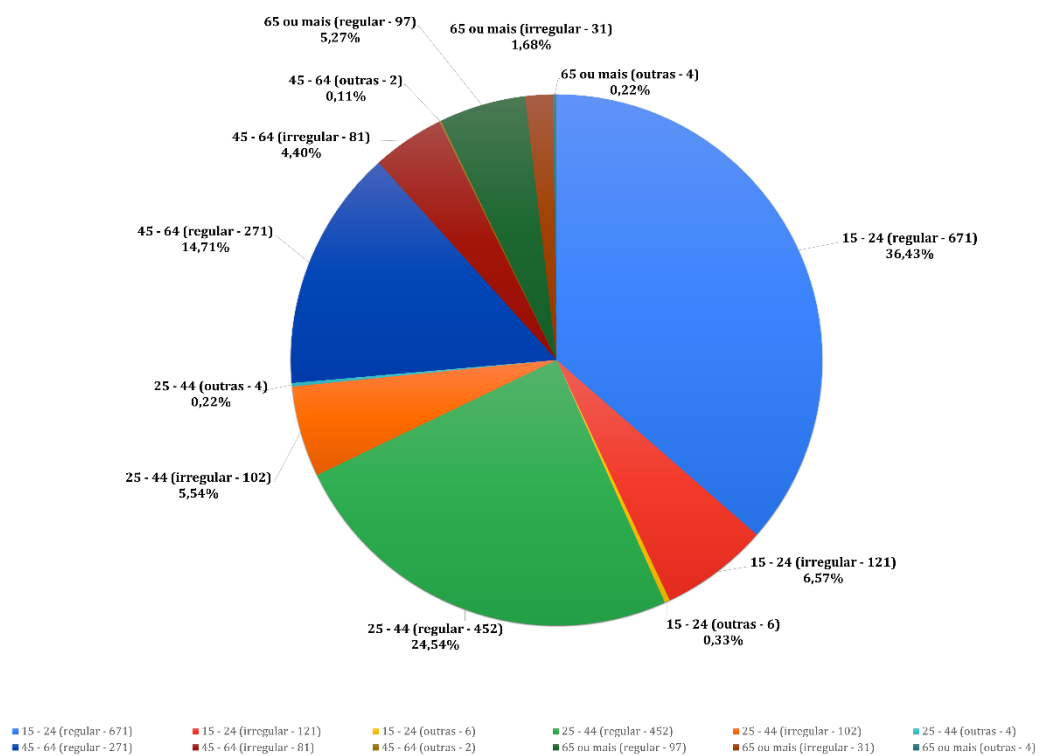
Anexo 3:

Gráfico: Dados Percentuais das Respostas do Grupo II – Grupo Etário



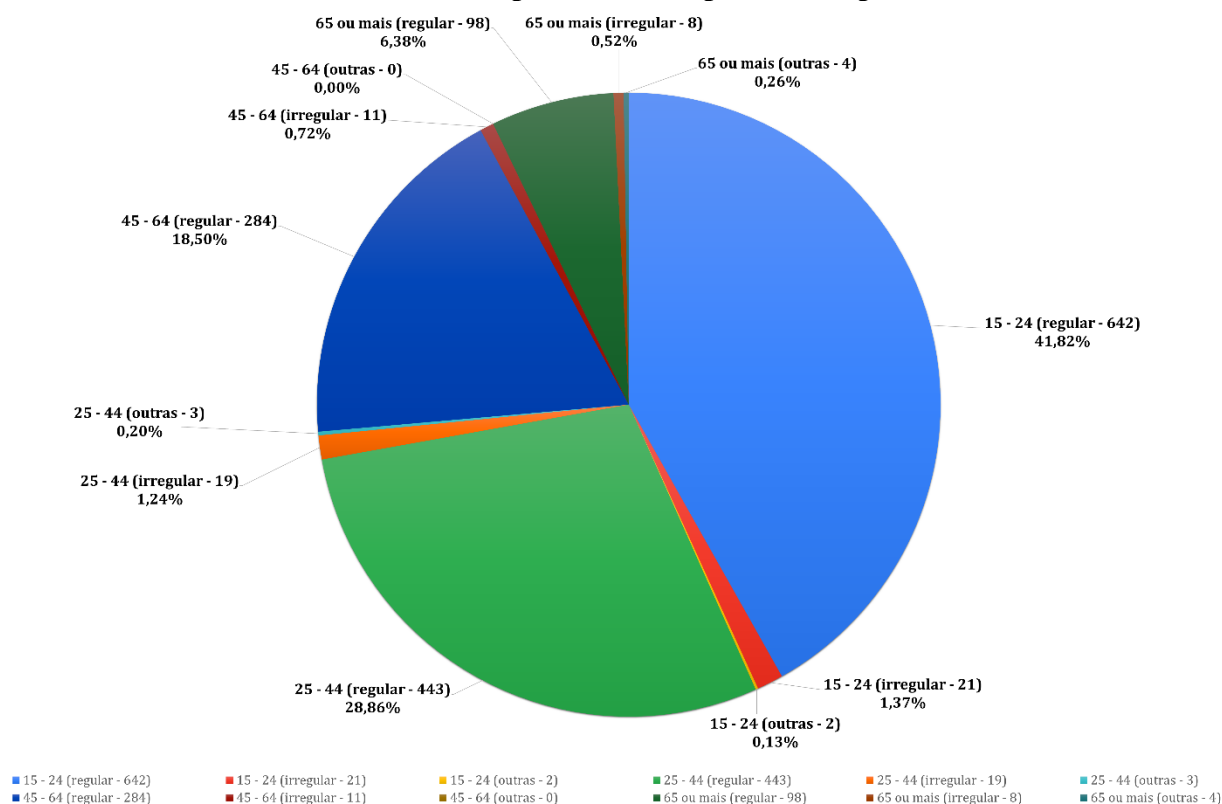
Anexo 4:

Gráfico: Dados Percentuais das Respostas do Grupo IV – Grupo Etário



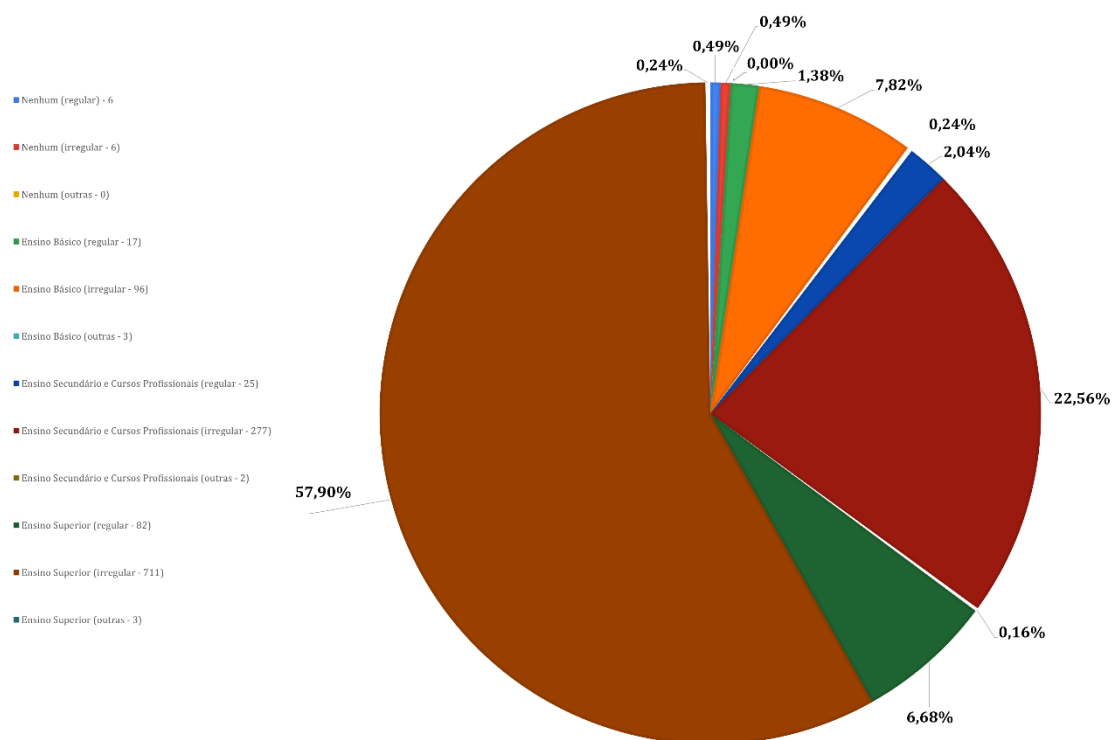
Anexo 5:

Gráfico: Dados Percentuais das Respostas do Grupo V – Grupo Etário



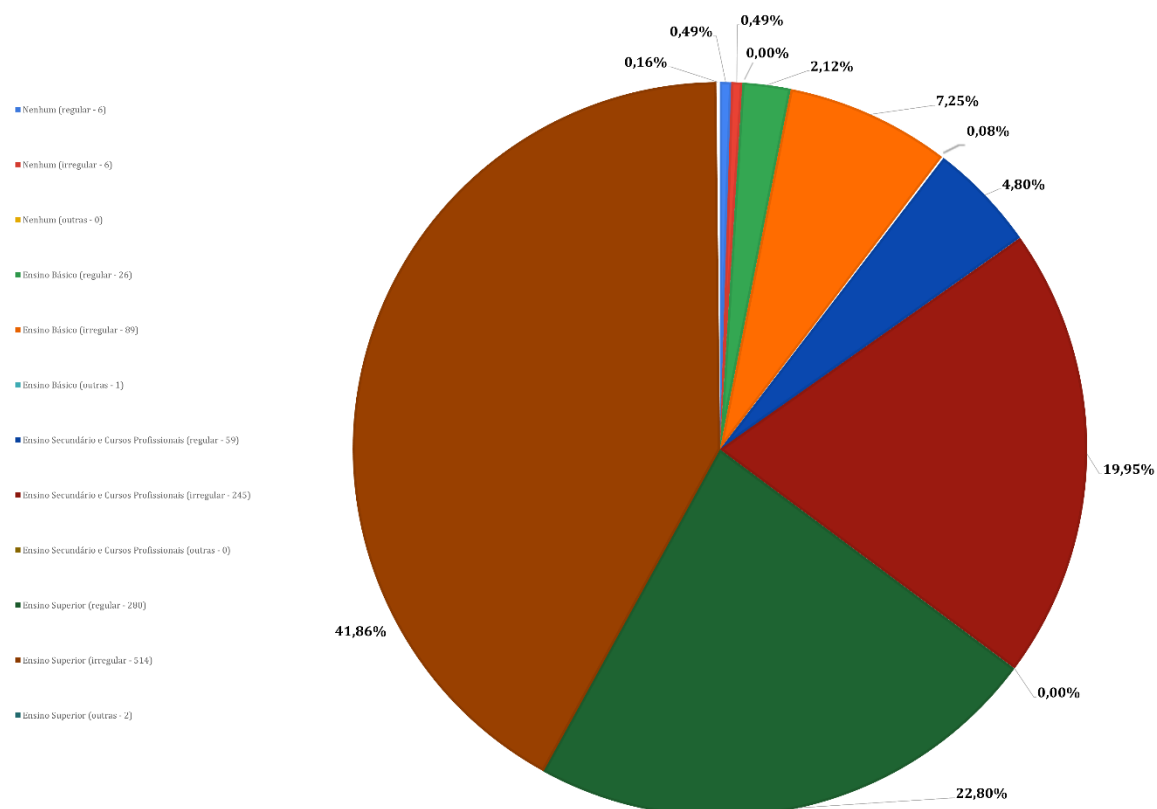
Anexo 6:

Gráfico: Dados Percentuais das Respostas do Grupo I – Nível de Escolaridade



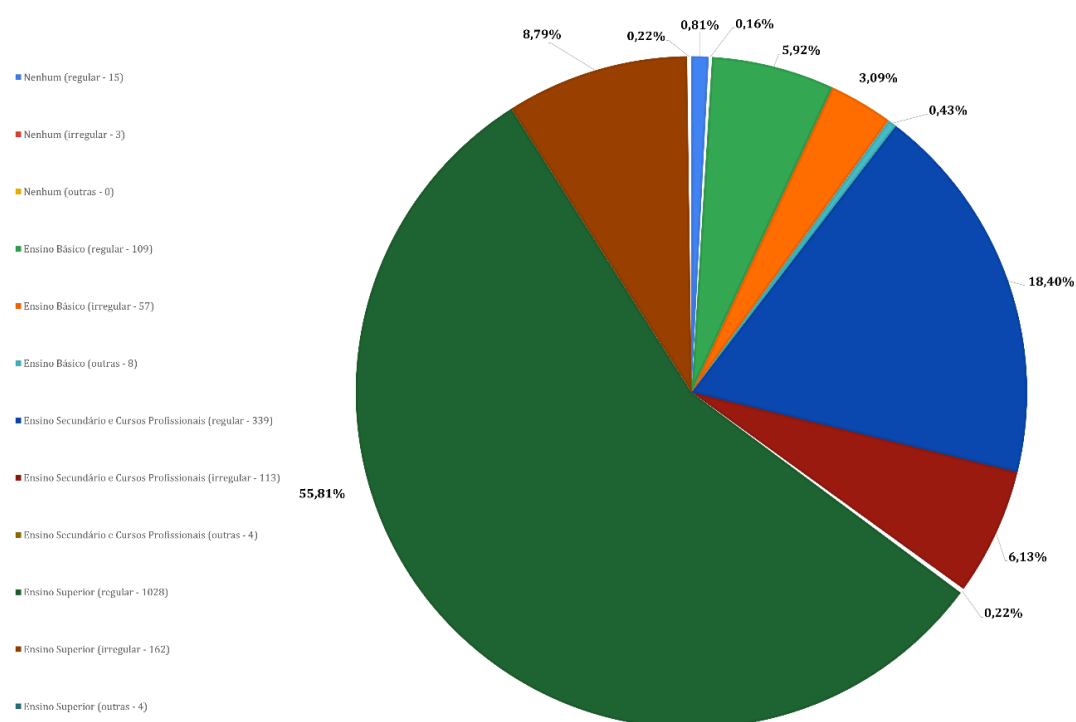
Anexo 7:

Gráfico: Dados Percentuais das Respostas do Grupo II – Nível de Escolaridade



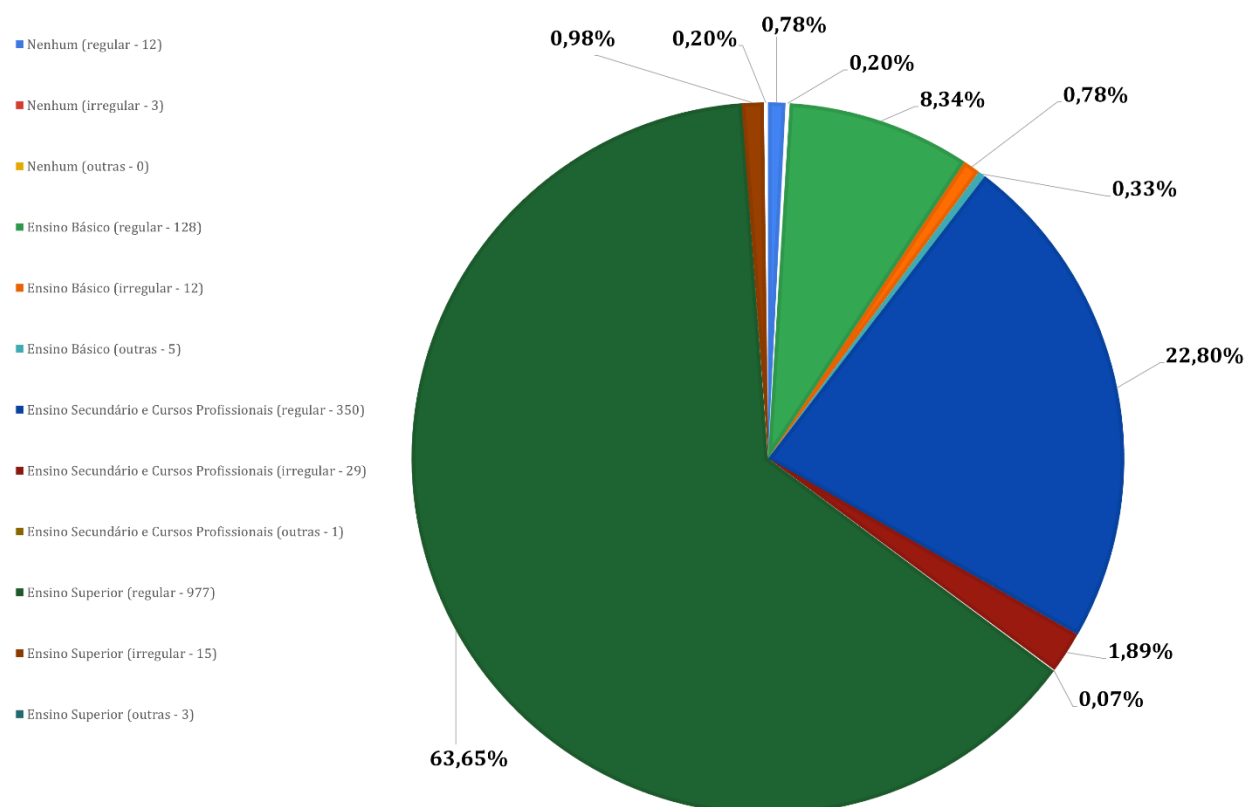
Anexo 8:

Gráfico: Dados Percentuais das Respostas do Grupo IV – Nível de Escolaridade



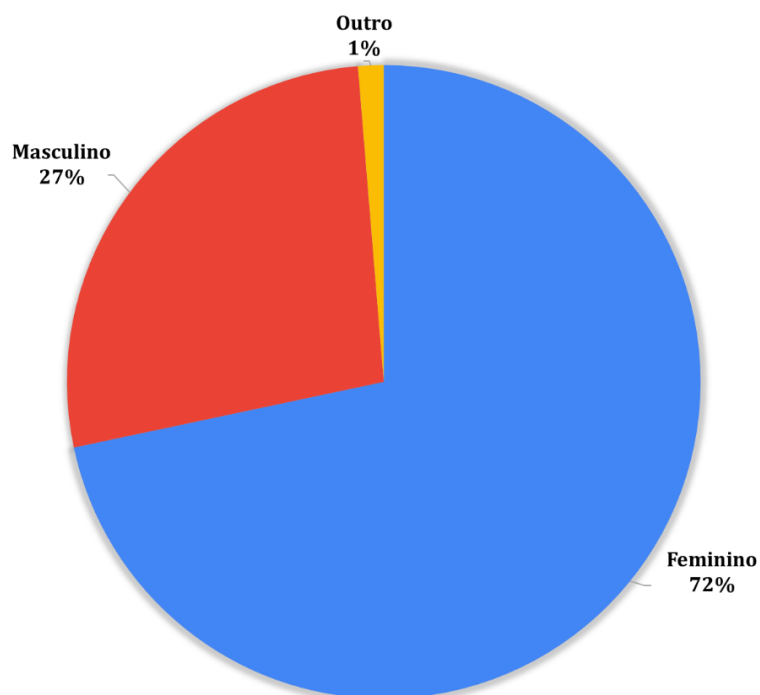
Anexo 9:

Gráfico: Dados Percentuais das Respostas do Grupo V – Nível de Escolaridade



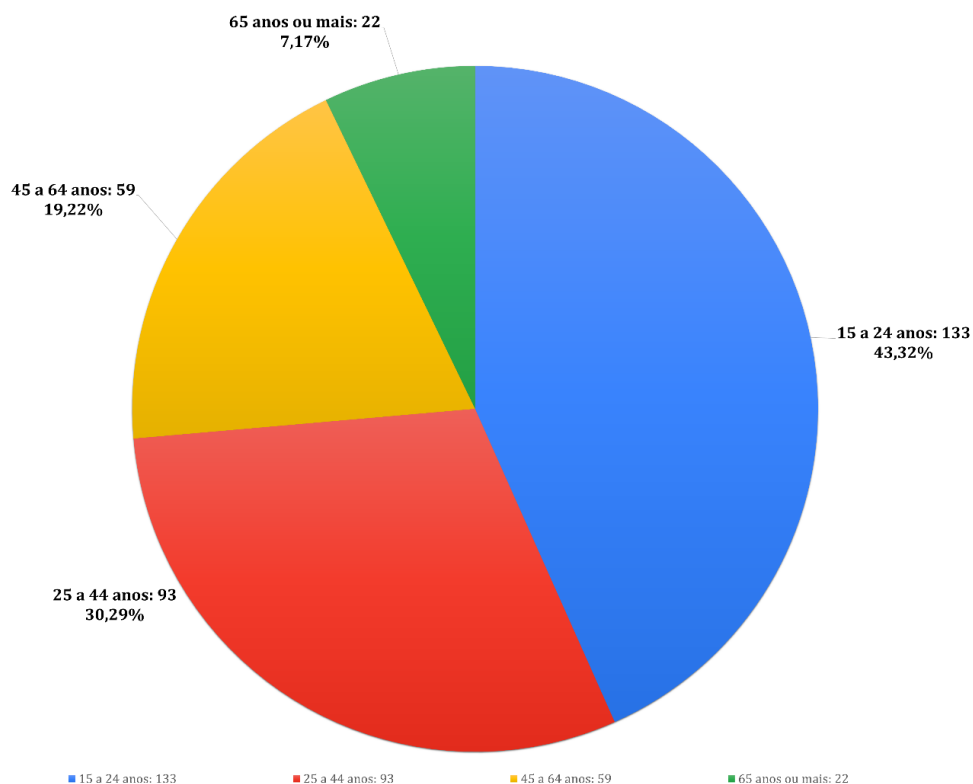
Anexo 10:

Gráfico: Dados Percentuais dos Fatores Sociodemográficos – Género



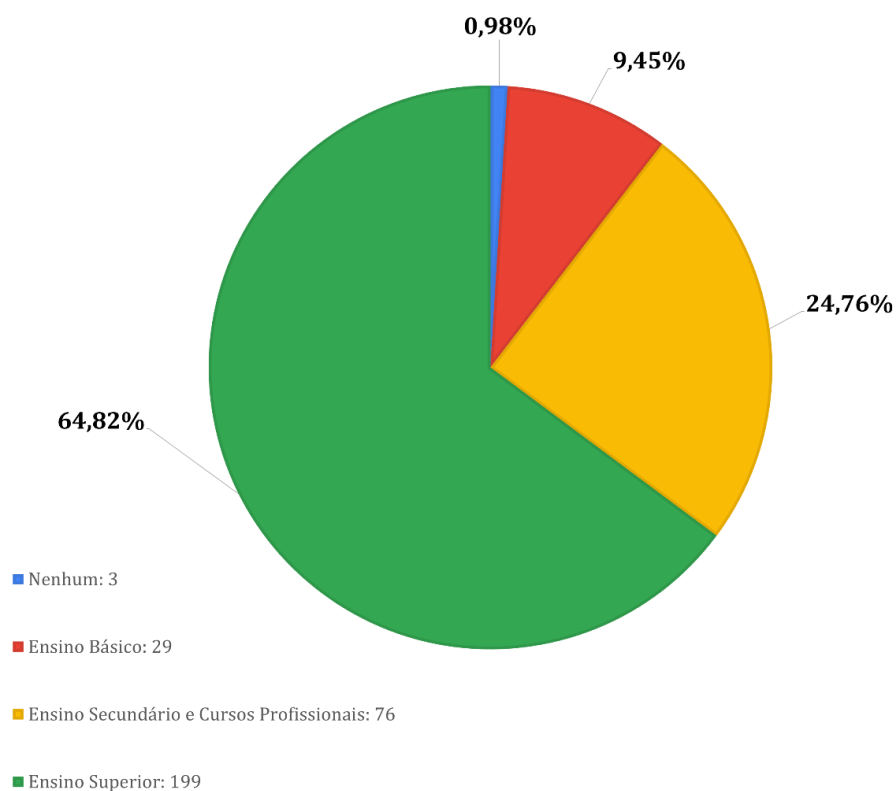
Anexo 11:

Gráfico: Dados Percentuais dos Fatores Sociodemográficos – Grupo Etário



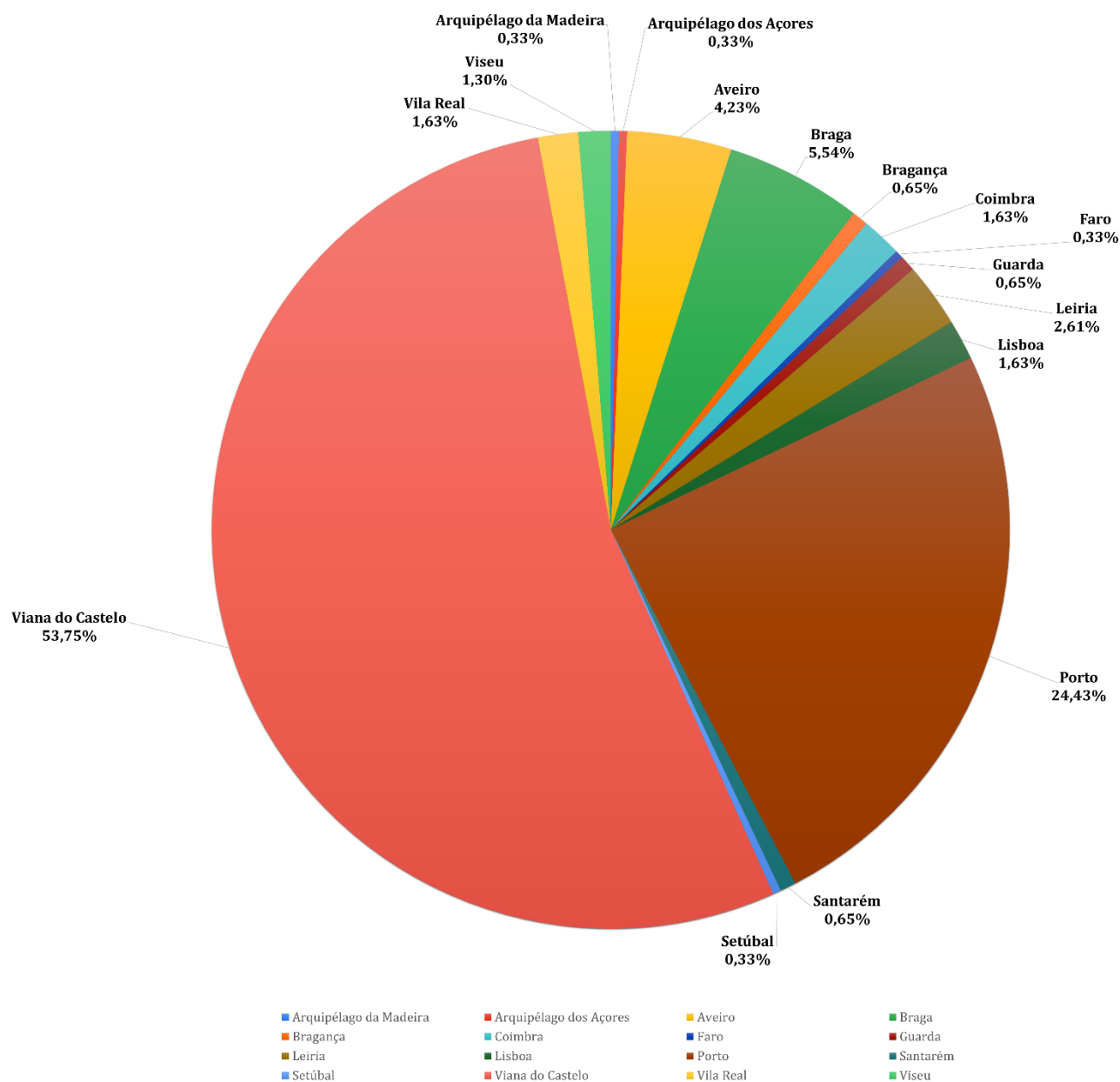
Anexo 12:

Gráfico: Dados Percentuais dos Fatores Sociodemográficos – Nível de Escolaridade



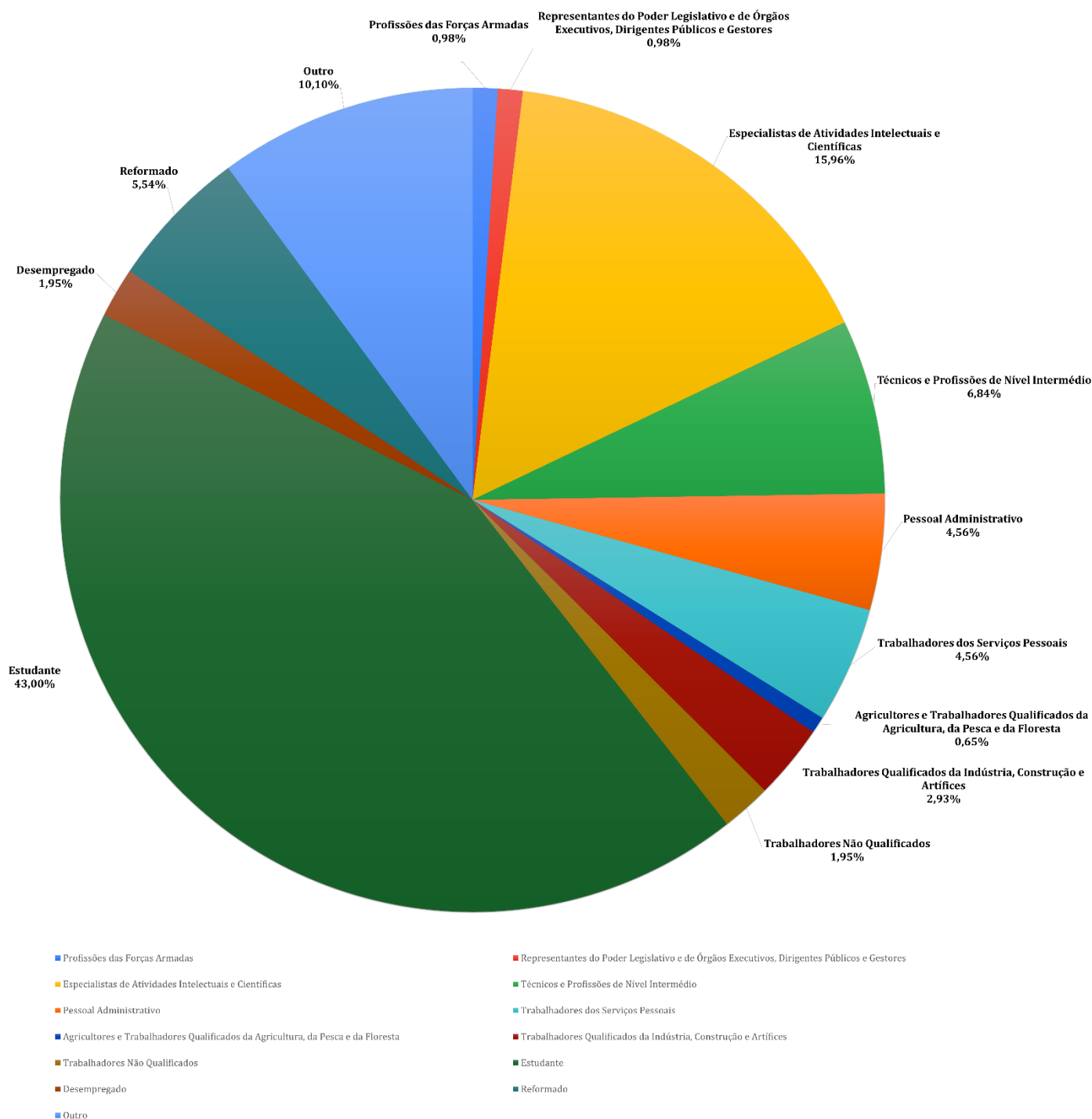
Anexo 13:

Gráfico: Dados Percentuais dos Fatores Sociodemográficos – Naturalidade



Anexo 14

Gráfico: Dados Percentuais dos Fatores Sociodemográficos – Profissão



A Reduplicação Fonológica no Aché: Restrição, Forma e Som

Glória Reis de Oliveira

Orientado pela Professora Doutora Maria Clara Ferreira de Araújo Barros Greenfield

Co-orientado pela Professora Doutora Eva-Maria Roessler

Resumo

Este trabalho investiga o funcionamento da reduplicação fonológica na língua Aché, falada no Paraguai e pertencente à família Tupi-Guarani (Rodrigues & Cabral, 2002). Como língua de contato cujo principal *lexifier* é o Guarani, o Aché apresenta comportamentos atípicos dentro da família (Roessler, 2008, 2018). A reduplicação no Aché ocorre sob restrições fonológicas, como a estrutura métrica e a exigência de palavra mínima, sem produzir efeitos morfo-sintáticos ou semânticos. Formalmente, manifesta-se pela repetição da última vogal, seguida de epêntese da consoante glotal [ʔ] como ataque silábico (Roessler, 2008). A pesquisa analisa qualitativamente dados lexicais e textuais do corpus multimídia DoBeS (Hauck et al., 2017) e emprega um método comparativo com o Guarani para avaliar a influência do contato linguístico. Os resultados revelam que as palavras aparentemente reduplicadas no Aché não seguem os padrões evolutivos esperados e sugerem um possível papel fonológico para a consoante [ʔ], até então considerada apenas epentética. Esses achados contribuem para uma melhor compreensão do fenômeno de reduplicação no Aché e seu papel tipológico no contexto das línguas Tupi-Guarani.

Palavras-Chave: Aché, Reduplicação, Fonologia, Contato linguístico, Tupi-Guarani.

Abstract

This paper investigates the behaviour of phonological reduplication in the Aché language, spoken in Paraguay and belonging to the Tupi-Guarani family (Rodrigues & Cabral, 2002). As a contact language the main *lexifier* of which is Guarani, Aché demonstrates atypical behaviour within the family (Roessler, 2008, 2018). Reduplication in Aché occurs under phonological restrictions, such as the metrical structure and the minimum word requirement, without producing morpho-semantic effects. Formally, it is manifested by the repetition of the last vowel, followed by epenthesis of the glottal consonant [ʔ] as a syllabic onset (Roessler, 2008).

The present research qualitatively analyses lexical and textual data from the DoBeS multimedia corpus (Hauck et al., 2017) and employs a comparative method with Guarani to assess the influence of language contact. The results reveal that the apparently reduplicated words in Aché do not follow the expected evolutionary patterns and suggest a possible phonological role for the consonant [ʔ], which until now has only been considered epenthetic. These findings contribute to a better understanding of the reduplication phenomenon in Aché and its typological role in the context of the Tupi-Guarani languages.

Keywords: Aché, Reduplication, Phonology, Language contact, Tupi-Guarani.

Lista de Abreviaturas

1PL – 1ª pessoa do plural

1SG – 1ª pessoa do singular

DEM – Demonstrativo

DISC – Marcador do discurso

FIN – Verbo finito

FOC-1 – Marcador de foco

FOC-2 – Marcador de foco (contraste)

GA – Guaraní Antigo

LOC – Locativo

LOC – Locativo

NEG – Negação

NOM – Nominalizador

NON.FUT – Não-futuro

PAS-1 – Marcador de passado

TG – Tupi-Guarani

1. Introdução

1.1. Visão geral

O presente trabalho pretende investigar o fenômeno da reduplicação no Aché, uma língua Tupí-Guaraní altamente ameaçada, falada por comunidades indígenas que habitam o Paraguai. Língua com uma origem ainda enigmática, o Aché apresenta características gramaticais destoantes do resto da família a que pertence (Rodrigues, 2000, p.7; Roessler 2018, p.47-92).

“As poucas línguas fortemente diferenciadas, como o guayakí [ou aché] e o xetá no subconjunto I (...) destoam de tal maneira da maioria [das línguas tupí-guaraní], que requerem explicações especiais” (Rodrigues, 2000, p.7)

Neste trabalho, é focalizada uma propriedade gramatical notável e bastante produtiva no Aché: a reduplicação fonológica. A reduplicação é mais comumente descrita como um processo morfológico de formação de palavras, que altera o estatuto gramatical do lexema reduplicado (Berent et al, 2016; Inkelas, 2011). No Aché, no entanto, a reduplicação não parece acarretar alterações morfossintáticas ou semânticas na palavra, mas sim nasce de restrições unicamente fonológicas. Estas restrições, nomeadamente as questões da palavra mínima e do acento, causam uma alteração ao nível fonético da palavra, incluindo a reduplicação do núcleo da palavra subjacente e a epêntese de uma consoante glotal [ʔ] (Roessler, 2008). O fenômeno pode ser melhor entendido observando alguns exemplos iniciais (Roessler, 2008, p. 41):

1. [1.σ	2.σ]	Glosa
gwa.	ʔa	‘respirar’
pja.	ʔa	‘ovo’
tõ.	ʔõ	‘cabeça’
i.	ʔi	‘água’

Fenômeno pouco estudado, a reduplicação fonológica do Aché só é discutida brevemente na descrição gramatical da língua (Roessler, 2008). Logo, para estudarmos este recurso, foi necessária a angariação de dados através do corpus DoBeS do Aché, criado através de um projeto extenso de documentação do idioma (Hauck et al., 2017). Dados lexicais isolados, recolhidos de uma lista lexical, e dados sintáticos, recolhidos de um conjunto restrito de textos de fala espontânea, para a melhor compreensão dos lexemas no contexto de frase.

Por último, a análise dos dados pretendeu entender mais detalhadamente como o processo de reduplicação ocorre no Aché e revela que o processo parece ser mais complexo do que o previsto, despertando questionamentos sobre conceitos já estabelecidos na língua.

1.2. Contexto sócio-histórico: A comunidade e a língua Aché

O Aché é uma língua falada no Paraguai por 6 aldeias na região oriental do país, estando a comunidade Aché espalhada entre quatro estados federais do Paraguai: Canindejú (comunidades Chupa Pou, Arroyo Bandeiras e Kwe Tuwy), Caaguazu (comunidade Cerro Moroti), Caazapá (comunidade Ypetimi) e Alto Paraná (comunidade Puerto Barra). Além disso, atualmente existem quatro variedades da língua: Aché do Norte, Aché Ñacunday, Yvytyruzu e Aché Ua - variedade já moribunda (Roessler, 2015, p. 369). Na figura 1, apresenta-se um mapa com a distribuição das línguas indígenas no território paraguaio.



Fig. 1: Línguas TG (preto) e não-TG (cinza) faladas no Paraguai (Roessler, 2018, p. 54)

Acerca dos dados demográficos, a comunidade étnica do Aché conta com mais de 2.600 pessoas, de acordo com o último censo indígena do Paraguai (Otazú et al., 2024, p. 48), ainda que nem todos sejam falantes nativos ou fluentes. No máximo 300 falantes podem ser considerados fluentes, o que constitui o Aché como uma língua ameaçada (Roessler, 2008, p.11). Sem mencionar que são as gerações mais velhas a utilizar a língua com proficiência, enquanto os mais jovens são considerados semi-falantes e falam o Aché de modo funcional majoritariamente apenas para se comunicar com os pais e os avós. Habitualmente, outras línguas são usadas pelos falantes dessas comunidades, como o Guaraní Paraguaio, o Espanhol ou o Português brasileiro (Roessler, 2008, p.13).

Vale ressaltar que o contexto linguístico do Paraguai se distingue dos outros países latinos, já que admite uma língua indígena como uma das línguas oficiais, o Guaraní Paraguaio, junto ao Espanhol Paraguaio. Outro acontecimento que ameaça a sobrevivência do Aché pode ser encontrado no desmatamento das suas terras. Roessler (2015, p.369) explica:

“Today, the Ache have almost completely abandoned their traditional hunter-gatherer lifestyle and switched to small-scale farming. Younger Ache seem especially prone to language loss. The central reason is that around 90% of Paraguay’s Atlantic forest have literally disappeared in the second half of the 20th century and with it Ache forest life – the main domain of language use.”

Todos estes fatores certificam o Aché como uma língua ameaçada e minorizada⁴⁹, além de pouco estudada, sendo imperativo que mais investigações sejam realizadas tendo como objeto o Aché. Estudos desta natureza são essenciais para o enriquecimento da teoria linguística e para o apoio da comunidade de falantes nos seus esforços de manutenção e revitalização da sua língua.

Passando à classificação genética da língua, o Aché faz parte do subconjunto I da família linguística Tupí-Guaraní (daqui em diante TG), que, por sua vez, integra o tronco Tupi (Rodrigues & Cabral, 2002, p.329). A constituição interna e a ramificação das línguas TG podem ser analisadas na figura 2 e na tabela 1 (adaptado de Rodrigues & Cabral, 2002, p. 335).

⁴⁹ Para uma definição desta terminologia, ver Nevins (2022, p.8)

Deste modo, o Aché é enquadrado genealogicamente próximo das línguas do ramo I, mas possui uma estrutura gramatical alterada, com aspectos marcados em relação à família à qual está incluída (Rodrigues, 1984).

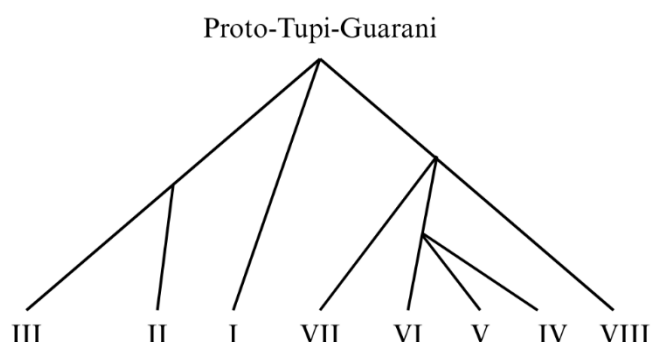


Fig. 2: Constituição interna das línguas TG

Ramo I	Guarani Antigo, Kaiwá (Kayová, Pai), Ñandeva (Txiripá), Guaraní Paraguaio, Mbyá, Xetá (Serra dos Dourados), Tapieté, Chiriguano (Ava), Izocéño (Chané), Guayakí (Axé) ⁵⁰
Ramo II	Guarayo (Guarayú), Sirionó, Horá (Jorá)
Ramo III	Tupí, Língua Geral Paulista (Tupí Austral) Tupinambá, Língua Geral Amazônica (Nhe'engatú)
Ramo IV	Tapirapé, Asuriní do Tocantins, Parakana, Suruí (Mujetire), Avá-Canoeiro, Tembé, Guajajára, Turiwára
Ramo V	Araweté, Ararandewára-Amanajé, Anambé do Cairari Asuriní do Xingu
Ramo VI	Kayabí, Apiaká Parintintín (Kagwahí), Tupí-Kawahí (Tupí do Machado, Pawaté, Wiraféd, Uruewauwau, Atnondáva, Karipúna, etc.) Juma
Ramo VII	Kamayurá

⁵⁰ O termo Guayakí não é mais utilizado e considerado pejorativo, sendo mais adequado a auto-nomeação Aché, que significa “gente” (Roessler, 2008; 2018).

Ramo VIII	Wayampí (Oyampí), Wayampípukú, Emerillón, Jo'é Urubu-Ka'apór, Anambé de Ehrenreich Guajá Awré e Awrá Takunhapé
------------------	---

Tabela 1: Constituição interna das línguas TG

No trabalho genealógico de Rodrigues (1984, p. 42), a língua Aché é mencionada como um caso atípico, apontando para o parentesco lexical e mudanças drásticas na gramática:

“O Guayaki (Aché), mais fortemente alterado na sua estrutura gramatical, coparticipa das propriedades diagnósticas desse subconjunto, aproximando-se mais particularmente do Mbyá”

No trabalho das antropólogas Hill & Hurtado (1996, p.41), estas também destacam:

“The Aché language is affiliated with the Tupi-Guarani linguistic family. Although the current Aché vocabulary includes many words used by native Guarani-speaking groups in the seventeenth century, there are regular phonetic changes, important differences in grammar structures, and differences in accent that have made the two languages mutually unintelligible to modern mono-lingual speaker of Aché or Guarani.”

As afirmações nascem do fato de o Aché assemelhar-se aos padrões TG em diversos aspectos, incluindo fonologia e léxico, mas exibir diferenças consideráveis na interface morfologia-sintaxe (Roessler, 2018, p.64). Algumas destas diferenças podem ser encontradas em algumas particularidades gramaticais, como: a questão da harmonia nasal; o desenvolvimento de marcadores de tempo-modo-aspeto; construções CCV com clusters consonantais; reanálises de raízes lexicais e as suas funções sintáticas, entre outros. O Aché é, assim, considerado um *outlier* da família TG (Roessler, 2008). Esta informação é significativa no pretexto da hipótese de contato que explica a gênese do Aché.

Propõe-se a hipótese de que o Aché seja uma língua de contato, onde os falantes do território passaram por um *language shift* na época da expansão do TG para a área onde o idioma é falado até hoje, a região do Paraguai Oriental, entre o Guairá e a bacia do Paraguai e do Paraná (Roessler, 2018, p.66). Existe um consenso de que, na região, viviam comunidades Jê⁵¹ de tamanho considerável (Lozano, 1874; Susnik & Chase-Sardi, 1995; Hill & Hurtado, 1996; Métraux, 1946), que foram incorporadas ao grupo dominante TG quando este invadiu o local. A língua Guaraní (ou uma variedade desta) começou a ser utilizada como língua franca na região do Rio da Prata e no sul do Chaco a partir deste contato, que se acredita ter acontecido num período pré-colombiano (Susnik & Chase-Sardi, 1995; Roessler, 2018).

Outro argumento que corrobora a hipótese de contato é a descoberta de que o material genético Aché contém parcialmente DNA mitocondrial proveniente de grupos Jê. De acordo com o estudo genético, isso indica uma contribuição desproporcional do material genético feminino das populações Jê para o genoma Aché (Callegari-Jacques et al., 2008). Os autores explicam (*ibid*, p.737):

“Our results rather suggest admixture of Tupí and Jê genomes, possibly due to incorporation of defeated Jê individuals in warfare. Absorption into the group instead of extermination of the conquered individuals was a general cultural trait of the Tupí-Guaraní tribes. The oral traditions of both Aché and Guaraní account for possible conquest/slavery relationships between these tribes”

Em suma, a hipótese assume que viviam no Paraguai Oriental comunidades Jê que foram ‘guaranizadas’ e os falantes passaram por um *language shift*, tendo a língua de afiliação Jê como substrato e uma variedade do Guaraní como superstrato e *lexifier*.

Para concluir, foi apresentado um panorama abrangente da língua Aché, uma língua caracterizada como altamente ameaçada e pertencente da família TG. Este percurso genético e histórico será especialmente importante quando for explicado o processo de reduplicação no Aché e a sua função. Ademais, retomaremos a hipótese do contato quando compararmos o

⁵¹ As comunidades Jê são uma etnia indígena presente na América do Sul, falantes de línguas da família Macro-Jê.

processo de reduplicação do Aché com outras línguas da família TG, particularmente no caso do Nheengatu, outra língua de contato da família.

1.3. Objetivos principais

O objetivo principal da presente investigação é a descrição e o estudo detalhado do fenômeno de reduplicação fonológica no Aché, um aspecto gramatical que foi descrito apenas uma vez, na tese de Roessler (2008). Com o estudo, pretende-se envolver um cariz histórico-comparativo, podendo contribuir para o debate acerca da gênese da língua. Além disso, também almeja-se contrastar o processo atestado no Aché com o de outras línguas da família TG, de modo a contribuir para o debate das possíveis funções da reduplicação nas línguas desta família.

Considerando a contextualização sócio-histórica descrita anteriormente, um dos intentos deste trabalho é analisar o processo de reduplicação no Aché empregando um método comparativo entre o Aché e sua língua *lexifier*, o Guarani. Neste sentido, pretende-se traçar o caminho percorrido pelo léxico Aché, comparar as palavras originais (cognatos) do Guarani com as palavras reduplicadas no Aché e tentar desvendar os padrões de adaptação destas palavras.

Portanto, o propósito é não só estudar o processo à luz das teorias sobre reduplicação presentes na literatura, mas também investigar, através de uma perspectiva histórica, a formação das palavras reduplicadas.

2. Enquadramento teórico

2.1. A Reduplicação

A reduplicação é um processo linguístico de formação de palavras que envolve a duplicação de um segmento da palavra, de uma palavra inteira ou até de uma frase (Urbanczyk, 2007; Inkelas, 2011). Neste processo, a base é o segmento utilizado de modelo para a cópia, enquanto o segmento que copia a base é chamado reduplicante e pode ser um prefixo, sufixo ou infixos, dependendo do local em que é afixado à base (Kanana, 2016).

O fenômeno de reduplicação é bastante produtivo e, por isso, comum em muitas línguas do mundo (Gómes & Van Der Voort, 2014). Pode afetar verbos, adjetivos, nomes, e advérbios, podendo surgir com diferentes funções, sejam estas morfo-semânticas ou fonológicas - funções discutidas no próximo subcapítulo.

A reduplicação pode ser total ou parcial, tendo em conta o quanto da base é copiada e, apesar de o reduplicante ser geralmente mais curto do que a sua base, ele segue rigorosamente as regras gramaticais da língua em que se inclui (Inkelas, 2011, p.474; Wilbur, 1973).

Em Kimeru (língua Bantu, falada em Kenya), por exemplo, a língua apresenta os dois tipos de reduplicação, total (2) e parcial (3), que acarretam as suas implicações semânticas. Em (3b) o prefixo ‘ika’ se junta à base ‘ikira’ e, em (3d), ‘tune’ é sufixado à base ‘intune’, mostrando como o reduplicante pode ser firmado em diferentes posições da palavra (Kanana, 2016, pp. 32-33).

	Kimeru	Glosa	Kimeru	Glosa
2.	a. ija	‘come’	ijaija	‘come closer’
	b. cai	‘tea’	caicai	‘real tea’
3.	a. muthongi	‘beautiful’	munthongathongi	‘more beautiful’
	b. ikira	‘put’	ikaikira	‘put more’
	c. muraja	‘tall’	murajaraja	‘taller’
	d. intune	‘bright’	intunatune	‘brighter’

Como podemos observar também, o segmento reduplicante pode apresentar diferentes formas em relação à sua base, não sendo sempre idêntico. Nesse sentido, as construções reduplicativas podem ser classificadas em três tipos: simples, complexas e automáticas (Rubino, 2005, p.15). A forma simples ocorre quando o elemento repetido é idêntico à base

original, sem modificações ou adição de sons. Já a forma complexa apresenta algum tipo de alteração fonológica, como a inserção ou substituição de vogais ou consoantes, ou ainda a reorganização da sequência dos segmentos. Por último, a reduplicação automática acontece quando o reduplicante e um afixo (que, sozinho, não carrega significado) são inseridos juntos à palavra, funcionando como uma unidade monomorfêmica.

Por exemplo, em Malaio (falado em Brunei, Malásia e Singapura), a reduplicação se procede por prefixação e a base é a palavra inteira, portanto podemos a classificar como um caso de reduplicação total e complexa, se considerarmos a nasalização da vogal anterior, no que Raimy chama ‘backcopying’ (2012, p.12).

	Malaio	Glosa	Malaio	Glosa
4.	a. hamẽ	'germ'	hãmẽ-hãmẽ	'germs'
	b. waŋĩ	'fragrant'	wãŋĩ-wãŋĩ	'fragrant (intens.)'
	c. aŋã	'reverie'	ãŋã-ãŋã	'ambition'
	d. aŋẽn	'wind'	ãŋẽn-ãŋẽn	'unconfirmed news'

Podemos concluir por agora que a reduplicação é um processo recorrente nas línguas do mundo e de caráter múltiplo, sendo externalizado com diferentes formatos, restrições, funções e através de palavras de categorias gramaticais distintas. No Aché, veremos como estas classificações se aplicam, realçando o funcionamento das estruturas subjacentes das palavras reduplicadas.

2.2. Reduplicação morfológica vs. fonológica

Neste seção será explorada uma diferença crucial entre dois tipos de reduplicação presentes na literatura atual. É importante notar que algumas correntes linguísticas não diferenciam a reduplicação fonológica da morfológica e as incluem sob a mesma nomenclatura (Kitto & de Lacy, 1999), enquanto outras realizam esta separação com base na sua função.

No caso da reduplicação fonológica, o que ocorre é um caso de identidade fonológica, onde o reduplicante é arquitetado de forma a responder a uma restrição ou regra fonêmica da língua, logo não altera o estatuto semântico ou morfológico da palavra (Berent et al, 2016; 2017). O reduplicante, portanto, não carrega significado. Por outro lado, na reduplicação morfológica, o reduplicante é portador de significado e, por isso, o processo altera o estatuto gramatical da palavra ou a sua semântica (Mattes, 2014). Nas múltiplas correntes teóricas linguísticas, podemos identificar essa mesma diferenciação com diferentes terminologias.

No enquadramento do Phonological Copying Theory (ou Correspondence-based copying), toda e qualquer reduplicação é interpretada como um resultado de uma norma fonológica, visto que o reduplicante é fonologicamente dependente da base (Wilbur, 1973). No processo de pluralização de palavras através da reduplicação, por exemplo, ao invés da afixação de um segmento idêntico em todas as palavras (como, no português, o /S/), o que acontece é a cópia de um segmento fonologicamente subjacente da base (Marantz, 1982; McCarthy & Prince, 1995).

No contexto da Morphological Doubling Theory, a reduplicação é reservada à alterações morfológicas. As palavras resultantes da reduplicação são consideradas ‘auto-compostos’, pois os dois segmentos (base e reduplicante) são interpretados como elementos morfolologicamente individuais e distintos, porém idênticos, que se juntam para formar um novo significado, equivalente a um processo de afixação (Inkelas & Zoll, 2000; 2005).

Por exemplo, na língua Madurês (língua austronésia falada pela etnia maduresa, na Indonésia), a reduplicação altera o número dos nomes e o reduplicante é considerado um prefixo que pluraliza as palavras. Nessa língua, a última sílaba da raiz é reduplicada, mas não os sufixos, como mostram os exemplos em (5) (Davies, 2010, p.131).

	Madurês	Glosa	Madurês	Glosa
5.	a. tamenan	‘plant’	men-tamenan	‘plants’
	b. bukuna	‘book’	ku-bukuna	‘books’
	c. motorra	‘car’	tor-motorra	‘cars’

Em resposta às teorias explicadas anteriormente, Kawahara (2004; 2007) propõe um novo modelo que tenta preencher as lacunas observadas e que pode abarcar ambos os tipos de reduplicação. Nessa perspectiva, ‘reduplicação’ se restringe à reduplicação morfológica e ‘eco-epêntese’ (ou ‘espalhamento’) à reduplicação fonológica. Kawahara (2007, p.5) diferencia os dois com base em quatro critérios, depois esquematizados na tabela 2:

1- Na reduplicação, consoantes distantes são facilmente copiadas, mesmo tendo de atravessar outras vogais, o que não acontece na eco-epêntese;

2- A reduplicação pode pular o segmento disponível mais próximo para atender a outros requisitos fonológicos. Por exemplo, na língua Nakanai, a vogal mais distante é privilegiada em detrimento da mais próxima, para cumprir o requisito de sonoridade e escolher o segmento mais sonoro para duplicar, como em [mota] → [ma-mota] ‘vines’ (Johnston 1980, *apud* Kawahara, 2007, p.4).

3- A reduplicação pode copiar a duração das vogais da base, transferindo vogais longas como longas e as breves como breves, o que não acontece na eco-epêntese.

4- Na eco-epêntese, um segmento pode bloquear a cópia, fazendo com que o processo não ocorra. Por exemplo, em empréstimos no japonês, geralmente há a reduplicação da vogal da primeira sílaba na segunda se o núcleo deste estiver vazio, como /bax/ → [bahha] ‘Bach’, mas se forem seguidos de consoantes laríngeas, a vogal da primeira sílaba não é copiada, mas sim é inserida a vogal prototípica [u] (/baʌs/ → [basu] ‘bus’ (Kawahara, 2007, p. 4)).

	Reduplicação	Eco-epêntese
1- Cópia de uma consoante à longa distância	Sim	Não
2- Cópia de um alvo distante	Sim	Não
3- Transferência de duração	Sim	Não
4- Bloqueio por algum segmento interposto	Não	Sim

Tabela 2: critérios de distinção entre reduplicação e eco-epêntese (Kawahara, 2007, p.5⁵²).

Outra característica relevante é que o autor defende que a eco-epêntese só pode duplicar vogais e não consoantes. Resumindo, a eco-epêntese é um processo impulsionado por regras fonotáticas e, por isso, é interpretado como um ‘espalhamento’ do segmento subjacente, e age como se fosse a inserção de um segmento epentético, ao contrário da reduplicação, onde está envolvida correspondência.

Para concluir, apesar de tantas classificações teóricas, a verdade é que a reduplicação pode ser facilmente descrita somente por meio de termos fonológicos, já que as adaptações estruturais da palavra podem ser traçadas fazendo referência a elementos fonológicos (Rubino, 2005, p.2). Isto posto, podemos assumir que a presente investigação explora com maior detalhe a classificação de Kawahara (2007, 2004), mas o objetivo principal é a descrição do fenômeno no Aché, sem demasiados enviesamentos teóricos.

2.3. A epêntese da consoante glotal [ʔ]

A epêntese da consoante glotal parece carregar um papel essencial no que será estudado no Aché, visto que é um fenômeno que co-ocorre com a reduplicação e traz implicações fonotáticas - aspectos explorados no capítulo 3.1. Por esta razão, uma breve revisão bibliográfica foi realizada para averiguar a natureza da consoante glotal [ʔ] e como outras línguas recorrem a este segmento em situações epentéticas.

Ao olharmos ao quadro do alfabeto fonético internacional, é evidente que [ʔ] é classificada como uma consoante oclusiva glotal. Todavia, a consoante glotal é considerada em muitas teorias linguísticas como fonologicamente sem ponto de articulação, visto a pouca (às vezes até a falta) de fricção/constricção no trato vocal (Backley, 2011; Garellek, 2013, p.9). É possível afirmar, então, que a glotal [ʔ] age como uma consoante foneticamente neutra.

A adição de uma pausa glotal articulatória é chamada glotalização (Garellek, 2013) e não é por acaso que este movimento tem nome próprio. Segundo Lombardi (2002, p.1), a

⁵² Tradução realizada pela autora

consoante glotal é o segmento epentético mais atestado nas línguas, justamente tendo em vista o seu caráter neutro.

É comumente dito que, em línguas que possuem o contraste /#ʔV/ and /#V/, a epêntese não é constatada, para manter a oposição fonotática (Garellek, 2013, p. 80). Por exemplo, no Inglês vemos as duas realizações ['æp.əl] e ['ʔæp.əl] ('apple'), já que [ʔ] não é um fonema da língua. Entretanto, mesmo em línguas em que a consoante glotal é um fonema, esta pode aparecer com um estatuto epentético, como em Maltês (Mitterer et al, 2017; Sciberras & Mitterer, 2022), se caracterizando como um caso raro.

Quanto à posição da consoante epentética, é regular encontrar a glotal sendo epentética em posição inicial de palavra que começa com vogal, como no Inglês, Árabe, Checo, Ilomano, Tâmil, entre outras (Lombardi, 2002, p. 3). Para exemplificar o fenômeno, em Muna (Indonésia), a palavra pode ou não sofrer a epêntese de [ʔ] em posição de vogal inicial (Blevins, 2008, p.8), como se apresenta em (6):

	Muna	Glosa
6.	[i.na] → [ʔi.na]	'mother'
	[o.e] → [ʔo.e]	'water'
	[u.rɛ] → [ʔurɛ]	'high tide'

No entanto, o fenômeno não acontece somente em posição inicial de palavra. É atestado que as regras de epêntese consonântica se restrinjam às inserções: em posição inicial da palavra, em posição intervocálica ou em posição final da palavra. Portanto, podemos sumarizar as diferentes posições em que a epêntese consonântica geralmente acontece desta forma (Blevins, 2008, p.1):

- A. Posição inicial de palavra: V > C_iV
- B. Posição intervocálica: VV > VC_iV
- C. Domínio prosódico inicial: Pr[V > [C_jV
- D. Domínio prosódico final: V]Pr > VC_j]

O 'i' caracteriza segmentos não marcados, como as glides [w], [j], ou laríngicas [ʔ], [h], enquanto 'j' os outros segmentos, considerados marcados por não serem geralmente atestados em situações epentéticas. As posições iniciais de palavra e intervocálica (A e B) delimitam a utilização de segmentos não marcados, enquanto as outras posições (C e D) admitem consoantes marcadas.

Por esse ângulo, podemos averiguar dois casos da consoante glotal epentética em ataques de sílaba. Nomeadamente, em algumas variedades do sul da Alemanha, a consoante glotal carrega estatuto epentético em sílabas com ataque não preenchido. No Alemão padrão, a epêntese também acontece em ataques não preenchidos de sílabas tônicas, como revela (7) (Alber, 2001, p.4).

	Alemão - sul	Alemão - padrão	Glosa
(7)	ʔO.á.se	ʔO.ʔá.se	'oásis'

Em seguida, em Karitiana (família Arikém, do tronco Tupi) , existe uma regra em que ataques de sílabas tônicas vazias são preenchidos pela consoante glotal, como vemos em (8a) e (8b) (Storto, 1999, p.23). A autora ainda reflete que essa consoante, considerando o padrão atestado na língua, não faz parte do inventário subjacente fonológico, mas aparece apenas na realização prosódica, por isso a elaboração em (7c) e (7d). Por aparecer em condições restritas, a epêntese teria de ser analisada como resultado de uma regra fonológica, já que, em Karitiana, sílabas com ataque vazio são permitidas apenas em início de palavra. As palavras listadas que recorrem a este recurso são (adaptado de Storto, 1999, p.23):

	Karitiana	Glosa
(8)	a. [ʔð:m]	'shadow'
	b. [ð.ʔĩ]	'no'
	c. /i+a+t/ → [i.ʔat]	'I did (non-declarative)'
	d. /a+ep/ → [a.ʔep]	'your tree'

Trazendo o debate mais próximo do tema do trabalho em questão, Blevins (2008, p.20) argumenta que a reduplicação representa uma evolução histórica que o autor chama ‘não natural’ e, por isso, criaria um contexto marcado de epêntese. À vista disso, o autor investiga a situação e conclui que, mesmo neste contexto divergente, ainda é mais comum a epêntese dos segmentos não marcados, ao contrário do que já foi dito por outros autores. Ainda assim, é preciso ter cautela quando aplicamos as mesmas regras já estudadas em um cenário de reduplicação e de contato.

Concluindo, observamos que a epêntese da consoante glotal [ʔ] é significativamente produtiva em diversas línguas do mundo e isso se deve, principalmente, ao seu caráter não marcado, já que é considerada uma vogal sem ponto de articulação em concreto. O que podemos também inferir através da revisão bibliográfica é que a epêntese da glotal se manifesta majoritariamente a nível fonético, não fonológico. A sua natureza complexa e, por vezes, contraditória no decorrer das línguas torna este segmento alvo de muitas investigações, ainda que mais estudos sejam necessários para entender seu uso em casos específicos (na reduplicação, por exemplo).

3. Reduplicação em Aché

3.1. Os estudos anteriores

A partir destes pressupostos, já somos capazes de averiguar como a reduplicação se processa na língua-alvo desta investigação. Todavia, antes disso, precisamos compreender algumas questões gramaticais do Aché: 1- a estrutura silábica prototípica; 2- a estrutura métrica das palavras e a atribuição de acentos; 3- a palavra mínima aplicada à palavra lexical.

Começando com a sílaba do Aché, a língua permite as seguintes estruturas: CV, V, CCV, CVV e CCVV, mas a CV é a preferida (Roessler, 2008, p.59). A formação de clusters consonantais, em sílabas CCV ou CCVV, é só uma das características que destoam o Aché das outras línguas TG, que não apresentam este tipo de estrutura.

No Aché, não se permitem sílabas fechadas, já que a coda não pode ser preenchida por uma consoante, assim como na língua vizinha Guaraní Paraguaio. A estrutura mínima e máxima da constituição da sílaba é apresentada na figura 3 (adaptado de Roessler, 2008, p. 59).

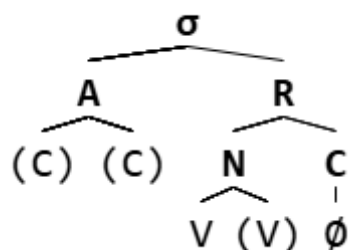


Fig. 3: Estrutura da sílaba em Aché

Passando ao ponto 2, Roessler (2008), na descrição gramatical do Aché, utiliza a Teoria Métrica do Acento de Bruce Hayes (1995) para a categorização do acento. Assim, o Aché é classificado como uma língua de pé dissilábico iâmbico-moraico (Roessler, 2008, p. 22). Dito de outra maneira, o pé métrico do Aché é constituído de duas sílabas e, por sua vez, de duas moras, com núcleo à direita, o que significa que as palavras fonológicas do Aché são oxítonas. A estrutura do pé métrico é apresentada em (9) e, em (10) observa-se um dado da língua (Roessler, 2018, p. 248).

- (9) (. x)
 m₁ m₂

	Aché	Glosa
(10)	[ka. 'ra]	'pot'
	σ σ	
	(. x)	
	m ₁ m ₂	

Reforça-se que a regra é aplicada à palavra fonológica, visto que existem alguns sufixos que não carregam acento. Isto é importante, pois em algumas palavras aparentemente paroxítonas (exemplos em (11)), o que sucede é a sufixação de uma partícula, um morfema gramatical sem acento. Em (12), podemos observar o processo de formação de ['ka.pɛ], onde a posposição [pɛ] de caso locativo é afixada à base lexical subjacente /ka/ - produzida [ka.'ʔa] - e o acento recai na sílaba da palavra lexical (Roessler, 2008, p.62).

	Aché	Glosa		
(11)	['ja. ^(m) bu]	‘acima’		
	['ka.pɛ]	‘floresta’		
(12)	[ka.'ʔa]	‘planta’	+	[pɛ] posposição de caso locativo

Além disso, é dito pela autora que a língua tende a rejeitar pés degenerados, assim dizendo, pés formados por apenas uma mora (Roessler, 2008, p.62). Isso nos leva à próxima questão, o ponto 3, que concerne a extensão lexical. O Aché apresenta uma restrição quanto ao tamanho das suas palavras, chamado palavra mínima, um dos tipos de limitações exteriorizados pela Condição de Minimalidade (McCarthy & Prince, 1985).

À vista disso, as palavras lexicais (*content words*) no Aché precisam estar formadas por pelo menos duas moras, isto é, um pé rítmico (Roessler, 2018, p. 63). A autora justifica que esta condição existe tendo em vista a atribuição do acento. O agrupamento de duas moras em um pé é uma exigência para que a concessão do acento siga as regras pré-estabelecidas. Estabelece-se uma relação biunívoca entre o comprimento da palavra lexical simples e o acento.

Por último, é clarificado que a maioria das palavras da língua são, de fato, dissilábicas, com casos raros de trissilábicas, dado que, como foi dito anteriormente, o Aché tende a rejeitar pés degenerados. Um exemplo de palavra simples trissilábica e a sua estrutura rítmica, com um pé degenerado, é apresentado em (13) (Roessler, 2018, p.64). A autora explica que “sílabas ímpares no item lexical aparecem não varridas na estrutura (*stray syllables*)” (Roessler, 2008, p.67).

	Aché			Glosa
(13)	[ka.	i.	'nã]	'brincadeira'
	σ	σ	σ	
	((.)	(.	x))	
	m ₁	m ₂	m ₃	

Em seguida, em palavras lexicais complexas, estas são geralmente compostas por dois pés rítmicos. Esse caso se observa em palavras compostas, resultado da junção de duas palavras simples (Roessler, 2018, p 66). Aqui, o pé métrico direito é responsável pelo acento principal, enquanto o pé mais à esquerda atribui o acento secundário. Observe os exemplos em (14).

	Aché				Glosa
(14) a.	[a.	tĩ.	pu.	'rã]	'vaca'
	σ	σ	σ	σ	
	(			x)	
	(.	x)	(.	x)	
	m ₁	m ₂	m ₃	m ₄	
b.	[ru.	pi.	dʒi.	'wa]	'colher'
	σ	σ	σ	σ	
	(			x)	
	(.	x)	(.	x)	
	m ₁	m ₂	m ₃	m ₄	

Agora que o padrão estrutural fonológico e as regras fonológicas que regem a língua já foram expostos, é apto exibir como se processa o fenômeno da reduplicação no Aché.

Para começar, a consoante oclusiva glotal [ʔ] não faz parte do inventário fonológico do Aché, diferente do que transcorre em muitas línguas TG, incluindo línguas do mesmo subgrupo, nomeadamente o Guaraní Paraguaio e o Guaraní Mbyá (Estigarribia, 2020; Martins, 2003). A

consoante glotal só surge no cenário específico de preenchimento de ataque de sílaba tónica (Roessler, 2008, p.40).

O processo regular parece se efetuar da seguinte forma: quando deparado com uma palavra monossilábica do Guarani (língua *lexifier*), o Aché duplica o núcleo V dessa sílaba e, numa segunda fase, realiza a epêntese da consoante oclusiva glotal [ʔ] (Roessler, 2008, p.41). Atente aos seguintes exemplos:

(15)	[1.σ	2.σ]	Glosa
	kra.	ʔa	‘estômago’
	kbe.	ʔe	‘homem’
	gwa.	ʔa	‘respirar’
	pja.	ʔa	‘ovo’
	tõ.	ʔõ	‘cabeça’
	i.	ʔi	‘água’
	ã	ʔã	‘dente’
	mẽ	ʔẽ	‘dar’

Seguidamente, se o mesmo lexema surgir em construções compostas, acompanhado a um morfema gramatical de flexão ou derivação (verbal ou nominal), a segunda sílaba cai - ou melhor, não é sequer concebida (Roessler, 2008, p.42). A autora explicita os exemplos em (16). Resumindo, o esquema da epêntese da glotal é o que segue em (17) (Roessler, 2008, p.42):

(16)	Aché	Glosa	Aché	Glosa
	i.'ʔi	‘água’	i.pu.'rã	‘rio’ (incorporação)
	tõ.'ʔõ	‘cabeça’	tõ.ŋga.'tu	‘inteligente’
	kra.'ʔa	‘estômago’	kra.wa.'tʃu	‘grávida’
	u.'ʔu	‘comer’	u.'wã	‘quero comer’

(17) $\emptyset \rightarrow ʔ / CV_1 _ V_2 [+acento]$

Em suma, é observado que a duplicação da vogal e a epêntese da consoante glotal se processam para o cumprimento da restrição fonológica da palavra mínima e para a atribuição do acento. É por isso que, em construções compostas, a segunda sílaba perde a sua função, tendo outros elementos a cumprirem o papel de preencher a segunda mora necessária. Isso nos leva a inferir que, ainda que resultado de uma regra fonológica, a reduplicação e a epêntese da glotal acontecem a nível fonético. À nível fonológico subjacente, o que existe é a palavra monossilábica /CV1/, que é realizada como [CV1.ʔV2] (Roessler, 2008). Por estes motivos, talvez fosse mais ajustado que o esquema da epêntese da glotal em contexto de reduplicação de palavra lexical fosse da forma apresentada, em duas etapas:

- (18) 1. /C₁V_x/ → [C₁V_x.ʔC₂V_x] / CV.____
 2. /C₂/ → [ʔ] / ataque de sílaba reduplicada

Conclui-se, portanto, que o fenómeno de reduplicação vocálica seguido de epêntese glotal no Aché não é um processo morfológico, mas sim uma estratégia motivada por restrições prosódicas da língua, notadamente a exigência da palavra mínima bimoraica e a regularidade do acento métrico. O padrão [CV1.ʔV2] emerge como realização superficial de um lexema subjacente monossilábico, evidenciando que a glotal [ʔ] não pertence ao inventário fonológico do Aché, mas é introduzida exclusivamente para satisfazer condições de estrutura silábica e acento.

3.2. Reduplicação em outras línguas TG: Nheengatu em foco

Nas línguas TG, os processos de formação de palavras envolvem derivação, composição, flexão e reduplicação (Rodrigues & Cabral, 2012, p.509). No tronco Tupi, a reduplicação pode ser monossilábica ou dissilábica, com a função geral de indicar a repetição da ação, do estado ou da qualidade expressa pelo verbo ou pelo predicado nominal (Goodwin & Voort, 2014, p.275).

Por exemplo, na língua Asurini, existem ambos os tipos de reduplicação: monossilábica, expressando um significado sucessivo (19b); dissilábica, expressando reiteração da ação (19c). Observe os exemplos (Goodwin & Voort, 2014, p.283):

	Asurini	Glosa
(19) a.	a-soká 1sg-kill	‘Eu matei ele/eles’
b.	a-soká~ká 1sg-kill~red	‘Eu matei eles um após o outro’
c.	a-soká~soká 1sg-kill~kill	‘Eu frequentemente matava eles’

É fácil notar que este tipo de reduplicação possui uma função morfológica e bem diferente do processo no Aché. Atestamos que este caso seria classificado em Kawahara (2007; 2004) como um caso de reduplicação, não de eco-epêntese. Assim acontece para a maioria das línguas TG, com a reduplicação trazendo implicações semânticas que alteram o valor aspectual/pragmático do lexema. Entretanto, cabe explorarmos um exemplar específico de reduplicação recorrente na família TG: o caso do Nheengatu.

O Nheengatu, ou Tupi Moderno, é uma língua falada por volta de 6,000 falantes no Brasil e na Venezuela, mas já foi a língua mais falada no Brasil. O processo de formação dessa língua remonta ao início do século XVI, com a chegada dos portugueses em território brasileiro (da Cruz, 2011, p.4). Neste período, o Tupi Antigo (ou Tupinambá) era falado por comunidades espalhadas pela costa da América do Sul e, por conseguinte, foi a primeira língua do contato entre portugueses e nativos após a chegada das embarcações em 1500 (Rodrigues, 1994). O Tupi foi aprendido pelos portugueses e tornou-se língua franca no Brasil, porém submetida a alterações gramaticais, visto ser utilizada por muitas comunidades linguísticas⁵³.

Nesse contexto de coabitação de povos, surgiram as chamadas Línguas Gerais (havia a Língua Geral Amazônica, a Língua Geral Paulista e a Língua Geral do sul da Bahia), que eram, essencialmente, resultado do contato do Português com algum dialeto do Tupi. É a evolução da Língua Geral Amazônica que vai gerar o atual Nheengatu (Rodrigues, 1994, p. 103). Por conta deste cenário histórico complexo, o estatuto das Línguas Gerais e do Nheengatu é muito discutido na literatura, com autores defendendo a sua caracterização como línguas crioulas

⁵³ Para mais detalhes sobre a história do Nheengatu e das Línguas Gerais, ver da Cruz (2011), Rodrigues (1994) e Moreira (1996).

(Argolo, 2016, p.48; de Oliveira et al, 2019) e outros o consideram uma questão que exige mais investigações (Moore et al., 1994).

Tendo estabelecida a conjuntura histórico-social do Nheengatu, podemos averiguar a sua gramática mais a fundo. Nessa língua, o pé prosódico é dissilábico e segue um ritmo iâmbico atribuído da direita para a esquerda. Aline da Cruz ainda explica (Goodwin & Voort, 2016, p.119):

“In Nheengatu, words must be minimally formed by a disyllabic prosodic foot. Lexical monosyllabic words /CV1/ are realized phonetically as [CV1.'ʔV2] in which V2 is a copy of V1 and a glottal stop is inserted as onset of the final syllable. [...] monosyllabic words appear in Nheengatu as disyllabic, following the [CV1.'ʔV2] structure.”

Isto é, tendo em vista a restrição da palavra mínima na língua, o Nheengatu duplica a vogal de palavras monossilábicas e insere uma consoante glotal epentética no ataque da nova sílaba. Alguns exemplos dados pela autora na gramática da língua (da Cruz, 2011, p.72) são:

	Nheengatu	Glosa
(20)	/pa/ [pa.'ʔa]	reportativo
	/ka/ [ka.'ʔa]	‘mato’
	/pe/ [pe.'ʔɛ]	‘caminho’
	/mã/ [mã.'ʔã]	nome genérico (‘coisa’)
	/ẽ/ [ẽ.'ʔẽ]	afirmativo (‘sim’)
	/su/ [su.'ʔu]	‘animal’
	/i/ [i.'ʔi]	‘água’

Além disso, é explicado que, em construções compostas, a palavra monossilábica aparece na sua forma original, por exemplo (da Cruz, 2011, p.72):

	Nheengatu	Glosa	Nheengatu	Glosa
(21)	a. /su / [su.'ʔu]	‘animal’	/su-kuera/ [su.'kwɛ.ra]	‘carne’
	b. /i/ [i.'ʔi]	‘água’	/i-pirãga/ [i.pi.'rã.ga]	‘água vermelha’

Explorando mais o exemplo (21b), a palavra fonológica /i/ é produzida [i.'ʔi] quando sozinha na frase, com reduplicação + epêntese, enquanto que na construção [i.pi.'rã.ga] a segunda sílaba perde a sua função de manutenção da palavra mínima e é apagada (Goodwin & Voort, 2016, p.119). Isso demonstra que a forma subjacente é apenas /i/ e a reduplicação manifesta-se apenas na forma de superfície, foneticamente. A regra é formalizada desse modo (da Cruz, 2011, p.72):

(22) Reduplicação fonológica: /CV_x/ > [CV_x.'ʔV_x]

O fenômeno que constatamos no Nheengatu é muito parecido (senão idêntico) ao do Aché e é curioso que esta parece ser a única língua do tronco Tupi com esse tipo de reduplicação. Curioso devido ao fato de o Nheengatu pertencer ao subgrupo III das línguas TG, enquanto o Aché ao subgrupo I (Rodrigues & Cabral, 2002; ver tabela 1), além de o Nheengatu ser falado na região do alto Rio Negro, na Amazônia, e o Aché no Paraguai. Os seus cenários de contato linguístico se processaram em tempos diferentes (Aché com contato pré-colombiano e Nheengatu com contato pós-colonização) e locais diferentes. Todas estas discrepâncias levantam a questão: porque estas duas línguas apresentam o mesmo processo?

Afinal, na língua Guaraní Mbyá (sudeste do Brasil), igualmente participante do subgrupo I das línguas TG (Rodrigues & Cabral, 2002), existe a mesma restrição da palavra mínima formada por um pé bimoráico, que vemos atestada no Aché e no Nheengatu. Não obstante, para cumprir a regra fonológica, recorre a outra estratégia: o núcleo da palavra monossilábica sofre alongamento. Deste modo, palavras como y "água", tó "pai" e ndé "você", sofrem alongamento para ýy, túu, péé (Martins, 2003. p.179). Por conseguinte, cria-se um núcleo ramificado com duas moras, satisfazendo a restrição da palavra mínima. O que observamos no Mbyá é mais dispar ao Aché do que o que sucede no Nheengatu, mesmo sendo classificados como tipologicamente mais próximos.

A verdade é que não é incomum línguas da mesma família apresentarem padrões que desempenham a mesma função, mesmo que o fenômeno evolutivo tenha se passado em épocas diferentes e geograficamente isoladas entre si (Campbell, 2017, p. 269). Tais noções datam desde o começo da linguística comparativa e Sapir as chamava de ‘*submerged features*’ (Sapir, 1925, *apud* Campbell, 2017, p. 269), realizando a seguinte reflexão (Sapir, 1921, p.67, destaque realizado pela autora):

“It would almost seem that linguistic features that are easily thinkable apart from each other, that seem to have no necessary connection in theory, have nevertheless a tendency to cluster or to follow together in the wake of some deep, controlling impulse to form that dominates their drift. If, therefore, we can only be sure of the intuitive similarity of two given languages, of their possession of the same submerged form-feeling, **we need not be too much surprised to find that they seek and avoid certain linguistic developments in common.**”

O método comparativo foi utilizado pela linguística histórica para determinar relações genéticas entre línguas. O processo que é proposto aqui é o contrário, isto é, sabendo que o Aché e o Nheengatu são parte da mesma família linguística, é apropriado que, encaradas com uma circunstância de violação de restrições fonológicas (num contexto de contato linguístico), ambas as línguas elejam a mesma estratégia para lidar com o problema.

Dito isto, cabe realçar que o que foi declarado não passa de uma hipótese e o objetivo do presente trabalho não é estabelecer a razão para este processo análogo entre o Nheengatu e o Aché. Futuras investigações seriam necessárias para explorar este traço em comum.

Podemos concluir, portanto, que o caso do Nheengatu oferece um contraponto significativo ao fenômeno observado no Aché, sugerindo que a estratégia de reduplicação com a epêntese pode não ser um traço isolado ou inovador restrito a uma única língua, mas sim uma possibilidade fonológica latente nas línguas do tronco Tupi. Essa constatação reforça a importância de ampliar o escopo comparativo dentro da família TG, pois padrões fonológicos aparentemente raros podem, na verdade, representar manifestações divergentes de uma mesma tendência estrutural herdada.

3.3. Metodologia

Todos os dados linguísticos abordados nesta investigação tiveram a sua origem em um grande corpus desenvolvido através de um projeto de documentação em larga escala de línguas ameaçadas de extinção, com o objetivo de registrar o máximo possível de dados sobre o Aché. O projeto foi constituído por duas fases, a primeira chamada ADOP (Ache Language Documentation Project), que durou de 2008-2012, e a segunda ALSP (Ache Language Studies Project), que teve lugar de 2012 à 2014 (Roessler, 2018, p.85).

Na extensão deste projeto, foi documentada uma coleção abrangente de dados de fala natural do Aché, disponibilizadas (ainda não totalmente) na versão atual do arquivo digital DoBeS: <https://dobes.mpi.nl/projects/ache/> (figura 4). Os dados incluem gravações de áudio e vídeo, incluindo informações sobre a mitologia, narrativas de história de vida, práticas culturais e canções tradicionais das comunidades Aché (Hauck, Roessler & Thompson, 2017). O corpus carrega dados de fala real de cerca de 120 falantes de 4 dialetos distintos. As gravações totalizam, mais ou menos, 750 áudios acompanhados de vídeo, que, por sua vez, foram anotados por meio dos programas ELAN e Toolbox. A anotação foi realizada com a colaboração de pessoas da comunidade Aché (Roessler, 2018, p. 87). Para a anotação fonética de alguns dados, foi também utilizado o programa PRAAT (Roessler, 2008, p. 18).

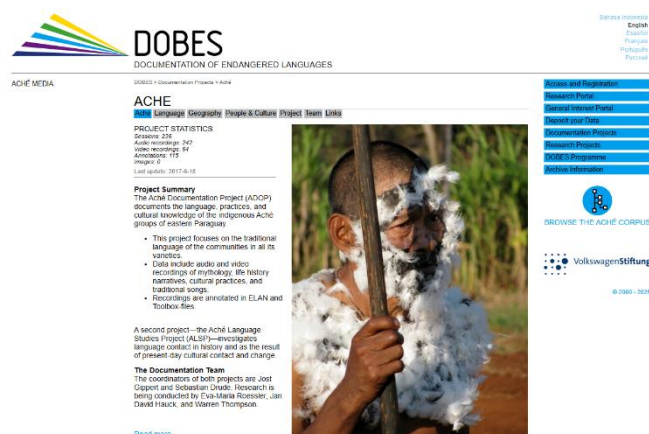


Fig. 4: Arquivo multimídia DoBeS do Aché (Hauck et al., 2017)

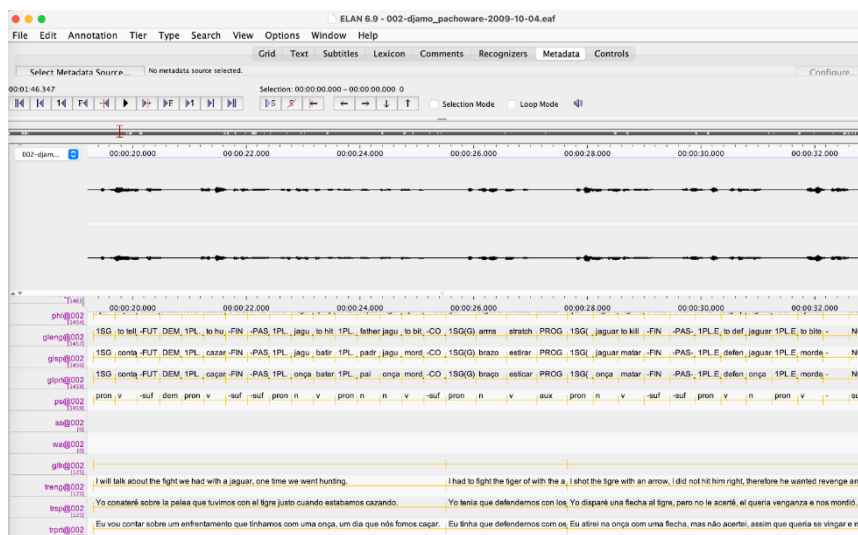


Fig. 5: Screenshot da base de dados em formato ELAN (Hauck et al., 2017)⁵⁴

Para a constituição do corpus paralelo dos dados lexicais deste trabalho, foi utilizada a lista de palavras do Aché disponível na seção de anexos da tese de doutorado de Roessler (2018), que incluem palavras retiradas do próprio corpus (Hauck et al., 2017). Foram selecionados todos os lexemas que aparentavam ter passado pelo processo de reduplicação. Alguns exemplos de palavras elegidas da lista, do modo como estão dispostas em Roessler (2018, p. 245-252), são:

- (23) **bwã'ã** v (allomorphy: bwã) [bwã'ʔã] / [bwã] 'imitate imitar'
chã'ã n (allomorphy: chã) [tʃã'ʔã] 'eye ojo'
fwã'ã v.itr.ac (allomorphy: fwã) [fɔwã.'ʔã] 'to stand up levantar'
krey'y n (allomorphy: krey) [krei.'ʔi] sun sol
llu'u adj (allomorphy: llu) [ju.'ʔu] right derecha
wẽ'ẽ v.tr [wẽ.'ʔẽ] heal sanarse

Os lexemas foram passados a um ficheiro Excel, juntos às informações metalinguísticas. A lista original resultou em 107 palavras. Em seguida, para a angariação dos cognatos em

⁵⁴ O arquivo ADOP contém uma ampla gama de sessões de discurso multimídia e anotadas na língua aché, todas armazenadas em vários formatos de dados; aqui está um exemplo de um arquivo no ELAN, uma ferramenta de anotação de dados de fala multimídia desenvolvida no Instituto Max Planck em Nijmegen, Holanda. Os dados são transcritos na ortografia da língua aché, depois analisados em uma quebra de morfema e glosados em espanhol, inglês e português. Os mesmos idiomas são também utilizados para a tradução.

Guarani Paraguaio, foram utilizados alguns dicionários. Para o Guaraní Antigo, foi consultado o dicionário de Montoya (1876) e, para o Guaraní atual, o dicionário de Mirta Clarissa Godoy (2022). Ainda, para completar informações que faltavam no Guaraní atual, foi utilizado o dicionário de Guaraní-Mbya-Espanhol, de Cadogan (1992) e outro de Guaraní-Espanhol de Canese & Acosta Alcaraz (1990). Apesar de possuir quatro fontes diferentes de informação, não foram encontrados todos os cognatos, o que diminuiu o tamanho do corpus para 79 palavras em Aché e os respectivos cognatos em Guaraní. As palavras foram recolhidas tal e qual se encontram no dicionário, o que resultou em dissemelhanças ortográficas entre as línguas.

Para a angariação dos dados de textos, foi consultado o corpus DoBeS do Aché em busca de frases em que os lexemas da nossa lista estivessem presentes. Nesta fase, recolhemos cinco textos de falantes de variedades distintas do Aché, nomeadamente das variantes do Aché do Norte, do Aché do Sul/Aché Ñacunday. Não foram escolhidas frases com palavras repetidas, para que o corpus tivesse informação pertinente.

O próximo passo foi a análise qualitativa dos dados, comparando os dados em Aché com os dados em Guaraní Antigo (doravante GA) e Guaraní contemporâneo, que será apresentada na seção 3.4. Também foi estudada a estrutura da palavra quando enquadrada em uma construção sintática, de forma isolada ou com a sufixação de partículas, na seção 3.5.

3.4. Os dados lexicais

A partir da elaboração do corpus comparativo de palavras⁵⁵ é possível destacar alguns achados que enriquecem o nosso entendimento do fenômeno de reduplicação no Aché. Para auxiliar a leitura das palavras, é importante clarificar algumas escolhas ortográficas de Montoya (1976), para o GA, e de Roessler (2018), para o Aché: o som [i] é grafado ‘ÿ’ no GA e ‘y’ no Aché; a glide [j] é grafada ‘î’ no GA (‘^’ marca as semivogais) e ‘ll’ no Aché.

Tendo isso esclarecido, foram encontradas palavras que seguem o padrão esperado e já muito bem descrito no estudo anterior. Na tabela 3, podemos observar algumas das palavras monossilábicas no Guaraní que sofreram o processo de reduplicação quando adentraram o léxico Aché.

⁵⁵ O corpus completo está disponível na seção de ‘anexos’ deste trabalho.

Aché	Guarani Antigo	Glosa
a'a	á	'cabelo'
ai'i	haî	'mãe'
ky'y	quĩ	'piolho'
u'u	u	'comer'
y'y	ĩ	'água'/'rio'

Tabela 3: Monossílabos no Guarani Antigo e seus cognatos no Aché.

Em seguida, a próxima tabela traz exemplos de palavras não monossilábicas do GA que sofreram com a queda de segmentos das sílabas átonas no seu processo evolutivo ou na passagem do Guarani para o Aché. Aqui vemos dois fenômenos marcantes do Aché: primeiro, a queda desses segmentos permitiu o surgimento de encontros (ou clusters) consonantais na língua, uma das características que diverge o Aché das outras línguas TG; segundo, a queda dos segmentos cria palavras monossilábicas, que, então, sofrem o processo de reduplicação.

Aché	Guarani Antigo	Glosa
ã'ã	tãî	'dentes'
bwy'y	tuguĩ	'sangue'
chĩ'ĩ	pĩrĩquỹtỹĩ	'rim'
kbe'e	cuimbaé	'homem'/'varão'
kllo'o	ahaqueó	'quebrar'
krey'y	quaraci	'sol'
ka'a	capij	'planta'

pou'u	přahú	‘novo’
ruy'y	roĩ	‘frio’

Tabela 4: palavras no Aché e seus cognatos em GA.

Continuando, também pudemos encontrar casos em que a consoante glotal já estava presente na língua *lexifier* e a palavra mantém essa forma no Aché (tabela 5). Nesses casos, não podemos afirmar com certeza que a consoante glotal já estava presente no GA, pois Montoya não as anota, quiçá por não saber como escrever este som que não reconhece no seu inventário fonológico, sendo um falante nativo de Espanhol. Contudo, podemos notar que o autor tentou sinalizar que havia duas vogais e, quando observamos as palavras no Guaraní contemporâneo, podemos assumir que, se a consoante glotal existe hoje naquela posição, possivelmente já existia no GA. Portanto, aqui não houve reduplicação, mas, talvez como resultado de uma generalização, essas palavras convergem ao padrão, se assemelhando superficialmente às palavras reduplicadas.

Aché	Guaraní Antigo	Guaraní Contemporâneo	Glosa
bwě'ě	aguěě	gue'ě	‘vomitar’
chu'u	ayçuú	su'u	‘morder’
bwā'ã	ahâã	ha'ã	‘tentar’
dju'u	uu	ju'u	‘tosse’
kwa'a	ayquaa	kuaha	‘saber’
me'ě	aměě	me'ě	‘dar’
o'o	çoo	so'o	‘carne’

Tabela 5: Palavras no Aché e os seus cognatos no GA e Guaraní contemporâneo.

Ainda, é atestada outra situação parecida com a que acaba de ser explicada, isto é, palavras que já têm a consoante glotal na sua forma no Guaraní (dado confirmado em comparação com o Guaraní contemporâneo). No entanto, a vogal e a consoante glotal sofrem metátese e uma nova vogal, cópia do núcleo, surge posteriormente à consoante. Possivelmente, observamos mais um caso de generalização para que os lexemas se igualem ao padrão de reduplicação da língua.

Aché	Guaraní Antigo	Guaraní Contemporâneo	Glosa
plla'a	tupia	tupi'a	'ovo'
ruy'y	roĩ	ro'y	'frio'
pwã'ã	amô pũa	mopu'ã	'levantar'
nwa'ã	Não encontrado	no'ã	'unir'

Tabela 6: palavras em Aché e os seus cognatos em GA e Guaraní contemporâneo.

Por último, a tabela 7 apresenta os casos que encontramos em que não há identidade fonológica entre a base e o reduplicante, levando a questionar se sequer houve reduplicação. Dessa lista, o único cognato encontrado foi 'mba'ére' ('o que?'), em Guaraní contemporâneo, onde é explícito que a glotal já existia. Não foram encontrados os outros cognatos.

Aché	Glosa
cha'acho	'minhoca'
ba'e	'o que?'
pytã'ia	'fruto do coqueiro'
dje'i	'sair'

Tabela 7: Exemplos de palavras sem identidade fonológica entre base e reduplicante.

O que observamos nas três últimas tabelas constituem casos curiosos do uso da consoante glotal, originalmente pensada em existir somente em contexto epentético no cenário de reduplicação. Questiona-se o estatuto dessa consoante e, portanto, o assunto será melhor verificado nas palavras no contexto de frases.

Concluindo a análise dos dados lexicais, é capacitado afirmar que o padrão [CV1.'?V2] é bastante produtivo no Aché, mas que nem sempre surge como resultado da reduplicação de uma palavra do Guarani. Aqui, atestamos três possibilidades de as palavras alcançarem este padrão, seguindo caminhos evolutivos diferentes, mas que convergem na sua forma final.

3.5. Os dados de textos

Nesta seção, serão apresentadas algumas palavras do corpus em contextos sintáticos⁵⁶, expondo o seu comportamento em construções frásicas, junto a morfemas funcionais ou de forma isolada. Para começar, observa-se as palavras isoladamente, seguindo o padrão [CV1.'?V2], nos exemplos (24) e (25).

(24) gobu kowe **blo'o** pokoma mondo poko

DISC DEM saida tocar-NON.FUT aux tocar

/gobu/ /kowe/ /bjo/ /poko/ -/bã/ /bõ.do/ /poko/

‘Depois de fechar todas as saídas, começou a tocar’

002-krey_djachy-2011-05-05_0002.011

(25) **re'e** doro etema djamo **lle'e**.

intestino encontrar realmente-NON.FUT onça estômago

⁵⁶ O corpus completo está disponível na seção de ‘anexos’ deste trabalho.

/re/ /doro/ - /e.'te/ -/bã/ /dʒa.'bõ/ /je/

‘Ele rasgou realmente o intestino da onça.’

052-kware_djamo-2011-09-05_0002.027

A seguir, outras frases revelam a queda da segunda sílaba quando a palavra se encontra junto a um morfema funcional, como era esperado. Observe os seguintes exemplos, que incluem as palavras [krei.'ʔi] ‘sol’ e [bra.'ʔa] ‘preto’, respectivamente:

(26) **kreygi** chidja buchã

sol-NOM forte feio

/krei/ -/gi/ /ʧidʒa/ /buʧã/

‘(...assim disse) o sol (estava) muito irritado’

002-krey_djachy-2011-05-05_0002.026

(27) gope ore krampĩ **brawe**

assim-LOC-1 1PL.EX fim, acabado preto-PAS-1

/go/ -/pe/ /ore/ /krãpĩ/ /bra/ -/we/

‘Ali nós morreríamos (mesmo).’

041-apa_djywa-2010-05-12.113

Entretanto, importante ressaltar que também conseguimos encontrar alguns casos em que a segunda sílaba é produzida, mesmo em construções compostas, ao contrário do que foi previsto, como podemos ver nos exemplos (28) e (29). No caso de [ba.'ʔe] ‘o que?’, já foi explicado na seção anterior que esta palavra se comporta de maneira diferente, o que nos levou a questionar se faz parte do paradigma das palavras reduplicadas. Aqui, confirmamos a sua natureza distinta, reforçando a sua separação do paradigma. Ao contrário, em [pwa.'ʔa], a análise realizada até o momento não foi capaz de determinar uma razão para o mantimento da

segunda sílaba, sendo crucial que casos desse tipo sejam explorados em maior detalhe em investigações futuras.

- (28) **ba'e-rõ** cho brekowa na
 que-FOC-1 1SG esposa-FIN dizer
 /baʔe/ -/rõ/ /ʧo/ /breko/ -/wa/ /ĩdã/
 ‘Como posso encontrar uma mulher para mim?, ele falou.’

001-kudja_tangy-2007-02-24.002

- (29) go-ty-ga **pwa'a-llã** go-ty-ga
 este-LOC-FOC-2 parar-NEG este-LOC-FOC-2
 /go/ -/ti/ -/ga/ /pwa/ -/jã/ /go/ -/ti/ -/ga/
 ‘Paramos desse lado (...)’

002-djamo_pachoware-2009-10-04.042

Em suma, a análise das palavras em contexto sintático revela padrões já esperados de queda da segunda sílaba em cenários de palavras compostas, mas também aponta casos excepcionais, em que a segunda sílaba é realizada.

4. Resultados e discussão

O fenômeno de reduplicação no Aché se mostrou mais complexo do que o previamente imaginado. Por conseguinte, é adequado apontar algumas questões que contribuem para o estudo da estrutura fonológica do Aché. Sobre o padrão de reduplicação no Aché, podemos agora alcançar algumas conclusões:

- I. A reduplicação é fonológica, tendo em conta que é resultado de restrições puramente fonotáticas, então, na taxonomia de Kawahara (2004; 2007), seria considerada um caso de eco-epêntese;

- II. A reduplicação ocorre somente por sufixação, diferente das outras línguas TG, possivelmente tendo em vista o padrão métrico da língua, que exige acento iâmbico, criando uma sílaba para receber este acento;
- III. A reduplicação é parcial e, nos casos prototípicos, apenas a última vogal do núcleo é reduplicada, não o núcleo V inteiro;
- IV. A reduplicação é complexa (seguindo a tipologia de Rubino (2005)), pois abarca a inserção da consoante glotal [ʔ];
- V. A reduplicação afeta as classes gramaticais dos substantivos, adjetivos e diferentes tipos de verbos.
- VI. Aproximando os processos de reduplicação descritos no Aché e no Nheengatu, também argumenta-se que a forma subjacente e a forma superficial do lexema são distintas. Neste sentido, mesmo que a reduplicação seja resultado de restrições fonológicas, a cópia da vogal e a epêntese da consoante glotal ocorrem apenas a nível fonético. Por exemplo, a palavra ‘fígado’ seria representada como /pa/, mas [pa.ʔa].

Do ponto de vista histórico, atestamos que as palavras não seguiram o mesmo percurso evolutivo, mas convergiram no mesmo padrão como resultado de uma generalização deste processo fonológico.

Vemos que, em determinadas ocorrências, a consoante [ʔ] não é epentética, uma vez que já existia na palavra em Guaraní. A literatura acerca do Aché afirma que [ʔ] não é um fonema, mas ocorre somente em contexto epentético (Roessler, 2008; como foi explicado em 3.1). Entretanto, os casos divergentes analisados nos dados lexicais e os dados de textos corroboram para a suspeita de que [ʔ] possa ser um fonema na língua, considerando a sua forte produtividade. Relembrando a reflexão realizada sobre a consoante glotal na seção 2.3, é possível que [ʔ] seja ao mesmo tempo um fonema e um alofone, o que talvez ocorra aqui. Havendo razões para crer que esta consoante seja mais do que um recurso epentético, futuras investigações envolvendo a verificação de pares mínimos seriam necessárias para confirmar o status fonológico exato.

Em suma, o que pode ser dito com certidão, através das análises, é que o padrão [CV1.ʔV2] é altamente produtivo no Aché. Assim, o que foi desvendado não apenas lança luz

sobre os padrões específicos da reduplicação na língua, mas também levanta hipóteses sobre o seu sistema de fonologia segmental.

5. Conclusão

Esta investigação se propôs a analisar o funcionamento do processo de reduplicação fonológica na língua Aché, uma língua indígena com histórico de contato falada na região oriental do Paraguai. Para isto, um estudo comparativo das palavras reduplicadas no Aché e dos seus cognatos na língua *lexifier*, o Guaraní, foi realizado.

Os resultados da análise do corpus originaram objeções à noções previamente afirmadas sobre as estruturas fonológicas do Aché. Desta forma, contribuem para um maior entendimento da evolução histórica das palavras reduplicadas, mas também trazem novas descobertas sobre o estatuto da consoante [ʔ], que possivelmente apresenta papel fonológico.

As obras sobre línguas TG na literatura também nos revelaram que o fenômeno não é único do Aché, igualmente existindo de forma idêntica - no Nheengatu - ou análoga - no Guaraní Mbya - em outros idiomas. Essas revelações destacam a probabilidade de que as condições gramaticais estudadas sejam fonologicamente latentes nas línguas do tronco Tupi.

Portanto, tendo em vista as contribuições deste trabalho, assim como as questões em aberto que se manifestaram, três tópicos poderiam ser explorados em pesquisas futuras: compreender com mais detalhe os padrões de cumprimento da palavra mínima em outras línguas TG; realizar um estudo fonológico, envolvendo pares mínimos, para determinar o estatuto da consoante glotal [ʔ] no Aché; e, para explorar mais exemplos enquadrados em contextos sintáticos, executar a análise de maiores quantidades de textos e estudar sistematicamente a natureza dos morfemas que surgem combinados com as palavras que sofrem reduplicação, para compreender a razão da queda ou manutenção do segmento reduplicado.

6. Referências Bibliográficas

Alber, B. (2001). Regional variation and edges: Glottal stop epenthesis and dissimilation in standard and southern varieties of German. *Zeitschrift für Sprachwissenschaft*, 20(1), 3-41.

Argolo, W. (2016). As línguas gerais na história social-linguística do Brasil. *PAPIA*, São Paulo, 26(1), 7-52.

Backley, P. (2011). *Introduction to element theory*. Edinburgh University Press.

Berent, I., Bat-El, O., & Vaknin-Nusbaum, V. (2017). The double identity of doubling: Evidence for the phonology–morphology split. *Cognition*, 161, 117-128.

Berent, I., Bat-El, O., Brentari, D., Dupuis, A., & Vaknin-Nusbaum, V. (2016). The double identity of linguistic doubling. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 113(48), 13702-13707.

Blevins, J. (2008). Consonant epenthesis: Natural and unnatural histories. *Language universals and language change*, 79-107.

Cadogan, L. (1992). *Diccionario mbya-guaraní castellano* (Vol. 17). Fundación" León Cadogan".

Callegari-Jacques, S. M., Hill, K., Hurtado, A. M., Rodrigues, L. T., Bau, C. H., & Salzano, F. M. (2008). Genetic clues about the origin of Aché hunter-gatherers of Paraguay. *American Journal of Human Biology: The Official Journal of the Human Biology Association*, 20(6), 735-737.

Campbell, L. (2017). How to show languages are related: Methods for distant genetic relationship. In: Joseph, B. D. & Janda, R. D. *The handbook of historical linguistics*, pp. 262-282.

Canese, N. K. D., & Acosta Alcaraz, F. (1990). *Ñe'ëryru: diccionario guaraní-español*. Colección Ñemity

Da Cruz, A. (2011). *Fonologia e gramática do Nheengatú*.

Davies, W. D. (2010). Reduplication. In: *A grammar of Madurese*. De Gruyter Mouton: p.129-147.

de Montoya, A. R. (1876). *Arte de la lengua guarani, ó mas bien tupi*. Faesy y Frick.

de Oliveira, M. S. D., de Lurdes Zanoli, M., & Módolo, M. (2019). O conceito de “Língua Geral do Brasil” revisitado à luz da linguística de contato. *Journal of ibero-romance creoles*, 9, 306-333.

Estigarribia, B. (2020). *A grammar of Paraguayan Guaraní*. UCL press.

Garellek, M. (2013). *Production and perception of glottal stops* (Doctoral dissertation, UCLA).

Godoy, Mirta Clarisa (Dir.). (2022). *Avañe'ẽ del Taragui : Diccionario guaraní-español : español-guaraní / 1a ed. - Corrientes : Ministerio de Educación de la Provincia de Corrientes*.

Goodwin Gomez, G., & Voort, H. van der (Eds.). (2014). *Reduplication in indigenous languages of South America*. BRILL. <https://doi.org/10.1163/9789004272415>

Hauck, J. D.; Roessler, E.-M.; Thompson, W. (2017). *A Multimedia Documentation and Linguistic Corpus of the Aché Language*, TLA; MPI, Nijmegen, <http://dobes.mpi.nl/projects/ache/>.

Hayes, B. (1995). *Metrical Stress Theory - Principles and Case Studies*. Chicago and London: the University of Chicago Press.

Hill, K., & Hurtado, A. M. (1996). *Aché life history: The ecology and demography of a foraging people*. Routledge.

Inkelas, S., & Zoll, C.. (2000). *Reduplication as morphological doubling*. Ms. ROA 412-0800.

Inkelas, Sharon & Zoll, Cheryl. (2005). *Reduplication: Doubling in Morphology*. Cambridge University Press, Cambridge.

Kanana, R. (2016). *Reduplication in Kimeru: A Case study of Kimeru parts of speech* (Doctoral dissertation, University of Nairobi).

Kawahara, S. (2004). Locality in echo epenthesis: Comparison with reduplication. In *PROCEEDINGS-NELS* (Vol. 34, No. 2, pp. 295-310).

Kawahara, S. (2007). Copying and spreading in phonological theory: Evidence from echo epenthesis. *UMOP*, 32, 111-144.

Kitto, Catherine and de Lacy, Paul. (1999). Correspondence and epenthetic quality. *Proceedings of the Austronesian Formal Linguistics Association* 4, 181-200.

Lombardi, L. (2002). Coronal epenthesis and markedness. *Phonology*, 19(2), 219-251.

Lozano, P. (1874). *Historia de la conquista del Paraguay* (Vol. 4). Casa editora" Imprenta popular,".

Marantz, Alec. (1982). Re Reduplication. *LI* 13:483-545.

Martins, M. F. (2003). Descrição e análise de aspectos da gramática do Guaraní Mbyá. IEL/UNICAMP.

Mattes, V. (2014). Types of Reduplication: A Case Study of Bikol. De Gruyter, Inc.

McCarthy, J. J., & Prince, A. (1986). Prosodic morphology. *Phonological theory: the essential readings*, 238-288.

McCarthy, John & Prince, A. (1995). Faithfulness and reduplicative identity. In Jill Beckman, Laura Dickey and Suzanne Urbanczyk, eds., *University of Massachusetts Occasional Papers in Linguistics 18: Papers in Optimality Theory*. Amherst, MA: GLSA. 249-384.

Métraux, A. (1946). *Etnografía del Chaco*.(st). Paraguay: Editorial El Lector.

Mitterer, H., Kim, S., & Cho, T. (2019). The glottal stop between segmental and suprasegmental processing: The case of Maltese. *Journal of Memory and Language*, 108, 104034.

Moore, D., Facundes, S., & Pires, N. (1994). *Nheengatu (Língua Geral Amazônica)*, its history, and the effects of language contact.

Moreira, Maria Luci de Biaji. (1996). O Português do Brasil: Uma Retrospectiva Histórico-Linguística de 1500 a 1800. *Hispania*, 79(3), 419–428. <https://doi.org/10.2307/345511>

Nevins, A. (2022). *When minoritized languages change linguistic theory*. Cambridge University Press.

Otazú, N., Valdez, M. & Machune, C. (2024). *IV Censo Nacional Indígena 2022 Resultados Finales de Población y Viviendas*. Gobierno del Paraguay. Instituto Nacional de Estadística Paraguay.

Raimy, E. (2012). The Phonology and Morphology of Reduplication. De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110825831>

Rodrigues, A. D. (1984). Relações internas na família linguística Tupí-Guaraní. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 3(2). <https://doi.org/10.26512/rbla.v3i2.16264>

Rodrigues, A. D. (1994). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola.

Rodrigues, A. D. (2000). Hipótese sobre as migrações dos três subconjuntos meridionais da família Tupi-Guarani. In *Atas do II Congresso Internacional da ABRALIN*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Rodrigues, A. D., & Cabral, A. S. A. C. (2002). Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní. *Línguas Indígenas Brasileiras. Fonologia, Gramática e História*, Atas do I Encontro Internacional do GTLI da ANPOLL, 1.

Rodrigues, A. D.; Cabral, A. S. (2012). Tupian. In: Campbell, L., & Grondona, V. M. (Eds.). *The indigenous languages of South America: A comprehensive guide*. Mouton de Gruyter.

Roessler, E. M. (2008). *Aspectos da gramática Achê* (MA thesis, Universidade Estadual de Campinas).

Roessler, E. M. (2015). Inflectional morphology restructuring in ache – discussing grammatical change and language contact in tupí-guaraní subgroup. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 10, n. 2, p. 365-387, maio-ago. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222015000200009>.

Roessler, E. M. (2018). Syntactic effects of inflectional morphology restructuring in Aché: on language change and language contact in Tupí-Guaraní subgroup-1= Efeitos sintáticos da reestruturação de morfologia flexional em Achê: um estudo de mudança linguística e fenômenos de contato no subgrupo-1 da família Tupí-Guaraní (Doctoral dissertation, [sn]).

Rubino, C. (2005). Reduplication: Form, function and distribution. In: Hurch, Bernhard & Mattes, Veronika. *Studies on Reduplication*. Walter de Gruyter Gmb H & Go. KG, Berlin, pp. 11-29.

Sapir, E. (1921). An introduction to the study of speech. *Language*, 1(1), 15.

Sciberras, C. & Mitterer, H., (2022) “Limits of audience design: Epenthetic glottal stops in Maltese”, *Laboratory Phonology* 13(1). doi: <https://doi.org/10.16995/labphon.6441>

Storto, L. (1999). *Aspects of a Karitiana grammar* (Doctoral dissertation, Massachusetts Institute of Technology).

Susnik, B., & Chase-Sardi, M. (1995). *Los indios del Paraguay*.

Wilbur, Ronnie. (1973). *The phonology of reduplication*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club.

Identificadores do Corpus Aché (<https://dobes.mpi.nl/projects/ache/>)
(handles) dos textos de fala espontânea em língua Aché:

1. Hauck, Jan David, Roessler Eva-Maria & Thompson, Warren (2025) 002-djamo_pachoware-2009-10-04. Em: Aché Archive, ADOP, link: <https://dobes.mpi.nl/projects/ache/Identificador/handle:https://hdl.handle.net/1839/00-0000-0000-001A-82C6-4> (último acesso: 2025-05-30)
2. Hauck, Jan David, Roessler Eva-Maria & Thompson, Warren (2025) 002-krey_djachy-2011-05-05_0002. Em: Aché Archive, ADOP, link: <https://dobes.mpi.nl/projects/ache/Identificador/handle:https://hdl.handle.net/1839/00-0000-0000-001A-83B3-0> (último acesso: 2025-05-30)
3. Hauck, Jan David, Roessler Eva-Maria & Thompson, Warren (2025) 01-kudja_tangy-2007-02-24, Em: Aché Archive, ADOP, link: <https://dobes.mpi.nl/projects/ache/Identificador/handle:https://hdl.handle.net/1839/00-0000-0000-001A-82CE-B> (último acesso: 2025-05-30)
4. Hauck, Jan David, Roessler Eva-Maria & Thompson, Warren (2025) 041-apa_djywa-2010-05-12, Em: Aché Archive, ADOP, link: <https://dobes.mpi.nl/projects/ache/Identificador/handle:https://hdl.handle.net/1839/00-0000-0000-001A-83C6-A> (último acesso: 2025-05-30)

5. Hauck, Jan David, Roessler Eva-Maria & Thompson, Warren (2025) 052-kware_djamo-2011-09-05_0002, Em: Aché Archive, ADOP, link: <https://dobes.mpi.nl/projects/ache/;Identificador/handle:https://hdl.handle.net/1839/00-0000-0000-001A-82C6-4> (último acesso: 2025-05-30)

7. Anexos

1. Corpus de dados lexicais do Aché e dos (possíveis) cognatos em GA e Guaraní contemporâneo (Roessler, 2018, p. 245-252):

Aché	Transcrição fonética	Glosa	Guaraní Antigo	Fonte GA	Guaraní contemporâneo	Fonte GC
a'a	a.'ʔa	cabelo	á	Montoya 1876: 126	Tague, akārague, áva	Godoy 2022: 100
ai'i	ai.'ʔi	mãe	taĩ	Montoya 1876: 278	Tāi	Godoy 2022: 117
ã'ã	ã.'ʔã	dente	mbae aỹi	Montoya 1876: 465	Ta'ỹi	Godoy 2022: 197
ã'ã	ã.'ʔã	semente	haĩ ; çĩ	Montoya 1876: 356	sy	Godoy 2022: 153
ba'e	ba.'ʔe	o que	mbae	Montoya 1876: 435	mba'ére	Godoy 2022: 45
be'e	be.'ʔe	homem	cuimbaé	Montoya 1876: 502	Yvypóra, ava, kuimba'e, karai	Godoy 2022: 208
bllo'o	bjo.'ʔo	contar	Aypapá (bo)	Montoya 1876: 160		
boe'e	boe.'ʔe	animal	Hê baê	Montoya 1876: 67		
bra'a	bra.'ʔa	preto	hûhûmbará	Montoya 1876: 383		
bre'e	bre.'ʔe	sobremesa de palmito				
bre'e	bre.'ʔe	cozinhar como em sopa	ĩbirá ĩbiteré rembiú quâ pába	Montoya 1876: 164	Mahe'ẽ, tembi'u arigua, tembi'u he'ẽ	Godoy 2022: 178
bro'o	bro.'ʔo	matar				
bu'u	bu.'ʔu	v. aux				
bwa'a	bwa.'ʔa	rabo	huguai	Montoya 1876: 441	tuguai	Godoy 2022: 79
bwã'ã	bwã.'ʔã	tentar	ahobai chûârũ ; ahaã yyapóbo	Montoya 1876: 320	Ha'ã, hekora'ã, ha'anga	Godoy 2022: 140
bwã'ã	bwã.'ʔã	imitar	ahãã ; ahepẽñã	Montoya 1876: 327	Ha'ã, ñeha'ã	Godoy 2022: 144

bwe'e	bwe?e	obrigar			Mbojapo pota'yme	Godoy 2022: 164
bwẽ'ẽ	bwẽ.'?ẽ	vomitar	aguẽẽ	Montoya 1876: 508	gue'ẽ	Godoy 2022: 21
bwy'y	bwi.'?i	sangue	tuguĩ	Montoya 1876: 462	Tuguy	Godoy 2022: 196
by'y	bi.'?i	essência				
cha'a	ʃa.'?a	rosto	tobá	Montoya 1876: 457	Tova	Godoy 2022: 79
chã'ã	ʃã?ã	olho	teçá	Montoya 1876: 393	tesa	Godoy 2022: 166
cha'acho	ʃa.'?a.'ʃo	minhoca			Yso, taso, sevo'i	Godoy 2022: 135
chĩ'ĩ	ʃĩ.'?ĩ	rim	pĩrĩquỹtĩ	Montoya 1876: 455	Pitikiri'i	Godoy 2022: 193
chue'e	ʃue.'?e	macho	ayçuú	Montoya 1876: 376	Su'u	Godoy 2022: 160
chu'u	ʃu.'?u	morder	cuymbae ; mẽ	Montoya 1876: 356	Me, kuimba'e	Godoy 2022: 153
chwa'a	ʃwa	mel	taquarẽẽ eí	Montoya 1876: 369	Eira, eirete	Godoy 2022: 158
dja'a	dʒa.'?a	fruta	píá ; pĩa á	Montoya 1876: 164	Ñe'ã ; py'a	Godoy 2022: 50; 64
djã'ã	dʒã.'?ã	fruta	ĩbá ; a	Montoya 1876: 286	a ; yva	Godoy 2022: 132
dja'a	dja?a	coração	ĩbá ; a	Montoya 1876: 286	a ; yva	Godoy 2022: 132
dju'u	dʒu.'?u	encontrar			Juhu	Godoy 2022: 122
dju'u	dʒu.'?u	tosse	uu	Montoya 1876: 491	Ju'u	Godoy 2022: 205
djwa'a	'dʒwa	cortar	amboguai	Montoya 1876: 166		
djwei'i	dʒwi.'?i	problema	potá, heguê	Montoya 1880: 436	Pota, hayhu, se, ja'e	Godoy 2022: 184
djwe'e	'dʒwe	querer	abai ; abaeté ; haci; angabeĩ	Montoya 1878: 222		
djy'y	dʒi.'?i	machado	yĩ acânguã	Montoya 1876: 302		
ei'i	ei.'?i	mãe	hai ; çĩ	Montoya 1876: 356	sy	Godoy 2022: 72
fwa'a	ʔwa.'?a	macaco	caí ; carayã ; cambi	Montoya 1876: 75	karaja	Godoy 2022: 159
fwã'ã	ʔwã.'?ã	levantar	amô pũa	Montoya 1876: 340	Mopu'ã, hupi, ropu'ã, mboybate, mboguy, mbojupi	Godoy 2022: 150
fwi'i	ʔwi.'?i	dividir			Mbosa'i	Godoy 2022: 119
fwy'y	ʔwi?i	pesado	pohĩĩ	Montoya 1876: 414	pohýi	Godoy 2022: 62
gwa'a	gwa.'?a	cansado, sem fõlego			kaigue ; kane'o	Godoy 2022: 37
kai'i	kaj.'?i	assar (carne)	caá ânã ; caá guaçu	Montoya 1876: 120	ka'aguy	Godoy 2022: 37

ka'a	ka.'ʔa	planta	capij	Montoya 1876: 330	ka'a	Godoy 2022: 37
ka'a	ka.'ʔa	floresta	nârûcâng	Montoya 1876: 170	ñarukã	Godoy 2022: 37; 50
kã'ã	kã.'ʔã	peito (femenino)				
kbe'e	kbe.'ʔe	homem	cuimbaé	Montoya 1876: 502	kuimba'e	Godoy 2022: 138
kllo'o	kjo.'ʔo	quebrar	ayucá ; ayapití		joka	Godoy 2022: 35
kllo'o	kjo.'ʔo	matar quebrando	ahaqueó	Montoya 1876: 438		
klly'u	kju.'ʔu	dizer				
kra'a	kra.'ʔa	estômago, barriga			takara'a	Godoy 2022: 73
krey'y	krei.'ʔi	sol	quaracĩ	Montoya 1876: 472	Kuarahy	Godoy 2022: 41
kry'y	kri.'ʔi	tipo de tatu				
kwa'a	kwa.'ʔa	saber	ayquaa	Montoya 1876: 420	m. Jekuaha, mba'ekuaha. 2. tr. Kuaha, pokuaha	Godoy 2022: 195
kwi'i	kwi.'ʔi	farinha	cuí ; huí	Montoya 1876: 303	Hu'itĩ	Godoy 2022: 136
kya'a	kia.'ʔa	sujo	quĩ	Montoya 1876: 417	Ky	Godoy 2022: 175
ky'y	ki.'ʔi	piolho	quía	Montoya 1876: 478	Ky'a	Godoy 2022: 202
lle'e	je.'ʔe	estômago			takara'a	Godoy 2022: 73
llu'u	ju.'ʔu	esquerda			akatúa	Godoy 2022: 112
llu'u	ju.'ʔu	direita	abá yaçú	Montoya 1876: 329	Asu, po asu	Godoy 2022: 146
ma'ã	mã.'ʔã	construir			mopu'ã	Canese & Alcatraz 2016: 197
mei'ĩ	mẽĩ	ver	Amẽẽ	Montoya 1876: 187	Me'ẽ	Godoy 2022: 43
me'ẽ	mẽ.'ʔẽ	dar			Ma'ẽ	Canese & Alcatraz 2016: 204
mi'i	mĩ	colocar			moĩ	Cadogan 1992: 97
mi'ĩ	mĩ.'ʔĩ	colocar			moĩ	Cadogan 1992: 97
nllo'õ	nõ.'ʔõ	preto	añẽmo ù	Montoya 1876	hũ	Godoy 2022: 26
noa'a	nõa.'ʔa	reunir	amboati		Mbyaty, mbyaty, mboaty, mono'õ. 2. prnl. No'õ, ko'i, ñembyaty, ñemono'õ, mumu	Godoy 2022: 192
nuwe'e	nuwe.'ʔe	pegar, extrair	anohẽ	Montoya 1876: 458	Nohẽ	Godoy 2022: 48

nwa'ã	nwã.'ʔã	unir			no'ã	Cadogan 1992: 100
o'o	o.'ʔo	carne	çóó	Montoya 1876: 139	so'o	Godoy 2022: 102
o'o	o.'ʔo	folha	hob; ho cuí ; hoá	Montoya 1876: 313	togue	Godoy 2022: 138
o'o	o	ir	ahá ; ho	Montoya 1876: 328		
pa'a	pa.'ʔa	fígado	mbíá ; pía	Montoya 1876: 311	Py'a, py'akue	Godoy 2022: 137
pã'ã	pã.'ʔã	dedo mindinho	quã mÿrĩ	Montoya 1876: 195	Kuã'i	Godoy 2022: 40
pei'i	pej	dar				
pẽ'ẽ	pẽ.'ʔẽ	faca	ayopoi ?	Montoya 1876: 187		
plla'a	pja.'ʔa	ovo	rupiá	Montoya 1876: 238	Tupi'a, rupi'a	Godoy 2022: 139
pllä'ã	pjã	abrir caminho	pê ; pia	Montoya 1876: 133	tapeatã	Godoy 2022: 74
pou'u	pow.'ʔu	novo	pïahú; porandú	Montoya 1876: 446; 389	Pyahu	Godoy 2022: 64
pra'a	pra	empurrar, forçar			Myaña, muaña	Godoy 2022: 122
pre'e	pre.'ʔe	cantar, cantando, música	Aporaheĩ	Montoya 1876: 134	Purahéi	Godoy 2022: 101
pro'a	proʔa	cordão umbilical				
pwa'a	pwa.'ʔa	para, levantar, estar em pé	caí ; carayã ; cambí	Montoya 1876: 75	karaja	Godoy 2022: 159
pwa'a	pwa.'ʔa	macaco	pûã	Montoya 1876: 340	opývo	Godoy 2022: 59
pwã'ã	pwã.'ʔã	se levantar	pûã	Montoya 1876: 340	Mopu'ã, ropu'ã	Godoy 2022: 150
pwã'ã	pwã.'ʔã	estar parado, se levantar	pûã	Montoya 1876: 340	Mopu'ã, ropu'ã	Godoy 2022: 150
pwi'i	pwi	deixar	apoi	Montoya 1876: 220		
pwy'y	pwi.'ʔi	pesado	pohĩĩ	Montoya 1876: 414	pohýi	Godoy 2022: 62
pytã'ia	pi.tã.'ʔja	coco				
ra'a	ra.'ʔa	v. aux. passado				
ra'a	ra.'ʔa	levar	arahá	Montoya 1876: 353	Raha, gueraha	Godoy 2022: 152
re'e	re.'ʔe	intestino	tíé ; tebé	Montoya 1876: 507	Tye, tyekue	Godoy 2022: 145
ruy'y	rwi.'ʔi	frio	roĩ	Montoya 1876: 285	ro'y	Godoy 2022: 132
rwa'a	rwa.'ʔa	construir				
tay'y	tai.'ʔi	família	ambotá	Montoya 1876: 106	Tague, áva	Godoy 2022: 172

ta'a	ta.'ʔa	pelo público	ambotá	Montoya 1876: 106	Tague, áva	Godoy 2022: 172
ta'a	ta.'ʔa	pelo público	ogpe guára : Taí retá	Montoya 1876: 278		
tõ'õ	tõ.'ʔõ	cabeça				
u'u	u.'ʔu	comer	u	Montoya 1876: 150	Tembi'u, karu	Godoy 2022: 106
wa'a	wa.'ʔa	cair	á	Montoya 1876: 128	'A, kúi, kukúi	Godoy 2022: 100
wei'i	wei.'ʔi	acreditar	taítetu ; tayaçu eté	Montoya 1876: 331		
we'e	we	javalí	açẽ; aheyâ	Montoya 1876: 460	sẽ	Godoy 2022: 71
we'e	we	sair, partir	amôcaẽ	Montoya 1876: 462		
wẽ'ẽ	wẽ.'ʔẽ	curar				
wi'i	wi	escapar de	añēcỹmbó guicẽn	Montoya 1876: 259	Piã, sê	Godoy 2022: 124
y'y	i	água	ĩ	Montoya 1876: 40	y	Godoy 2022: 89
y'y	i	rio	ĩ	Montoya 1876: 40	y	Godoy 2022: 193

2. Corpus de frases retiradas do arquivo DoBeS (Hauck et al., 2025; cada texto possui a sua devida referência bibliográfica):

TEXTO	
1	002-djamo_pachoware-2009-10-04
	cho kllu werã koa ore berekaware, ore djamo pachó, ore ãpã djamo chubu cho kllu'u -werã koa ore bereka -wa -re ore djamo pachó ore ãpã djamo chu'u -bu /ʃo/ /kju/ -/werã/ /koa/ /ore/ /berɛka/ -/wa/ -/re/ /ore/ /ɖʒa.'bõ/ /paʃo/ /ore/ /ãpã/ /ɖʒa.'bõ/ /ʃu/ -/bu/ 1SG contar (uma historia) -FUT DEM(G) 1PL.EX caçar -FIN -PAS-2 1PL.EX onça bater 1PL.EX pai onça morder -COND (M)
003	Eu vou contar sobre um enfrentamento que tínhamos com uma onça, um dia que nós fomos caçar.
	gobu tata ore cho ei enda-pe tata mendy gobu tata ore cho ei'i enda - pe tata mendy /gobu/ /tata/ /ore/ /ʃo/ /ei/ /ẽda/ - /pe/ /tata/ [bẽdi] DISC fogo 1PL.EX 1SG mãe LOC - LOC-1 fogo queimar
016	Depois a gente fez um fogo de volta ao lugar da minha mãe.

	gobu djamoma ore chu-rõ ma reko gobu djamo - ma ore chu'u -rõ ma reko /gobu/ /dʒa.'bõ/ - /-bã/ /ore/ /ʃu?u/ -/-rõ/ -/bã/ /rekɔ/ DISC onça - NON.FUT 1PL.EX morder -FOC-1 NON.FUT PROG
018	A onça nos mordeu bastante (muitas vezes).
	gobu tata mendymabu [...] cho ei gobu tata mendy - ma -bu [...] cho ei'i /gobu/ /tata/ [bẽdi] - /-bã/ -/-bu/ *** /ʃo/ /ei.'ʔi/ DISC fogo queimar - NON.FUT -COND (M) *** 1SG mãe
019	(Ao escutar a nossa voz), a minha mãe fez um fogo para a gente.
	go ore, che djaka reko nande broka go ore che djaka reko nande bro'o - ka /go/ /ore/ /ʃe/ /dʒaka/ /rekɔ/ /dãde/ /bro/ - /ka/ este 1PL.EX 1SG(G) reprender, brigar PROG 1PL.IN matar - sem sentido, por nada ka mudjã-djima gononga che reko ka mudjã - dji - ma go - nonga che reko /ka/ /mudʒa/ - /dʒi/ - /-bã/ /go/ - /dõga/ /ʃe/ /rekɔ/ sem sentido, por nada seguir - LOC-2 - NON.FUT este - igual a 1SG(G) PROG Neste momento, eu fiquei bravo com a gente mesmo (com meu pai/ com a situação e disse)
032	"porque nós seguimos a onça, ele vai matar a gente em vão, dessa vez a gente não vai se salvar nunca."
	go-ty-ga pwa'allã go-ty-ga go -ty -ga pwa'a -llã go -ty -ga /go/ -/ti/ -/ga/ /pwa/ -/-jã/ /go/ -/ti/ -/ga/ este -LOC -FOC-2 parar, levantar, estar em pé -NEG este -LOC -FOC-2 pwallã gobu LLEEE LLEEE pwa'a -llã gobu LLEEE LLEEE /pwa/ -/jã/ /gobu/ *** *** parar, levantar, estar em pé -NEG DISC IDEO IDEO
042	Paramos desse lado, aqui paramos y luego gritamos LLEEE LLEEE.
TEXTO	
2	002-krey djachy-2011-05-05 0002
	bywã wẽma o bywã wẽ'ẽ -ma o'o /biwã/ /we/ -/bã/ /o/ paca sair -NON.FUT ir
004	A paca saiu
	go ikwa kwarerõ wẽ mondo djamo ype pachopapyrã go ikwa kwa -re -rõ wẽ'ẽ mondo djamo y'y - pe pacho -pa -py -rã /go/ /ikwa/ /kwa/ -/re/ -/rõ/ /we/ /bõ.do/ /dʒa.'bõ/ /i/ - /pe/ /paʃo/ -/pa/ -/pi/ -/rã/ este toca aux.ir -PAS-2 -FOC-1 sair aux onça rio - LOC-1 bater -COMPL -PA -FUT
005	De su cueva fue saliendo el tigre, antes que él será herido en el rio.

	bywã membygirãwe kwa'a gobu kwa bywã memby -gi -rã -we kwa'a gobu kwa'a /biwã/ /bēbi/ -/gi/ -/rã/ -/we/ /kwa/ /gobu/ /kwa/ paca cria -NOM -FUT -PAS-1 saber DISC saber
007	Hay que contar primero sobre la cría de la paca, y después continuar.
	gobu kowe bllo'o pokoma mondo poko gobu kowe bllo'o poko -ma mondo poko /gobu/ /kove/ /bjo/ /poko/ -/bã/ /bõ.do/ /poko/ DISC DEM saida tocar -NON.FUT aux tocar
011	Y después de tapar todas las salidas de la madriguera comenzó a tocar.
	kreygi chidja buchã krey'y -gi chidja buchã /krei/ -/gi/ /ʧidʒa/ /buʃã/ sol -NOM forte feio
026	(... así dijo) el sol muy enojado.
	bwallã wachu wē'ē bwa'a -llã wachu wē'ē /bwa/ -/jã/ /waʃu/ /we/ cola -NEG grande sair
029	Perdió la mitad de su trasero al escaparse.
TEXTO	
3	001-kudja_tangy-2007-02-24
	ba'e-rõ cho brekowa na ba'e -rõ cho breko -wa na /baʔe/ -/rõ/ /ʧo/ /breko/ -/wa/ /ĩdã/ qué -FOC-1 1SG esposa -FIN dizer
002	Como posso encontrar uma mulher para mim?, ele falou.
	"LLOA::: dja wata E ka wachu-pe lloa idja wata e ka wachu -pe /joa/ /idʒa/ /wata/ /e:/ /kaʔa/ /waʃu/ -/pe/ IDEO 3PS andar IDEO selva grande -LOC-1
004	JOA:::, assim ele estava andando na selva."
	cho bwã'ã cho djuwy wyte cho bwã'ã cho djuwy wyte /ʧo/ /bwã/ /ʧo/ /dʒuwi/ /wite/ 1SG intentar 1SG abraçar ainda
038	(Agora) vou tentar de abraçar a ela.
	go cho bllo'o go cho bllo'o /go/ /ʧo/ /bjo'ʔo/ assim 1SG contar
047	Assim te conto.

TEXTO	
4	041-apa_djywa-2010-05-12
	gobu achegi pukama dje djwawe gobu ache -gi puka -ma dje djwa'a -we /gobu/ /a'ʔe/ -/gi/ /puka/ -/bã/ /dʒe/ /dʒwa/ -/we/ DISC Achê -NOM chamar -NON.FUT 2SG cortar -PAS-1 cha'acho wemba wembatama cha we'e -ba we'e -ba -ta -ma /ʔa/ /we/ -/pa/ /we/ -/pa/ -/ta/ -/bã/ tipo de verme comestível sair -COMPL sair -COMPL -FUT(bG) -NON.FUT
010	Então os Achê avisaram ele que a lagarta estava para sair (da árvore).
	wyra djwapama mondo idja tapy djãwê wyra djwa'a -pa -ma mondo idja tapy djãwê /wira/ /dʒwa/ -/pa/ -/bã/ /bõ.do/ /idʒa/ /tapi/ /dʒãwê/ avore cortar -COMPL -NON.FUT cortar 3PS casa perto
021	Tinham cortado as árvores ao redor das casas.
	go, go cho kwagatu go go cho kwa - gatu /ingo/ /go/ /ʔo/ /kwa/ - /gatu/ sim este 1SG saber - bom
038	Sim, esse eu sei bem.
	emo'a apã cha'a buchã ra'e emo - -a apã cha'a buchã ra'a /ẽbõ/ - *** -/a/ /ãpã/ /ʔa/ /buʔã/ /ra/ endoçar - -AG homem branco rosto feio AUX.past
063	Acreditávamos que os brancos tinham um rosto feio.
	waawa wachu-roma wa'a -a -wã wachu -rõ -ma /waʔa/ -/a/ -/wã/ /waʔu/ -/rõ/ -/bã/ cair -AG -FIN grande -FOC-1 -NON.FUT
086	O grandalhão (homem grande) caiu para trás.
	gope ore krampi brawe go -pe ore krampi bra'a -we /go/ -/pe/ /ore/ /krãpĩ/ /bra/ -/we/ assim -LOC-1 1PL.EX fim, acabado preto -PAS-1
113	Assim nós morreríamos.
TEXTO	
5	052-kware_djamo-2011-09-05

	Djamo, idja chã'ã idja djepyrawe ywyrõ karabaiko. djamo idja chã'ã idja djepy -rã -we ywy -rõ kara - *baiko /dʒa.'bõ/ /idʒa/ /ʃã/ /idʒa/ /dʒe.pi.'wa/ -/rã/ -/we/ /iwi/ -/rõ/ /kara/ - *** onça 3PS olho 3PS defender -FUT -PAS-1 terra, solo -FOC-1 panela - ***
009	A onça quer vingança por seus olhos.
	re'e doroetema djamo lle'e. re'e doro - ete -ma djamo lle'e /re/ /doro/ - /e.'te/ -/bã/ /dʒa.'bõ/ /je/ intestino encontrar - realmente -NON.FUT onça estomago
027	Ele rasgou realmente o intestino da onça.
	Y krãpĩpe meĩ'i, y krãpĩpe oĩ*. y'y krãpĩ -pe me'ẽ - ã y'y krãpĩ -pe o - ã /i/ /krãpĩ/ -/pe/ /mẽ/ - /ĩ/ /i/ /krãpĩ/ -/pe/ /o/ - /ĩ/ rio fim, acabado -LOC-1 dar - estar rio fim, acabado -LOC-1 AUX - estar
030	Olha o fim do rio, está no fim do rio.

Relações Temporais e Aspetuais em Orações Adverbiais Gerundivas em Português Europeu

João Pedro Albergaria

Orientado pela Professora Doutora Maria da Purificação da Moura Silvano

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal o estudo das relações temporais e aspetuais estabelecidas em orações adverbiais gerundivas com utilização do Gerúndio Composto em Português Europeu. Classificado como não finito e defetivo temporalmente, o Gerúndio tem sido objeto de estudo do ponto de vista sintático-semântico (Lobo, 2001, 2003; Leal, 2001; López, 2019; Silvano et al., 2019; Silvano et al., 2021). Explorou-se como são estabelecidas as relações temporais em orações adverbiais gerundivas com Gerúndio Composto, com base em variáveis como: posição da oração gerundiva, relação temporal estabelecida entre orações, tempo verbal da oração principal e a classe aspetual das predicções de ambas as orações. Comprovou-se que o Gerúndio Composto ocorre maioritariamente em posição final, a leitura de posterioridade é a mais frequente, o Pretérito Perfeito do Indicativo ocorre mais frequentemente e as Culminações são a classe aspetual predominante em ambas as orações. O teste estatístico LRT verificou associação significativa entre os seguintes pares de variáveis: Relação Temporal OG-OP/Tempo Verbal OP; Tempo Verbal OP/Classe Aspetual OP; Relação Temporal OG-OP/Classe Aspetual OP; Classe Aspetual OP-OG.

Palavras-Chave: Semântica, Gerúndio Composto, Orações Adverbiais, Relações Temporais, Propriedades Aspetuais

Abstract

The main purpose of this paper is the study of temporal and aspectual relations in adverbial perfect participle clauses in European Portuguese. Classified as non-finite and temporally defective, Gerund has been studied in its syntactic-semantic properties (Lobo, 2001, 2003; Leal, 2001; López, 2019; Silvano et al., 2019; Silvano et al., 2021). This paper studies how temporal relations in adverbial perfect participle clauses with Compound Gerund are established, based on variables such as position of the gerund clause, temporal relation established between clauses, tense of the main clause and also the aspectual classes of the predications of both clauses. The results found that gerund clauses occur overwhelmingly in a final position,

posteriority is the main reading, the past tense is the most common tense and Culminations are the predominant aspectual classes in both clauses. The LRT test found significant association between the following pairs of variables: temporal relation between clauses and tense of the MC; tense of the MC and aspectual classes of MC; temporal relation between clauses and aspectual classes of MC; aspectual classes of both clauses (MC and SC).

Keywords: Semantics, Compound Gerund, Adverbial Perfect Participle Clauses, Temporal Relations, Aspectual Feature.

1. Introdução

Formas verbais não-finitas como o Gerúndio e o Particípio Passado têm sido objeto de estudo no passado quanto às leituras semânticas semelhantes que despoletam, continuado, todavia, a levantar algumas questões, por exemplo, no que diz respeito à sua leitura temporal em contexto de orações adverbiais. Trabalhos como Leal (2001), Lobo (2001, 2003) e López (2019) apresentam propostas de caracterização do Gerúndio nas suas propriedades sintático-semânticas. Contudo, e uma vez que o Gerúndio se caracteriza como uma forma verbal não-finita e defetiva temporalmente, ou seja, que não apresenta conjugação verbal completa, isso significa, segundo Barbosa (1875, citado por Leal, 2001), que este tempo verbal “exprime perfectividade e terminação, dependendo a sua leitura temporal da oração principal e (ou) de adverbiais”. O presente estudo propõe-se, então, realizar uma análise das propriedades temporais e aspetuais do Gerúndio Composto em orações adverbiais gerundivas em Português Europeu, verificando quais os principais mecanismos subjacentes à leitura temporal.

Relativamente à estrutura deste trabalho, a secção 2 constituirá o Enquadramento Teórico do trabalho, onde se abordarão brevemente estudos já realizados sobre o tema e apresentarão algumas das características mais evidentes da forma do Gerúndio Composto (*tendo* + Particípio Passado).

Seguidamente, a secção 3 encontra-se estruturada da seguinte forma: (3.1.) Descrição do Corpus, (3.2.) Metodologia de Análise e, por fim, (3.3.) Apresentação e Discussão dos Dados. Para finalizar, a secção 4 será dedicada a uma breve conclusão, reunindo as descobertas principais do trabalho e apresentando sugestões de trabalho futuro.

2. Enquadramento teórico

2.1. Gerúndio Composto

Lobo (2001) define o Gerúndio da seguinte forma: “forma verbal tradicionalmente classificada como não finita formada pelo tema verbal seguido do sufixo -ndo, pode ocorrer em português (europeu) em diferentes contextos sintáticos.” (p.1). De seguida, apresenta uma listagem das diferentes formas que o Gerúndio pode tomar, assim como os vários contextos em que pode ocorrer. Ao longo deste estudo, focar-se-á a forma do Gerúndio Composto inserida em contextos adverbiais ou orações adjuntas, tal como apresentado em Lobo (2001, 2003), em casos como o seguinte:

- (1) O suspeito foi apreendido pelas forças policiais na terça-feira dia 20, tendo fugido umas horas depois num carro roubado⁵⁷.

O gerúndio, enquanto forma verbal não finita e defetiva - não apresentando conjugação completa em todas as pessoas-, não ocorre como forma verbal única numa frase simples e não apresenta variação em tempo – tal como o Infinitivo e o Particípio Passado, formas igualmente classificadas como não-finitas na literatura. Assim, “as formas verbais não finitas são o infinitivo (*cantar*), o gerúndio (*cantando*) e o particípio (*cantado*), tradicionalmente denominado ‘particípio passado’.” (Silva, 2013, p. 547).

Desta forma, a leitura temporal do Gerúndio encontra-se dependente de outros elementos, nomeadamente através da sua inserção em frases complexas. Considerem-se os exemplos abaixo, que comparam a presença das formas do Particípio Passado e do Gerúndio em frases complexas e contrastam com situações agramaticais, confirmando a sua dependência em relação a outros elementos.

- (1) O João comeu o bolo.⁵⁸
(2) *O João comido o bolo.
(3) Comido o bolo, o João lavou a louça.
(4) *O João comendo o bolo.
(5) Comendo o bolo, o João sairá de casa.
(6) Tendo comido o bolo, o João sairá de casa.

Verifica-se então que o Gerúndio, tal como o Infinitivo e o Particípio Passado, não apresenta marcas de tempo e não pode figurar isoladamente numa frase simples de modo a ser dotado de uma leitura temporal. Vejamos o que mais tem sido dito acerca desta questão.

Lobo (2003) defende que as orações gerundivas e participiais podem ocorrer tanto em contextos predicativos, como em contextos adverbiais, tendo estabelecido uma tipologia que distingue os diferentes usos destas formas verbais. Por não se encontrar no escopo deste trabalho, não será discutido o conjunto de contextos em que as orações adquirem um carácter predicativo e focar-nos-emos exclusivamente nos contextos adverbiais, olhando para os diferentes tipos de orações adjuntas.

Assim, a tipologia estabelecida por Lobo (2003), divide as orações gerundivas em:

⁵⁷ O exemplo fornecido é original e serve o propósito de ilustrar a utilização da forma verbal em contexto de oração adverbial.

⁵⁸ Todos os exemplos fornecidos são originais e servem como ilustração quanto à questão da relação temporal estabelecida por orações gerundivas.

- (i) gerundivas adjuntas de frase (ou periféricas);
- (ii) gerundivas adjuntas não periféricas (ou integradas ou de predicado);
- (iii) gerundivas coordenadas ou de posterioridade.

Segundo esta divisão, (i) as orações gerundivas não periféricas podem ocorrer em posição final de frase, sem quebra entoacional e apresentando valores como modo, meio ou tempo simultâneo; (ii) as adjuntas periféricas ocorrem em posição inicial e podem ocorrer em casos específicos em posição final, com pausa entoacional e apresentando valores de causa, concessão e tempo anterior; (iii) e, por fim, as gerundivas coordenadas ou de posterioridade, cujo estatuto como orações adjuntas é colocado em causa pela própria autora, visto poderem ser substituídas por orações de tipo coordenado, e apresentando sempre uma leitura de posterioridade, além de ocuparem sempre uma posição no fim da frase (Lobo, 2001, 2003).

Ainda a propósito da dependência de outros elementos frásicos para estabelecimento de relações temporais, Leal (2001) diz-nos que construções como o Gerúndio Composto (GC) e o Particípio Absoluto partilham características em comum quanto às leituras temporais possíveis.

(7) O jornalista, tendo acabado a entrevista, levantou-se e cumprimentou os participantes⁵⁹.

(8) O jornalista, acabada a entrevista, levantou-se e cumprimentou os participantes.

Como podemos observar pelos exemplos (7) e (8) acima, a leitura temporal das orações com carácter adverbial é igual: ambas as orações remetem para um evento anterior aos eventos relatados na oração principal (OP).

Contudo, apesar do GC apresentar um comportamento semelhante ao Particípio Absoluto na medida em que ambos apresentam uma leitura de anterioridade nos exemplos mencionados, Leal (2001) defende que o GC se assume, ao contrário do Particípio Absoluto, capaz de contornar a natureza aspetual de certos predicados:

(9) Tendo estado no estrangeiro, o João viveu experiências inesquecíveis.

(10) *Estado no estrangeiro, o João viveu experiências inesquecíveis.

(11) Tendo sido eleita Presidente de Conselho, a Maria alcançou um bónus salarial.

⁵⁹ Os exemplos apresentados são originais e servem fins ilustrativos.

(12) *Sido eleita Presidente de Conselho, a Maria alcançou um bónus salarial.

Pertencendo à classe aspetual “Estados”, os verbos “estar” e “ser” não podem ocorrer em construções de Participio Absoluto, podendo, no entanto, ocorrer em construções de Gerúndio Composto como exemplificado acima. Outras considerações sobre aspeto serão abordadas mais adiante.

Ainda a propósito das diferentes leituras temporais que o GC pode receber em contexto de orações adverbiais, apresentam-se alguns exemplos ilustrativos em que se verifica o leque de relações possíveis:

(13) Tendo saído de casa, o João apanhou o autocarro.

(14) O suspeito foi levado para interrogatório, tendo sido apreendido pelas autoridades locais.

(15) O suspeito, tendo sido apreendido pelas autoridades locais, foi levado para interrogatório.

(16) Tendo recebido alta hospitalar (dois dias antes), foi internado devido a complicações cardíacas.

(17) Tendo recebido alta hospitalar, foi internado (dois dias antes) devido a complicações cardíacas.

As leituras temporais das orações adverbiais gerundivas de (13)-(17) são múltiplas e, nos exemplos, fornecidos, a sua leitura temporal não é necessariamente desencadeada pela posição da oração gerundiva (OG) em relação à oração principal ou matriz (OP). Efetivamente, os exemplos (13), (14) (15) e (16) têm todos uma leitura de anterioridade, embora nos exemplos (14) e (15), a oração gerundiva se encontre numa posição final e medial respetivamente. Por outro lado, no exemplo (17), obtém-se uma leitura de posterioridade com a OG a ocupar uma posição inicial em relação à OP.

Seguindo a ideia de que a posição da oração não será determinante para a leitura temporal que o Gerúndio pode receber, Silvano et al. (2019) afirmam que, no concernente a orações gerundivas com Gerúndio Composto, se verifica que a posição preferencial no corpus analisado no seu estudo é a posição final e que, nessa posição, são possíveis “todas as relações temporais com a oração principal” (Silvano et al., 2019, p. 345).

Ainda de acordo com Silvano et al. (2019), foram identificados problemas com a classificação supramencionada de Lobo (2001, 2003) de orações gerundivas com formas do Gerúndio Simples e GC. Nesse trabalho, colocou-se em causa a divisão estabelecida em Lobo, assim como os diferentes critérios propostos para a identificação dos diferentes

tipos de orações gerundivas – entre os quais, posição não marcada e interpretação da leitura temporal da OG.

Segundo os autores, a posição não marcada da oração serviria de critério para distinguir entre orações gerundivas de frase e de predicado, mas não poderia ser considerado como suficiente para distinguir entre orações gerundivas de frase (ou periféricas) e coordenadas.

No que diz respeito a orações gerundivas coordenadas, é ainda defendido por Silvano et al. (2019), que, contrariamente ao proposto por Lobo quanto à interpretação temporal das orações gerundivas coordenadas, estas nem sempre terão uma leitura de posterioridade.

De acordo com Lobo (2001, 2003), as orações classificadas como adjuntas coordenadas ou de posterioridade teriam sempre uma leitura de posterioridade. Analisem-se os exemplos abaixo:

(18) “O alegado autor do crime, que tem 47 anos, tentou depois suicidar-se, tendo sido internado no Hospital de S. José, onde ainda ontem se encontrava sob detenção.”⁶⁰

(19) “Tendo sido internado no Hospital de S. José, onde ainda ontem se encontrava sob detenção, o alegado autor do crime, que tem 47 anos, tentou depois suicidar-se.”

De acordo com os exemplos acima, é possível comprovar que a alteração da posição da OG acarreta uma mudança na leitura temporal atribuída à OG, colocando questões quanto ao estatuto de uma oração que, inicialmente, seria classificada como gerundiva coordenada de acordo com a tipologia de Lobo.

Com o exposto, verifica-se que subsistem ainda algumas questões quanto à classificação das orações adverbiais gerundivas de Gerúndio Composto com base nos critérios já apontados.

2.2.Tempo

Uma vez que o principal objetivo deste trabalho é o estudo das relações temporais que se estabelecem em orações adverbiais gerundivas, torna-se necessário mencionar brevemente o conceito de tempo e apresentar as principais relações temporais que podem ser estabelecidas entre elementos frásicos. Tempo refere-se então à categoria que “serve para localizar as situações”, sendo que a “situação se localiza temporalmente em relação

⁶⁰ Exemplos retirados de Silvano et al. (2019)

a um outro tempo, que tanto pode ser o da enunciação como um outro” (Oliveira, 2003, p.129). Podemos retirar daqui, segundo Oliveira (2003, p. 130), que “os tempos gramaticais se referem ao tempo entendido como ordenação linear orientada do passado em direção ao futuro”. Assim, verifica-se que o Tempo é orientado de forma contínua de acordo com três domínios essenciais: o passado, presente e futuro. (Oliveira, 2003).

Segundo Oliveira (2013, Vol. 1, p. 510), o “tempo linguístico serve para localizar temporalmente as situações expressas nos enunciados, em particular naqueles que são constituídos por frases” e, de acordo com a autora, é possível identificar três formas possíveis de localização temporal das situações, sendo essas: Anterioridade, Simultaneidade e Posterioridade. Neste sentido, e aplicando estes conceitos ao contexto concreto deste estudo, as situações expressas em orações adverbiais com Gerúndio Composto podem estabelecer uma relação de Anterioridade em relação à situação expressa na oração principal, uma relação de Simultaneidade ou ainda uma relação de Posterioridade.

2.3. Aspeto

Visto tratar-se de uma categoria gramatical de elevada importância para o estudo do comportamento do GC, e uma vez que a criação de sentido temporal não se esgota nas relações de passado-presente-futuro, é igualmente importante mencionar a questão do aspeto gramatical. Desta forma, procurar-se-á definir brevemente Aspeto e apresentar a proposta que se encontra por detrás da análise efetuada aos dados recolhidos.

Segundo Cunha (2013, Vol. 1, p. 585), “para além do tempo, as frases possuem igualmente uma estrutura temporal interna, chamada aspeto, que depende do tipo de situação que representam e que é independente de qualquer ponto externo de referência”. Aspeto, então, pode ser considerado como a organização ou estrutura interna das predicções, ou seja, a forma como as situações se desenrolam ao longo do tempo. Situações ou eventualidades, neste sentido, são vistas como “um termo teórico que designa a representação linguística de um determinado estado de coisas ou acontecimento do mundo num contexto espaço-temporal” (Cunha, 2013, Vol. 1, p. 585). Desta forma, Aspeto distingue-se de Tempo, na medida em que Tempo se refere à categoria que “serve para localizar as situações” enquanto Aspeto se refere à estruturação temporal interna das mesmas situações.

Com o exposto, torna-se imprescindível num estudo sobre relações temporais perspetivar essas relações tanto a partir de uma linha na qual localizamos as eventualidades em relação ao momento de enunciação ou a outras eventualidades, como

a partir da estruturação interna das mesmas situações ao longo do tempo. Assim, um estudo dedicado às propriedades semânticas que subjazem o estabelecimento de relações temporais pelo Gerúndio Composto em contexto de orações adverbiais deverá ter em consideração o estudo de ambas estas categorias gramaticais.

Ainda a propósito de Aspeto, a realização deste estudo foi feita recorrendo à tipologia de classes aspetuais apresentada em Moens & Steedman (1988). Foi com base nesta tipologia que se realizou a classificação aspetual das orações principais e gerundivas na amostra recolhida. A tipologia divide os predicados ou situações, em termos de classes aspetuais, em Estados e Eventos – dependendo se são dotadas de fronteiras ou não e se se tratam de eventualidades dinâmicas-, possibilitando ainda a divisão de Eventos – mediante propriedades como duratividade e telicidade - em: Pontos, Culminações, Processos e Processos Culminados (Moens & Steedman, 1988). No âmbito desta tipologia, as predicções designadas como Eventos são dotadas de um núcleo aspetual onde podem existir ou coexistir: um processo preparatório, uma culminação e um estado consequente consoante a existência de propriedades como telicidade ou duratividade.

Uma vez reunidas as ideias principais em torno do Gerúndio Composto e das noções mais essenciais para o estudo das suas propriedades semânticas, vejamos como decorreu o estudo propriamente dito.

3. O estudo

3.1. Questões de Investigação

Para a realização deste estudo, algumas questões orientaram a análise efetuada aos dados:

- Quais são as propriedades semânticas do Gerúndio Composto que contribuem para uma leitura temporal de orações adverbiais?
- Quais são os principais fatores que influenciam essa leitura temporal?
- É possível identificar associação entre os diversos fatores através da aplicação de testes estatísticos?
- De que forma é que os resultados obtidos contribuem para o aprofundamento do nosso entendimento sobre a forma verbal em estudo?

3.2. Constituição do Corpus

No que diz respeito à metodologia empregue para a realização do estudo, esta baseou-se, em primeiro lugar, na constituição de um corpus com frases retiradas de jornais estabelecidos em Portugal, com o intuito de identificar a utilização da forma do gerúndio

composto (ter [GER] + verbo principal [Particípio Passado]) em contexto de orações adverbiais gerundivas no Português Europeu - com ou sem a presença de conectores.

Os dados analisados foram extraídos de um total de 5 jornais portugueses (*Expresso*, *Público*, *Observador*, *Diário de Notícias*, *Jornal i*) com auxílio de uma ferramenta de extração de dados linguísticos (TELP – *Text Extraction with Linguistic Patterns*), desenvolvida por Cordeiro et al. (2024). A aplicação TELP permite a recolha de dados em sites que se encontrem na *World Wide Web*, com a vantagem de ter uma interface de utilizador simplificada, o que permite, segundo Cordeiro et al. (2024), a inserção de parâmetros que pesquisam padrões linguísticos em páginas da web, auxiliando e facilitando o trabalho de recolha de dados.

O corpus foi constituído tendo em vista a escolha aleatória de um total de 100 frases, de entre todos os exemplos recolhidos, onde se encontrasse presente a utilização do gerúndio composto (*tendo* + verbo principal no Particípio Passado) no contexto de orações adverbiais gerundivas e tendo como objetivo a escolha de 20 frases por jornal. Desta forma, permite-se uma distribuição equitativa e não enviesada dos dados relativamente a um jornal, o que, por sua vez, permite maior variedade na amostra de frases, devido à variedade de temáticas abordadas nos artigos e pela autoria das notícias ser também em si diversificada.

Todavia, foram selecionados 25 exemplos do total de exemplos recolhidos do jornal *Observador* e 15 do *Jornal i*, uma vez que este último apresentava uma menor variedade temática e, por conseguinte, poderia representar um maior enviesamento dos dados.

3.3. Metodologia de Análise

Uma vez constituída a amostra de 100 frases com orações adverbiais gerundivas, procedeu-se à anotação dos dados com base em alguns parâmetros para a subsequente análise das propriedades temporais e aspetuais das orações em causa. No entanto, devido a problemas relacionados com a anotação dos dados, o tamanho da amostra final fixou-se nas 98 frases.

Os parâmetros de análise são os seguintes: posição da oração gerundiva em relação à oração principal (daqui em diante OP); relação temporal estabelecida entre a

oração gerundiva (OG) em relação à OP; tempo verbal da OP; classe aspetual da OP; classe aspetual da OG; conectores utilizados na ligação entre orações.

Source (newspaper)	Sentences	Position	Temporal relation (SC-MC)	Tense of MC	Aspectual type M	Aspectual type of SC	Conector
Público	O festival de Naadam decorre todos os Verões neste país desde há oito séculos, tendo começado como festa religiosa mas acabando por se transformar numa celebração da independência do país.	Medial	Ant	Pres - Ind	St	Culm	N/A
Público	Os negativos saíram do país, contrabandeados, e chegaram à agência Magnum, a sua casa de sempre, tendo sido publicadas na revista do britânico Sunday Times sob as iniciais do anónimo fotógrafo de Praia.	Final	Post	PP	Culm	Culm	N/A

Figura 1: Dados anotados (exemplo)

Como exemplo da organização e anotação dos dados, a Figura 1 apresenta duas frases anotadas e retiradas da amostra de frases analisadas. Na figura, é possível verificar que os dados foram anotados seguindo os critérios já apontados. De referir novamente que, dentro da amostra seleccionada, 2 exemplos apresentaram desafios a nível de anotação de acordo com os parâmetros utilizados, tendo sido removidos da análise final.

Adicionalmente, para a análise dos dados foram usados os seguintes testes estatísticos:

- Teste do Qui-Quadrado – procura associação entre variáveis nominais;
- Teste Exato de Fisher – procura associação entre variáveis nominais;
- Teste LRT (Likelihood Ratio Test) – procura associação entre variáveis nominais;
- Tabelas de Contingência – apresentam a ocorrência conjunta de categorias para pares de variáveis;
- Probabilidade Condicionada – determina a probabilidade de ocorrência de um dado acontecimento, sabendo que um segundo acontecimento já ocorreu.

Inicialmente, foi considerada a possibilidade de utilização de um modelo de Regressão Linear para explicar o comportamento das variáveis em análise. Contudo, os modelos de regressão linear só podem ser aplicados a variáveis quantitativas e as variáveis em análise são qualitativas (nominais). Desta forma, foi necessário procurar outros testes estatísticos que nos permitissem estabelecer associações entre as variáveis.

A segunda melhor opção, neste caso, tratar-se-ia do teste do Qui-Quadrado, que estuda a associação ou independência entre variáveis nominais. Todavia, este teste oferece outro tipo de problema ao avaliar a relação entre as frequências observadas e as frequências esperadas de duas variáveis, através de tabelas de contingência.

Um elemento importante deste teste é o seguinte: o valor das frequências esperadas deverá ser superior a 5 e existe um número máximo para a quantidade de frequências esperadas que tenham um valor inferior a 5. Com a amostra disponível, o número de frequências esperadas inferior a 5 ultrapassa esse limite, resultando que a aplicação do teste não seria recomendada. Uma alternativa seria a realização do Teste Exato de Fisher, previsto para amostras em que o número de frequências esperadas inferior a 5 seja elevado. Contudo, o teste Exato de Fisher só deve ser aplicado em tabelas de contingência de tipo 2x2.

Apesar de todos estes entraves, encontrou-se um teste a ser aplicado, pois não tem exigências quanto ao número de frequências esperadas nem quanto ao tipo de tabelas de contingência que são utilizadas – o teste Rácio de Verossimilhança (Baayen, 2008) ou, em inglês, Likelihood Ratio Test (LRT daqui em diante). Este teste permite avaliar os mesmos pressupostos que o teste do Qui-quadrado (se existe associação entre duas variáveis nominais ou não) sem estar sujeito às restrições já mencionadas. Dessa forma, foi utilizado o programa estatístico JASP para realizar o teste (JASP Team, 2020), procurando inicialmente evidências de associação entre diferentes pares de categorias.

A figura abaixo mostra o programa estatístico JASP e os resultados do teste LRT quando aplicado às categorias Relação Temporal OG-OP e Tempo Verbal OP. Na própria tabela, é possível ver as frequências esperadas (“Expected Count” em inglês) e ainda os resultados do teste. O valor p apresenta um valor inferior a 0,05 e tal significa que é confirmada a existência de associação entre variáveis.

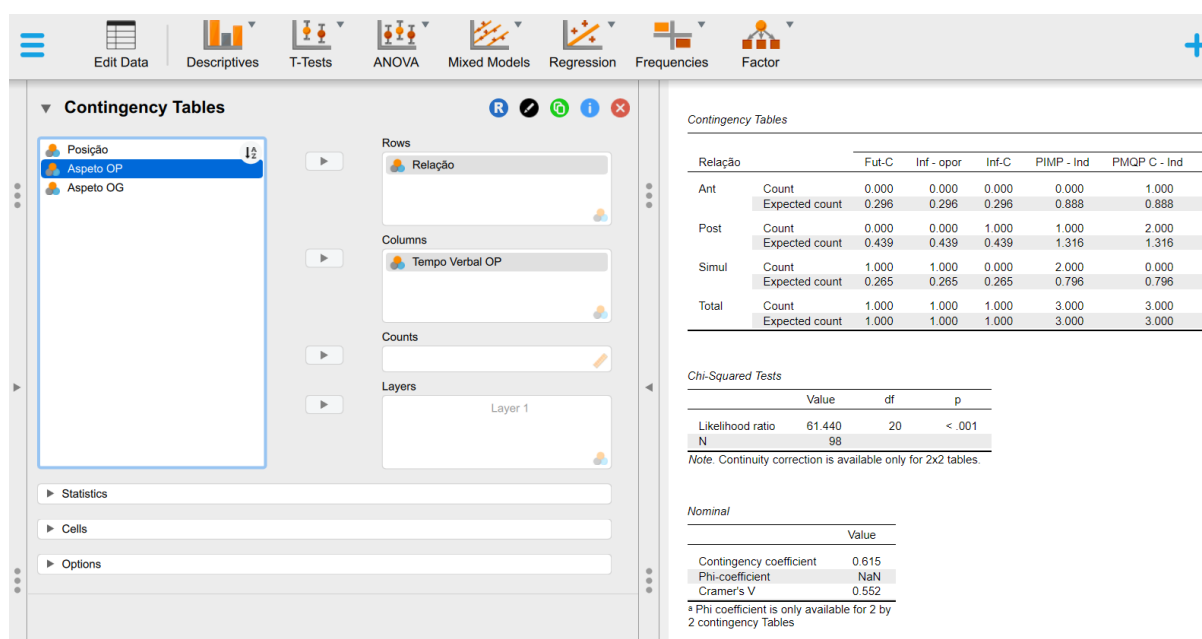


Figura 2: Software JASP – Teste LRT aplicado à Relação Temporal OG-OP/Tempo Verbal OP

Os valores “Contingency coefficient” e “Cramer’s V” medem a força da associação entre variáveis (nominais). Quanto mais alto o valor, maior será a associação entre variáveis. O valor de 0,552 em V de Cramer indica que as variáveis têm uma associação moderada a forte entre si. Esta medida de associação é mais fiável do que o Coeficiente de contingência, pois o Coeficiente pode ser influenciado pelo tamanho da amostra. Todavia, com amostras mais pequenas, a medida de associação V de Cramer pode revelar-se instável e apresentar resultados menos confiáveis.

Convém ainda mencionar um pormenor relativo à variável Tempo Verbal OP. Dentro da amostra analisada, 13 frases apresentaram tempos verbais que diferiam largamente dos tempos verbais mais comuns para o resto da amostra. Tendo em conta o cálculo necessário de frequências esperadas para a realização do teste LRT, organizou-se a categoria de duas formas distintas. Por um lado, mantiveram-se as categorias verbais independentes, o que significava que a tabela de contingência teria este aspeto:

Contingency Tables ▼

Posição		Fut-C	Inf - opor	Inf-C	PIMP - Ind	PMQP C - Ind
Final	Count	1.000	0.000	0.000	2.000	3.000
	Expected count	0.878	0.878	0.878	2.633	2.633
Initial	Count	0.000	0.000	0.000	1.000	0.000
	Expected count	0.051	0.051	0.051	0.153	0.153
Medial	Count	0.000	1.000	1.000	0.000	0.000
	Expected count	0.071	0.071	0.071	0.214	0.214
Total	Count	1.000	1.000	1.000	3.000	3.000
	Expected count	1.000	1.000	1.000	3.000	3.000

Figura 3: JASP - Tabela de Contingência (Tempos Verbais separados)

Por outro lado, agruparam-se essas ocorrências de tempos verbais dentro da categoria “OFV” (“Outras Formas Verbais”), com o intuito de verificar a sua influência nos valores obtidos pelo teste LRT (cf. Figura 4).

Contingency Tables

Relação		Tempo Verbal OP			Total
		OFV	PP	Pres - Ind	
Ant	Count	3.000	11.000	15.000	29.000
	Expected count	3.847	20.418	4.735	29.000
Post	Count	4.000	39.000	0.000	43.000
	Expected count	5.704	30.276	7.020	43.000
Simul	Count	6.000	19.000	1.000	26.000
	Expected count	3.449	18.306	4.245	26.000
Total	Count	13.000	69.000	16.000	98.000
	Expected count	13.000	69.000	16.000	98.000

Figura 4: JASP - Tabela de Contingência (Categoria OFV)

Ainda no que diz respeito à variável Tempo Verbal OP, é de mencionar que, uma vez que se verificou a presença de construções Passivas com utilização exclusiva do verbo auxiliar *ser* conjugado no Pretérito Perfeito do Indicativo (como será evidenciado mais adiante), o conjunto de ocorrências de Construções Passivas foi incluída na categoria PP para propósitos de realização do teste estatístico.

Após a realização deste teste e de tabelas de contingência, revelou-se interessante calcular o peso de ocorrências conjuntas de duas categorias no número total de casos de uma das categorias. Considere-se de novo a figura 4 que explora a relação entre o Tempo Verbal da OP e a Relação Temporal estabelecida entre orações para compreender melhor esta situação.

O objetivo deste cálculo seria verificar o número de ocorrências conjuntas, por exemplo, de orações com leitura de Posterioridade em que fosse registado o Pretérito Perfeito do Indicativo na OP em relação ao total de casos de orações com PP (55 casos totais). Este cálculo daria a percentagem de ocorrências conjuntas das duas categorias em relação ao número total de ocorrências da categoria PP. Ora, este cálculo é conhecido como Probabilidade Condicionada ou, por outras palavras, a probabilidade de um dado acontecimento ocorrer, sabendo que um outro já ocorreu.

A fórmula da Probabilidade Condicionada aplicada ao exemplo mencionado seria a seguinte:

$$P(\text{Post} \mid \text{PP}) = \frac{P(\text{Post} \cap \text{PP})}{P(\text{PP})}$$

Figura 5: Fórmula da Probabilidade Condicionada

Samuelson & Štajner (2014) apresentam brevemente a noção de probabilidade conjunta de dois eventos, dando a definição de probabilidade para dois acontecimentos A e B como sendo a probabilidade de um acontecimento B, sabendo que A já ocorreu:

Here $P(B \mid A)$ is the conditional probability of B given A, which is defined as:

$$P(B \mid A) = \frac{P(A, B)}{P(A)}$$

Figura 6: Probabilidade Condicionada segundo Samuelson & Štajner (2014)

Foi com base nos métodos apresentados que os dados foram analisados de forma a procurar regularidades significativas e que pudessem aprofundar o entendimento acerca da forma do Gerúndio Composto.

3.4. Apresentação dos Dados

3.4.1. Resultados Gerais

Recorde-se que os dados apresentados dizem respeito a 98 frases onde foi identificada a utilização do Gerúndio Composto. Veja-se o gráfico apresentado na Figura 7 que ilustra de forma geral os resultados da anotação dos dados:

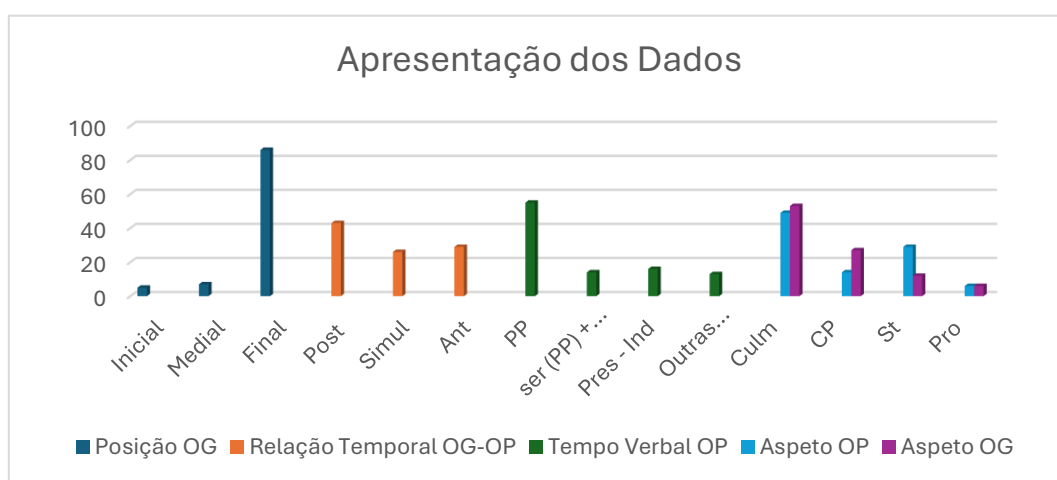


Figura 7: Gráfico Global dos Resultados

No que diz respeito à **Posição da OG em relação à OP**, registaram-se 5 casos em que a OG se encontrava numa posição Inicial (cf. Tabela 1), ilustrados pelo exemplo (22), 7 casos em que se encontrava numa posição Medial (cf. Tabela 1) e 86 em que a OG ocupava a posição Final (cf. Tabela 1) em relação à OP, como se verifica pelo exemplo (20):

- (20) OBS22 - “Até ao momento, as vendas de motociclos BMW subiram 3,2 %, tendo sido transaccionados 116.044 nos primeiros nove meses do ano.” - Final
- (21) OBS11 – “O arcebispo de El Salvador que se dedicou aos pobres e à injustiça na política, tendo sido assassinado, vai ser beatificado por ser um mártir da Igreja Católica.” – Medial
- (22) EX07 – “Não tendo estado no Governo de então, estava comprometido com o líder, no partido.” - Inicial

A média de observações registradas, tendo em conta três categorias (Posição Final, Medial e Inicial) dentro da variável Posição OG, encontra-se nos 32,6666667 com um desvio-padrão de 46,2⁶¹.

Categorias de Análise	Posição OG
Initial	5
Medial	7
Final	86
Total	98
Média	32,6666667
Desvio-Padrão	46,19884558

Tabela 1: Posição OG

Na tabela 2, apresentam-se as proporções para cada categoria da variável em análise, assim como o erro padrão da proporção em relação à população (totalidade do corpus) e respetivos limites inferior e superior para um Intervalo de Confiança de 95%.

No caso da Posição Inicial (correspondendo a 5,1% dos casos analisados), verifica-se um erro padrão de $\pm 2,2\%$ para um IC de 95%. No caso da Posição Medial, verifica-se um total de 7,1% das ocorrências para um erro-padrão de $\pm 2,6\%$ e, no caso da Posição Final, registam-se 87,7% dos casos com erro-padrão de $\pm 3,3\%$ também para um IC de 95%. A Tabela 2 sistematiza estes resultados.

Categorias de Análise	Proporção	Erro-Padrão	Limite Inferior (IC 95%)	Limite Superior (IC 95%)
Initial	0,051020408	0,022227333	0,007455	0,094586
Medial	0,071428571	0,026015406	0,020438	0,122419
Final	0,87755102	0,033113168	0,812649	0,942453

Tabela 2: Posição OG (Proporção)

Verifica-se, então, uma grande disparidade na amostra, sendo que a Posição Final da OG é claramente favorecida em relação às posições Inicial e Medial, registando um número de ocorrências mais de 2 vezes superior à média amostral, confirmando pressupostos estabelecidos anteriormente quanto à posição das orações com Gerúndio Composto, por exemplo em Silvano et al. (2019).

⁶¹ Daqui em diante, todos os resultados apresentados serão arredondados à casa decimal para facilitar a leitura.

De seguida, para a variável **Relação Temporal OG-OP**, foram registadas: 43 ocorrências de leituras de Posterioridade da OG em relação a OP – exemplificada abaixo em (23); 26 de Simultaneidade; 29 de Anterioridade. A Tabela 3 ilustra estes resultados:

Categorias de análise	Relação Temporal OG-OP
Post	43
Simul	26
Ant	29
Total	98
Média	32,66666667
Desvio-Padrão	9,073771726

Tabela 3: Relação Temporal OG-OP

A média amostral, neste caso, regista-se em 32,7 com desvio-padrão de aproximadamente 9,1.

A proporção das diferentes categorias encontra-se discriminada na tabela 4, com a relação de Posterioridade a registar 43,9% das ocorrências totais e erro-padrão populacional de $\pm 5\%$, a relação de Anterioridade em segundo lugar com 29,6% do registo total de ocorrências (erro-padrão da proporção de $\pm 4,6\%$) e a relação de Simultaneidade a registar 26,5% de ocorrências em relação ao número total de casos analisados (erro-padrão de $\pm 4,4\%$).

Com base nos dados, é possível verificar que a relação temporal mais frequente nas orações gerundivas, dentro da amostra analisada, é a de **Posterioridade** – encaradas as diferentes categorias nas suas frequências absolutas e relativas de forma individual.

Categorias de análise	Proporção	Erro-Padrão	Limite Inferior (IC 95%)	Limite Superior (IC 95%)
Post	0,43877551	0,050127548	0,340526	0,537026
Simul	0,265306122	0,044597838	0,177894	0,352718
Ant	0,295918367	0,046108865	0,205545	0,386292

Tabela 4: Relação Temporal (Proporção)

Também aqui o número de ocorrências da leitura de Posterioridade da OG foi superior ao valor médio de ocorrências para a variável em análise (43 ocorrências para uma média de 19,6) e as leituras de Anterioridade e Simultaneidade registaram valores aproximados quanto à sua frequência absoluta, sendo que, se forem somados os casos em que existem estas duas leituras temporais, as relações de Anterioridade e Simultaneidade

registaram um maior número de ocorrências comparativamente à relação de Posterioridade.

Apresenta-se, para cada relação temporal, um exemplo retirado da amostra:

- (23) PUB08 - “Em Portugal, a estatura média era 1,66 metros, há quase 200 anos, tendo passado para 1,72, no início dos anos 1980.” – Posterioridade
- (24) PUB12 – “Gerber tem sido o furor desta semana da moda, tendo aparecido nos desfiles de Yves Saint Laurent e Valentino.” – Simultaneidade
- (25) DN11 – “Eleito homem do jogo na vitória sobre o México (3-0) que confirmou a qualificação sueca, tendo marcado o primeiro golo da partida.” – Anterioridade

No caso do exemplo (23), é possível compreender que a estatura média alterou o seu valor após 1980, ou seja, após o valor médio registado 200 anos antes, colocando assim uma eventualidade num momento posterior ao outro. Em (24), por outro lado, verifica-se que existe uma sobreposição das situações descritas em ambas as orações, sendo que a aparição de “Gerber” se dá no decorrer da semana de moda em que os desfiles sucederam. Quanto ao exemplo (25), compreende-se que “o primeiro golo da partida” terá de ser localizado temporalmente num momento anterior ao da qualificação da equipa, uma vez que a qualificação se encontrava dependente do resultado da partida.

Avançando para as ocorrências dos diferentes tempos verbais na OP, verificou-se que 55 frases utilizavam o Pretérito Perfeito do Indicativo, 14 utilizavam construções passivas do tipo [*ser* (Pretérito Perfeito do Indicativo) + Particípio Passado] e 16 utilizavam ainda o Presente do Indicativo.

Categorias de Análise	Tempo Verbal OP
PP	55
ser (PP) + Part. P.	14
Pres - Ind.	16
PIMP - Ind.	3
PMQPC - Ind.	3
Inf - opor	1
quer (Pres)	1
PPC - Ind	1
ir (Pres) + INF-S	1
Fut-C	1
Inf-C	1
Part. P	1
Total	98
Média	8,166666667
Desvio-Padrão	15,67182378

Tabela 5: Tempo Verbal OP

De notar que nas 13 frases restantes foram registadas outras formas verbais, com destaque para 3 exemplos em que era utilizado o Pretérito Imperfeito do Indicativo e 3 outros onde era utilizado o Pretérito-Mais-que-Perfeito Composto do Indicativo. As restantes 7 frases utilizavam tempos verbais diferentes entre si.

No que diz respeito à variável **Tempo Verbal OP**, então, a média de ocorrências por tempo verbal situa-se nas 8,2, com desvio-padrão de 15,7. Relativamente a esta variável, verifica-se ainda a ocorrência em larga escala do Pretérito Perfeito do Indicativo na amostra recolhida – correspondendo a 56,1% dos casos totais com erro-padrão $\pm 5\%$ -, sendo o número total de ocorrências deste tempo verbal quase 7 vezes superior à média amostral (quando consideradas 12 categorias de análise, englobando todos os tempos verbais encontrados), indicando, para a amostra em análise, uma preferência da utilização deste tempo verbal em construções em que figura o Gerúndio Composto, podendo ser explicado pelo facto de os dados terem sido recolhidos e pertencerem maioritariamente ao texto jornalístico – onde se descrevem eventos maioritariamente situados no passado.

De acrescentar que, uma vez que as construções Passivas usam consistentemente o Pretérito Perfeito do Indicativo na conjugação do verbo auxiliar *ser*, quando considerado o total de casos em que tal sucede (69 de 98), este valor corresponde a 70,4% dos casos com erro-padrão $\pm 4,7\%$.

Categorias de Análise	Tempo Verbal OP	Proporção	Erro-Padrão	Limite Inferior (IC 95%)	Limite Superior (IC 95%)
PP	55	0,56122449	0,050128	0,462974	0,659474
ser (PP) + Part. P.	14	0,142857143	0,035348	0,073575	0,212139
Pres - Ind.	16	0,163265306	0,037336	0,090087	0,236444
OFV	13	0,132653061	0,034264	0,065495	0,199811
Total	98				
Média	24,5				
Desvio-Padrão	20,37154879				

Tabela 6: Tempo Verbal (Proporção)

De seguida, o tempo verbal mais frequente foi o Presente do Indicativo, verificando-se uma grande disparidade na frequência de utilização deste tempo em relação ao Pretérito Perfeito do Indicativo (amplitude de 39 ocorrências), seguido de perto por construções Passivas no Pretérito Perfeito e, por último, outros tempos verbais. Com base nestes dados, é possível afirmar-se ainda o seguinte: se forem somadas todas as ocorrências de tempos verbais do Passado ou construções cuja leitura temporal seja de Anterioridade relativamente ao momento de enunciação (construções de tipo Passiva no Pretérito Perfeito), obtém-se o seguinte cálculo: 55 (PP) + 14 (Construções de Passiva no

PP) + 6 (Pretérito Imperfeito e Mais-que-Perfeito Composto do Indicativo) e 3 outras formas verbais que remetem para o Passado = 78 ocorrências totais.

Através deste cálculo – com 79 ocorrências a representarem 80,6% do total de ocorrências com erro-padrão $\pm 4\%$ para um IC de 95% - verifica-se uma predominância, dentro da amostra selecionada, na ocorrência de tempos verbais do Passado em frases em que o Gerúndio Composto é utilizado – facto que pode ser explicado, uma vez mais, pelo enquadramento dos exemplos no texto jornalístico.

Apresentam-se, de seguida, alguns exemplos ilustrativos da utilização dos tempos verbais mais comuns:

(26) DN09 – “Texano de quarta geração, Beto conciliou os estudos com paixão pelo punk rock, tendo sido baixista numa banda chamada Foss.” – Pretérito Perfeito do Indicativo;

(27) OBS17 – “Os 17,20 metros conseguidos este domingo em Belgrado são até agora a sua melhor marca do ano, tendo sido obtida à terceira tentativa.” – Presente do Indicativo.

Resta mencionar as variáveis relativas à classe aspetual dos predicados da Oração Principal e Gerundiva, uma vez que não foram encontradas quaisquer ocorrências de conectores nos 98 exemplos recolhidos.

Relativamente, à **classe aspetual da OP**, registou-se um total de 50 Culminações (Culm), 13 Processos Culminados (CP), 29 Estados, 6 Processos e 0 ocorrências de Pontos. A média amostral, neste caso, situa-se em 19,6 com um desvio-padrão de 20,1.

Neste caso, verificamos que a classe aspetual favorecida nos predicados da OP das frases analisadas é, claramente, a Culminação (Culm), representando cerca de 3 vezes a média da amostra. A este valor, seguem-se predicados com Estados (St), com um total de 29 ocorrências. Com estes resultados, verifica-se que a ocorrência de Culminações (Culm) é mais de 2 vezes superior à média amostral, sendo o número de ocorrências de Estados (St) também superior à média.

Categorias de Análise	Classe Aspetual OP
Culm	50
CP	13
St	29
Pro	6
Pon	0
Total	98
Média	19,6
Desvio-Padrão	20,15688468

Tabela 7: Classe Aspetual OP

Categorias de Análise	Proporção	Erro-Padrão	Limite Inferior (IC 95%)	Limite Superior (IC 95%)
Culm	0,510204082	0,050497108	0,41123	0,609178
CP	0,132653061	0,034264313	0,065495	0,199811
St	0,295918367	0,046108865	0,205545	0,386292
Pro	0,06122449	0,024217562	0,013758	0,108691

Tabela 8: Classe Aspetual OP (Proporção)

Na tabela 8, é possível confirmar os valores relativos à proporção do número de ocorrências relativas ao número total de casos analisados - excluindo a classe “Ponto”, pois não registou qualquer ocorrência. Veja-se um exemplo de frase onde figura uma Culminação na OP e OG:

(28) OBS 25 – “As autoridades bósnias decidiram julgar Oric em Sarajevo, tendo o julgamento começado em janeiro de 2016.”

Avançando para a **classe aspetual da OG**, registaram-se 53 ocorrências de Culminações na OG (número superior ao de ocorrências de Culminações em OP), 27 ocorrências de Processos Culminados, 13 ocorrências de Estados, 5 de Processos e, novamente, 0 ocorrências de Pontos.

Categorias de análise	Classe Aspetual OG
Culm	53
CP	27
St	13
Pro	5
Pon	0
Médias	19,6
Desvio-Padrão	21,27909773
Erro-Padrão da Média	9,516301803
IC 95% (LIM. INFERIO	-0,687297416
IC 95% (LIM. SUPERIO	39,88729742

Tabela 9: Classe Aspetual OG

A média situa-se, tal como na variável precedente em 19,6 ocorrências por classe aspetual, uma vez que não se alterou o número de categorias em análise dentro da variável, sendo que o desvio-padrão é ligeiramente superior (21,2) ao desvio-padrão das classes aspetuais de OP. A partir destes resultados, verifica-se uma vez mais a predominância da Culminação enquanto classe aspetual preferencial em orações com Gerúndio Composto (neste caso na OG), seguida de Processos Culminados – ambas as classes com um número de ocorrências superior à média e com as culminações a excederem a média amostral em mais de 3 vezes o seu valor.

Relativamente às proporções das diferentes classes aspetuais comparativamente com o número total de frases, tem-se a apontar que: as Culminações registaram 54,1% das ocorrências (erro-padrão de $\pm 5\%$ para IC de 95%).

Categorias de análise	Proporção	Erro-Padrão	Limite Inferior (IC 95%)	Limite Superior (IC 95%)
Culm	0,540816327	0,050339057	0,442152	0,639481
CP	0,275510204	0,045130687	0,187054	0,363966
St	0,132653061	0,034264313	0,065495	0,199811
Pro	0,051020408	0,022227333	0,007455	0,094586

Tabela 10: Classe Aspetual OP (Proporção)

Como exemplo de uma oração gerundiva em que foi identificada uma Culminação, considere-se a seguinte frase:

- (29) OBS11 - “O arcebispo de El Salvador que se dedicou aos pobres e à injustiça na política, tendo sido assassinado, vai ser beatificado por ser um mártir da Igreja Católica.”

Resumindo, verifica-se que, em cada variável em análise, as categorias que assumem maior importância dentro da amostra total de 98 frases são:

- i) a **Posição Final da OG**, relativamente à posição da OP;
- ii) a **Leitura de Posterioridade** - embora as leituras de Anterioridade e Simultaneidade também tenham algum peso dentro da amostra e esta tenha sido a amostra com o segundo desvio padrão mais baixo (a variável com menor desvio padrão registou um total de 13 categorias, enquanto esta registou apenas 4 categorias);
- iii) o **Pretérito Perfeito do Indicativo**, enquanto tempo verbal preferencial utilizado na OP, com um total de 55 ocorrências e registando um número de ocorrências 6 vezes superior ao da média amostral;
- iv) as **Culminações**, enquanto classe aspetual dominante nos 98 exemplos.

3.4.2. Associação entre fatores

No que concerne aos valores obtidos pela realização do teste LRT em diferentes combinações de variáveis⁶², observe-se o seguinte:

- i) Relativamente à combinação **Tempo Verbal OP/Relação Temporal OG-OP** (dados não agrupados na categoria OFV), o valor p é inferior a 0,001, verificando-se associação entre variáveis, e o coeficiente de Contingência

⁶² Por questões de brevidade, serão mencionados apenas os casos em que o valor p se revelou inferior a 0,05, revelando associação entre variáveis.

devolveu o valor 0,615 e o V de Cramer o valor 0,552, revelando força moderada/forte na associação;

- ii) A combinação **Tempo Verbal OP/Classe Aspetual OP** revelou um valor p igualmente inferior a 0,001, com um coeficiente de contingência de 0,611 e V de Cramer de 0,446 (associação moderada);
- iii) A combinação **Classe Aspetual OP/Relação Temporal OG-OP** revelou um valor igual a 0,001 e um coeficiente de contingência igual a 0,433 e V de Cramer igual a 0,339 - associação existente, mas moderada/fraca, pelo menos para a amostra em análise;
- iv) A combinação **Classe Aspetual OP/Classe Aspetual OG** devolveu um valor p igual 0,008, com coeficiente de contingência igual a 0,432 e V de Cramer igual a 0,276;
- v) Para a combinação **Tempo Verbal OP/Relação Temporal OG-OP** (com dados agrupados em OFV), o valor p manteve-se inferior a 0,001, mas o coeficiente de contingência registou o valor 0,544 e V de Cramer 0,459 (associação moderada);
- vi) Para a combinação **Tempo Verbal OP/Classe Aspetual OP**, o valor p manteve-se inferior a 0,001, mas, tal como a categoria anterior, o coeficiente de contingência diminuiu para 0,531 e V de Cramer igualmente para 0,443 (associação moderada).

Adicionalmente, na busca por regularidades ou explicações do comportamento de uma variável em função de outra, considerou-se a organização das variáveis duas a duas, criando tabelas de dupla entrada, também chamadas de tabelas de contingência. A criação destas tabelas permite relacionar variáveis e verificar o conjunto de situações em que as diferentes categorias ocorrem simultaneamente.

Tome-se como exemplo a tabela 11:

	Classe Aspetual OG					
Classe Aspetual OP		Culm	CP	St	Pro	Total
	Culm	35	8	5	2	50
	CP	3	9	0	1	13
	St	12	9	6	2	29
	Pro	3	1	2	0	6
	Total	53	27	13	5	98

Tabela 11: Classe Aspetual OP-OG

A tabela 11 permite estudar o relacionamento de duas variáveis essenciais para a elaboração deste estudo: a classe Aspetual da OP e a classe Aspetual da OG. Organizando,

duas a duas, as categorias/classes identificadas para cada variável – p. ex. Culm OP/Culm OG ou ainda St OP/Pro OG -, podemos analisar o número de ocorrências em que as classes aparecem juntas nas frases analisadas (35 ocorrências no primeiro caso e 2 ocorrências no segundo).

Após uma análise breve da tabela, é possível ver que Culminações da OP ocorrem maioritariamente com Culminações da OG, que Processos Culminados ocorrem maioritariamente com outros Processos Culminados e que Estados e Processos na OP ocorrem maioritariamente com Culminações na OG.

Dada a utilidade destas tabelas em relacionar variáveis, criaram-se outras de forma a compreender o comportamento de outras variáveis. Assim, considere-se momentaneamente, por exemplo, a relação entre a Posição da OG e o Tempo Verbal da OP:

Posição OG	Tempo Verbal OP						PP + Passiva
		PP	ser (PP) + Part. P.	Pres -Ind	OFV	Total	
	Final	50	14	13	9	86	
	Medial	2	0	2	3	7	
	Inicial	3	0	1	1	5	
	Total	55	14	16	13	98	

Tabela 12: Posição OG/Tempo Verbal OP

A partir da tabela 12, verifica-se que a posição preferencial para qualquer um dos tempos verbais registados é a posição final e tal relaciona-se certamente com o facto de a posição final representar 86 ocorrências num universo de 98 frases – ou 87,8% dos exemplos. Desta forma, e confirmando o verificado pelo teste LRT: independentemente do tempo verbal em análise, é provável que a OG se encontre numa posição final – ou seja, possivelmente, não haverá uma relação estrita entre as variáveis, na medida em que o Gerúndio Composto tende a favorecer uma posição final. Desta forma, somos levados a considerar que a posição da OG não tem influência no tempo verbal ou vice-versa. Ainda assim, refira-se o número de 50 ocorrências num total de 55 frases com o Pretérito Perfeito (90,1%).

Ainda assim, se considerarmos o número de ocorrências resultante da junção das categorias PP + Passiva (com o verbo auxiliar *ser* conjugado no PP), verifica-se que existe um número claramente superior de ocorrências quando comparado com outros tempos verbais identificados na amostra.

Apesar disto, é necessário considerar que se conta uma enorme disparidade entre a posição Final e as posições Inicial e Medial, não sendo possível concluir para outros

tempos verbais (pelo número reduzido de ocorrências desses tempos) que a sua utilização com a posição final será mais expectável do que, por exemplo, com a posição Inicial. Para a amostra em análise, não haverá dúvidas. Todavia, se a população for tomada na sua totalidade, ou seja, o corpus total, tal poderá ou não ser confirmado.

Possibilidades de relação entre variáveis mais interessantes serão, por exemplo, aquelas que se estabelecem entre a Relação (Leitura) Temporal da OG com a Posição da OG ou até com o Tempo Verbal da OP, como indicado pelo teste LRT.

Veja-se um desses casos:

	Posição OG				
Relação Temporal OG-OP		Final	Medial	Inicial	Total
	Post	41	2	0	43
	Simul	23	1	2	26
	Ant	22	4	3	29
	Total	86	7	5	98

Tabela 13: Relação Temporal/Posição OG

A partir de uma análise à tabela 13, vê-se que, quando a OG ocupa uma posição final em relação à OP, a sua leitura temporal preferencial em relação à OP é a de Posterioridade.

A tabela parece confirmar esta situação, embora pareça não o confirmar a 100%, dado que as leituras de Anterioridade e Simultaneidade, quando agrupadas as suas ocorrências, representam um total de 44 ocorrências em posição Final - mais de 50% dos casos de Posição Final – e, no conjunto desses casos, a OG não tem uma leitura de posterioridade. Todavia, quando consideradas individualmente, a leitura de Posterioridade é irrefutavelmente a leitura mais frequente de entre as restantes possibilidades. É ainda assinalável o facto de a leitura de Anterioridade ser a leitura mais frequente entre os exemplos em que a OG ocupava uma posição Inicial e Medial. Considere-se a comparação entre a Posição da OG e o tempo verbal utilizado na OP:

	Relação Temporal OG-OP				
Tempo Verbal OP		Post	Simul	Ant	Total
	PP	28	16	11	55
	ser (PP) + Part.				
	Passado	11	3	0	14
	Pres - Ind	0	1	15	16
	Outras FV	4	6	3	13
	Total	43	26	29	98
	PP + Passiva	39	19	11	69

Tabela 14: Tempo Verbal OP/Rel. Temporal

A partir da tabela 14, podem ser apontados alguns factos interessantes. Em primeiro lugar, quando o tempo verbal da OP é um tempo do passado ou que envolva alguma construção passiva (com verbo auxiliar conjugado no Pretérito Perfeito do Indicativo), a leitura mais frequente da OG será uma leitura de posterioridade – somando as ocorrências do Pretérito Perfeito com as da construção passiva (*ser* + Participio Passado), obtém-se um total de 39 ocorrências num total de 43.

De mencionar que, nos 4 casos presentes em “Outras Formas Verbais”, 2 deles envolvem o Pretérito-Mais-que-Perfeito Composto, um deles o Pretérito Imperfeito do Indicativo e um caso de Infinitivo Composto que, no exemplo da amostra, remete para um momento anterior à enunciação – tudo exemplos de construções envolvendo o Passado.

Desta forma, verifica-se que, quando a OG tem uma leitura de Posterioridade, os 43 exemplos de Posterioridade devem-se a tempos verbais que remetem para uma leitura de Anterioridade em relação ao momento de enunciação. Podemos concluir, então, que, na amostra de 98 frases em causa, quando a leitura da OG for de Posterioridade, o tempo verbal da OP será um tempo do Passado. Desta combinação entre variáveis, também se pode retirar ainda que, quando o Presente do Indicativo é utilizado como tempo verbal na OP, a leitura preferencial será a de Anterioridade.

Curiosamente, em 11 casos de 29 em que existe leitura de Anterioridade da OG, o tempo registado é o Pretérito Perfeito. Ao manter uma leitura de Anterioridade quando ocorre conjuntamente com um tempo verbal que estabelece a sua localização num momento anterior ao momento da enunciação, o Gerúndio Composto mostra que é uma forma extremamente flexível no conjunto de relações temporais que consegue estabelecer, muito embora estes 11 casos representem apenas 37% dos exemplos totais em que existe leitura de Anterioridade.

De notar que, dos 11 casos em que a OG recebe leitura de anterioridade quando associada ao PP, a posição da OG é final em 8 destes, inicial em 2 deles e medial no último caso. Assim sendo, até em casos em que a oração ocorre numa posição final e com um tempo do passado, a leitura da OG será de anterioridade.

Relativamente à relação entre o Tempo Verbal da OP e a Classe Aspectual da OP (cf. Tabela 15), também se podem observar associações entre variáveis que merecem a nossa atenção. Recorde-se, antes de mais, que esta foi uma das relações que revelou associação entre variáveis aquando da realização do Teste LRT.

	Classe Aspetual OP					
Tempo Verbal OP		Culm	CP	St	Pro	Total
	PP	31	11	9	4	55
	ser (PP) + Part.					
	Passado	11	2	0	1	14
	Pres - Ind	2	0	14	0	16
	Outras FV	6	0	6	1	13
	Total	50	13	29	6	98
	PP + Passiva	42	13	9	5	69

Tabela 15: Tempo Verbal OP/Aspeto OP

Em primeiro lugar, de notar a combinação entre o Pretérito Perfeito e a classe das Culminações na OP. Segundo, é relevante referir a preferência da classe dos Estados em associar-se ao Presente do Indicativo, pois quando associados a este tempo verbal, recebem uma leitura de presente real, não provocando mudança aspetual, ao contrário dos eventos. Seguidamente, verifica-se que os eventos se associam preferencialmente ao Pretérito Perfeito do Indicativo, um tempo que é conhecido por não alterar as propriedades básicas das classes aspetuais com que ocorre.

Por último, e enfatizando, é de notar a associação maioritária da classe das Culminações com tempos do passado, reunindo 31 ocorrências com o Pretérito Perfeito, 11 com construções passivas (com o verbo auxiliar no Pretérito Perfeito do Indicativo), 2 casos com o Pretérito-Mais-que-Perfeito, 1 caso de construção de Particípio Absoluto - totalizando 46 casos de 50 (ou 92%) - com a OG a estabelecer uma relação de Anterioridade em relação à OP.

Paralelamente à classe das Culminações, também deverão ser mencionadas as 11 ocorrências de Processos Culminados com o Pretérito Perfeito do Indicativo de um total de 13 ocorrências desta classe aspetual (84,6%, cf. Tabela 16) e recordando que estas classes (Culminações e Processos Culminados) possuem algumas características em comum, nomeadamente: culminação e estado consequente (a possibilidade de ocorrer em construções de Particípio Absoluto), distinguindo-se pela existência ou não de um processo preparatório que imprime duratividade à eventualidade descrita.

		Classe Aspetual OP			
Tempo Verbal OP		Culm	CP	St	Pro
	PP	0,62	0,846154	0,310345	0,666667
	ser (PP) + F	0,22	0,153846	0	0,166667
	Pres - Ind	0,04	0	0,482759	0
	Outras FV	0,12	0	0,206897	0,166667
	Total	1	1	1	1

Tabela 16: Probabilidade Condicionada (Classe Aspetual OP-Tempo Verbal OP)

Será relevante colocar a questão sobre o porquê de o Pretérito Perfeito do Indicativo ser o tempo mais utilizado em contexto de classes aspetuais que possuem culminação e estado consequente em contexto de orações gerundivas adverbiais. Contudo, fundamentações teóricas acerca destes resultados deverão ser o fruto de trabalho futuro, que deverá procurar responder à questão: existe alguma relação entre o tempo verbal utilizado e a classe aspetual identificada em orações principais no contexto de orações adverbiais gerundivas com Gerúndio Composto?

A leitura da fórmula empregue na obtenção dos resultados da tabela 16 (e consequentes tabelas) será a seguinte: “A probabilidade de ocorrer Pretérito Perfeito do Indicativo na OP, sabendo que ocorreu Culminação na OP”, devolvendo este cálculo um valor – 62. A tabela 16 apresenta o cálculo da Probabilidade Condicionada para todos os casos em que se procura conhecer a probabilidade de utilização de um tempo verbal na OP, sabendo que ocorreu uma determinada classe aspetual na OP.

Revela-se, por exemplo, – apenas para a amostra em análise de 98 frases deve ser enfatizado – que a probabilidade de ocorrer Pretérito Perfeito do Indicativo na OP, sabendo que ocorreu Processo Culminado é de 84,6% (cf. Tabela 16).

Dado apresentar o resultado mais relevante nesta situação, apresenta-se um caso de oração em que ocorre simultaneamente o Pretérito Perfeito do Indicativo e um Processo Culminado (e simultaneamente um Processo Culminado na OG):

- (30) EX14 - «A polícia indiana identificou 15 lugares em Bombaim onde tirar selfies “pode ser perigoso”, tendo restringido o acesso a esses locais, segundo a BBC».

Contudo, e remetendo para os valores da tabela 17 abaixo, quando tomadas ocorrências do Pretérito Perfeito do Indicativo juntamente com as ocorrências de orações na Passiva – recordando que o verbo auxiliar se encontra conjugado no PP – a situação altera-se ligeiramente:

	Classe Aspetual OP				
Tempo Verbal OP		Culm	CP	St	Pro
	PP + Passiva	0,84	1	0,310345	0,833333
	Pres - Ind	0,04	0	0,482759	0
	Outras FV	0,12	0	0,206897	0,166667
	Total	1	1	1	1

Tabela 17: Probabilidade Condicionada (Classe Aspetual OP – Tempo Verbal OP)

Conforme se pode verificar através da tabela 17, os valores para as ocorrências do PP e orações em que se regista o uso da Passiva - quando se sabe que foi registada uma determinada classe aspetual na OP - aumentam significativamente quando tomadas as ocorrências de ambas as categorias em conjunto. No caso de Processos Culminados, o valor alcançado é de 100% - significando que, para a amostra em análise, a probabilidade de ocorrer uma oração com o PP ou uma oração na Passiva é de 100% quando sabemos que na OP ocorre um Processo Culminado.

No caso de Culminações e Processos, também se regista um aumento significativo nos valores obtidos (cf. Tabela 17).

Tome-se agora como exemplo a relação entre a Posição da OG e o tempo verbal utilizado na OP:

		Tempo Verbal OP		
		PP	ser (PP) + F Pres -Ind	OFV
Posição OG	Final	0,909091	1	0,8125 0,692308
	Medial	0,036364	0	0,125 0,230769
	Inicial	0,054545	0	0,0625 0,076923
	Total	1	1	1

Tabela 18: Probabilidade Condicionada (Tempo Verbal OP – Posição OG)

A partir da tabela 18, retiram-se conclusões interessantes. Ficamos a saber que, dentro da amostra analisada, a Probabilidade da OG ocorrer em Posição Final, sabendo existe uma construção Passiva na OP, é de 100%. Este resultado tem implicações importantes. Contrariamente aos outros tempos verbais – visto que a posição final de frases é a posição preferencial da oração gerundiva no geral -, nas frases em que se verifica a ocorrência da Passiva na OP, há uma maior probabilidade de a OG ocorrer numa posição final.

Não existe uma única ocorrência de orações gerundivas em posição inicial ou medial quando a OP tem uma construção Passiva (especificamente com o verbo *ser* conjugado no Pretérito Perfeito).

Por outro lado, contudo, parece que em construções Passivas algo é mobilizado no conhecimento do falante, impedindo a ocorrência da OG numa posição inicial ou medial.

Veja-se um caso retirado da amostra que ilustra bem a situação:

- (31) DN19 - “Nove pessoas foram levadas para interrogatório, tendo cinco sido entretanto libertadas.”

Curiosamente, de todos os exemplos em que a OG ocorre em posição Final e em que a OP se serve de uma construção Passiva [*ser* (Pretérito Perfeito) + Particípio Passado], a leitura temporal da OG em relação a OP é, em 11 de 14 casos, de Posterioridade, sendo os restantes 3 casos da amostra de Simultaneidade – representando 78,6% dos casos em que temos uma frase em que se utiliza a Passiva e a Oração Gerundiva ocupa uma posição final. Isto também poderá ser explicado, por outro lado, pelo facto da Passiva ser construída através da conjugação do verbo auxiliar utilizando o Pretérito Perfeito do Indicativo.

Todavia, e aplicando o mesmo critério utilizado anteriormente de associar as ocorrências de PP com ocorrências de orações na passiva, obtêm-se os seguintes resultados:

		Tempo Verbal OP		
Posição OG		PP + Passiv	Pres -Ind	OFV
	Final	0,927536	0,8125	0,692308
	Medial	0,028986	0,125	0,230769
	Inicial	0,043478	0,0625	0,076923
	Total	1	1	1

Tabela 19: Probabilidade Condicionada (Tempo Verbal OP – Posição OG)

Comparando as duas tabelas, verifica-se que a probabilidade de a OG ocorrer em posição final, sabendo que temos uma oração em que é utilizado o PP ou uma construção passiva, diminui um pouco, mas mantém-se acima dos 90% (cf. Tabela 19).

Voltemos atrás ao caso da relação entre o Tempo Verbal da OP e a Classe Aspetual da OP:

		Tempo Verbal OP			
		PP	ser (PP) + F	Pres - Ind	Outras FV
Classe Aspetual OP	Culm	0,563636	0,846154	0,125	0,461538
	CP	0,2	0,153846	0	0
	St	0,163636	0	0,875	0,461538
	Pro	0,072727	0	0	0,076923
	Total	1	1	1	1

Tabela 20: Probabilidade Condicionada (Tempo verbal OP – Classe Aspetual OP)

Aqui conhecemos a probabilidade de ocorrer uma classe aspetual na OP, sabendo que ocorre um dos tempos verbais da tabela. Recorde-se que a relação entre estas duas variáveis obteve um resultado positivo de associação quando realizado o teste LRT.

À primeira vista, dois valores sobressaem: a probabilidade de ocorrer Culminação na OP quando se sabe que temos uma construção na Passiva e, principalmente, a probabilidade de ocorrer um Estado, sabendo que ocorreu o Presente do Indicativo. A

probabilidade no primeiro caso é de 84,6% e no segundo de 87,5%. Tal como já foi mencionado, a ocorrência maioritária de Estados com o Presente do Indicativo é, de certo modo, expectável. Todavia, em termos de aprofundamento e fundamentação teórica, as situações que aqui se sublinham deverão ser exploradas em maior detalhe por trabalhos futuros.

As Culminações da OP – quando presentes numa OP Passiva - associam-se preferencialmente na OG a eventos dotados de uma culminação e de um estado consequente e, dentro destes, maioritariamente a outras Culminações.

Não se minimize, contudo, o papel das Culminações, sabendo que ocorre o Pretérito Perfeito do Indicativo na OP. Apesar de a probabilidade de ocorrer Culminação na OP, sabendo que ocorre o Pretérito Perfeito na OP, ser de 56,4%, o facto é que, em mais de metade das ocorrências deste tempo verbal, a classe aspetual identificada é a Culminação, observando-se uma distribuição bastante equilibrada das ocorrências de outras classes. Por outro lado, quando as Culminações ocorrem conjuntamente com o Pretérito Perfeito na OP (31 casos em 55 de PP), a oração gerundiva terá uma Culminação ou um Processo Culminado em 26 casos dos 31.

Com isto, verifica-se uma tendência de ocorrerem classes aspetuais na OG que partilham características com as classes aspetuais da OP e de ocorrerem maioritariamente eventos dotados de culminações e estados consequentes na OG.

A criação, no futuro, de amostras mais amplas que permitam verificar ou refutar a tendência destes dados, será da maior importância, uma vez que só assim será possível confirmar efetivamente a existência das regularidades aqui apontadas.

Por último, veja-se a tabela relativa às probabilidades condicionadas do Tempo Verbal OP/Relação Temporal OG-OP:

Relação Temporal OG-OP	Tempo Verbal OP				
	PP	ser (PP) + F	Pres - Ind	Outras FV	PP + Passiva
Post	0,509091	0,785714	0	0,307692	0,565217
Simul	0,290909	0,214286	0,0625	0,461538	0,275362
Ant	0,2	0	0,9375	0,230769	0,15942
Total	1	1	1	1	1

Tabela 21: Probabilidade Condicionada (Tempo Verbal OP/Relação Temporal OG-OP)

Como se pode ver pela tabela 21- e recordando que esta relação foi determinada como possuindo Associação pelo Teste LRT -, é produtiva a identificação da relação temporal mediante o tempo verbal que ocorre. Neste caso, verifica-se que, sabendo que

existe uma construção passiva na OP no Pretérito Perfeito, a probabilidade de ocorrer uma leitura de Posterioridade é de 78,6% enquanto a leitura de Anterioridade tem 94% de probabilidades de ocorrer, sabendo que o tempo verbal utilizado foi o Presente do Indicativo (o tempo verbal mais frequentemente associado a Estados na OP).

No caso do Pretérito Perfeito, a probabilidade de ocorrer uma leitura de Posterioridade, sabendo que ocorre este tempo é de 51%, um valor que parece pouco relevante, mas que merece a nossa atenção pelo seguinte: dos 28 casos em que o PP ocorre com a leitura de Posterioridade da OG, (na totalidade desses 28 casos) a OG ocupa uma posição final, verificando-se que a localização temporal da OG se encontra dependente tanto da posição da OG, como do tempo verbal empregue na OP.

Um facto contrastante, contudo, relaciona-se com o Presente do Indicativo, na medida em que dos 15 casos em que a OG recebe uma leitura de Anterioridade com a utilização do Presente do Indicativo, em 12 deles a OG ocupa uma posição Final, em 2 deles uma posição Medial e num deles uma posição Inicial. Assim sendo, talvez seja mais importante, na consideração das relações temporais entre a OG e a OP, associar mais rapidamente a Relação Temporal OG-OP ao Tempo Verbal utilizado na OP do que à posição da OG, uma vez que a posição claramente favorecida é sempre a posição final.

Tal pode ser comprovado pela tabela 22, em que se verifica que a probabilidade de ocorrer a leitura de Posterioridade, sabendo que a OG ocupa uma posição final é de 95,3%, mas a probabilidade de a OG ocupar uma posição Final é igualmente elevada independentemente da relação temporal que se sabe ser estabelecida. Recorde-se, por fim, que uma das combinações mais produtivas de acordo com o Teste LRT foi precisamente a combinação Relação Temporal OG-OP/Tempo Verbal OP.

		Relação Temporal OG-OP		
		Post	Simul	Ant
Posição OG	Final	0,953488	0,884615	0,758621
	Medial	0,046512	0,038462	0,137931
	Inicial	0	0,076923	0,103448
	Total	1	1	1

Tabela 22: Probabilidade Condicionada (Relação Temporal OG-OP/Posição

Por fim, verifique-se que os valores da probabilidade condicionada associada à relação entre as variáveis Posição e Relação Temporal, neste caso sabendo qual a posição que a oração ocupa apresentam valores que não nos indicam nada de relevante (cf. Tabela 23), comprovando os resultados do teste LRT:

Relação Temporal OG- OP	Posição OG			
		Final	Medial	Inicial
	Post	0,476744	0,285714	0
	Simul	0,267442	0,142857	0,4
	Ant	0,255814	0,571429	0,6
	Total	1	1	1

Tabela 23: Probabilidade Condicionada (Posição OG/Relação Temporal)

Da análise da tabela 23 acima, a informação mais relevante que se retira é de que, nas situações em que a OG ocupa uma posição medial, a probabilidade de receber uma leitura de anterioridade será mais elevada do que qualquer outra leitura e que, quando ocupa uma posição inicial, terá maior probabilidade de receber uma leitura de anterioridade, seguida de perto de uma leitura de simultaneidade, não despoletando, todavia, nenhuma leitura de posterioridade nessa posição.

4. Conclusão

A partir destes resultados, considera-se que o estudo conseguiu cumprir os seus propósitos iniciais de: (ii) identificar os fatores que influenciam a leitura temporal de orações adverbiais gerundivas; (iii) determinar com recurso a testes estatísticos quais os fatores que apresentavam maior associação entre si; (iv) determinar, embora de forma limitada, as implicações resultantes de algumas das associações encontradas. Apesar disto, a questão (i) acerca das propriedades semânticas sobre o Gerúndio Composto, assim como a questão (iv) acerca do aprofundamento do nosso entendimento sobre esta forma verbal, devem ser exploradas de forma mais consistente em trabalho futuro, principalmente no que diz respeito às relações estabelecidas entre as diferentes classes aspetuais.

Por outro lado, recomenda-se que, de futuro, o tamanho da amostra selecionada seja mais amplo, uma vez que, como demonstrado, esse é um fator determinante na aplicação de testes estatísticos.

Abaixo, apresentam-se as principais descobertas deste estudo, de modo a responder às questões de investigação:

- i) A ocorrência preferencial das orações adverbiais gerundivas com Gerúndio Composto ocorrem maioritariamente com tempos verbais/construções que remetem para o Passado, tais como Passivas, Pretérito Perfeito do Indicativo ou tempos Compostos (o total de todas estas ocorrências situa-se em 79 de 98 frases) – pelo menos dentro da amostra relativa a exemplos retirados de artigos noticiosos;

- ii) A ocorrência preferencial do Presente do Indicativo quando a OG estabelece uma relação de Anterioridade com a OP;
- iii) A predominância das leituras de Posterioridade da OG, sendo que todos os exemplos de Posterioridade da OG ocorrem com tempos do Passado na OP;
- iv) A predominância das leituras de Anterioridade e Simultaneidade quando a OG ocupa uma posição Medial ou Inicial;
- v) A associação mais produtiva entre o Tempo Verbal da OP e a Relação Temporal OG-OP do que a Relação Temporal e a Posição de OG, de acordo com o teste LRT;
- vi) A predominância de Culminações na OP com outras Culminações ou Processos Culminados na OG, revelando aparentemente uma preferência pelo encadeamento de classes aspetuais do mesmo tipo/que partilhem propriedades no seu núcleo aspetual – embora Estados e Processos na OP se tenham associado maioritariamente a Culminações na OG;
- vii) A ocorrência da OG em Posição Final em 100% dos casos em que a OP tem uma construção Passiva no PP – e a OG apresentando na maior parte destes casos (11 de 14) uma leitura de Posterioridade.

Referências Bibliográficas

- Baayen, R. H. (2008). *Analyzing linguistic data: A practical introduction to statistics using R*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511801686>
- Cordeiro, J., Silvano, P., Leal, A., & Pais, S. (2024). *TELP – Text Extraction with Linguistic Patterns*.
- JASP Team. (2020). JASP: An open-source statistical software for Bayesian and frequentist analysis. *Nature Methods*, 17, 566. <https://jasp-stats.org/>
- Leal, A. J. R. (2001). *O valor temporal das orações gerundivas em português* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto].
- Lobo, M. (2001). Aspetos da sintaxe das orações gerundivas adjuntas do português. In *Actas do 17.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Associação Portuguesa de Linguística.
- Lobo, M. (2003). *Aspectos da sintaxe das orações subordinadas adverbiais do português* (Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa). Repositório da Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/124090>

- López, V. K. (2019). *The non-anteriority compound gerund and its licensing conditions* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras).
- Mateus, M. H. M., Brito, A. M., Duarte, I., & Faria, A. M. (2003). *Gramática da língua portuguesa* (6.^a ed.). Lisboa: Caminho.
- Moens, M., & Steedman, M. (1988). Temporal ontology and temporal reference. *Computational linguistics*, 14(2), 15-28.
- Raposo, E. B. P., Bacelar do Nascimento, M. F., Coelho da Mota, M. A., Segura, L., & Mendes, A. (Eds.). (2013). *Gramática do português* (Vol. 1). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Samuelsson, C., & Štajner, S. (2014). Statistical methods: Fundamentals. In R. Mitkov (Ed.), *The Oxford handbook of computational linguistics* (2nd ed., pp. 255–280). Oxford University Press.
- Silvano, P., Leal, A., & Cordeiro, J. (2019). Algumas reflexões sobre a classificação de orações gerundivas em Português Europeu. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 5, 325–347. [https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln5ano2019a22:contentReference\[oaicite:0\]{index=0}](https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln5ano2019a22:contentReference[oaicite:0]{index=0})
- Silvano, P., Leal, A., & Cordeiro, J. (2021). On adverbial perfect participial clauses in Portuguese varieties and British English. In S. Baauw, F. Drijkoningen, & L. Meroni (Eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory 2018: Selected papers from 'Going Romance' 32, Utrecht* (pp. 263–284). John Benjamins Publishing Company. [https://doi.org/10.1075/cilt.357.14sil:contentReference\[oaicite:1\]{index=1}](https://doi.org/10.1075/cilt.357.14sil:contentReference[oaicite:1]{index=1})
- Viotti, E. M. (2004). Sobre a semântica das orações gerundivas adverbiais. *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 715–729). Associação Portuguesa de Linguística. <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/12/2004-57.pdf>

Aquisição de Semântica Temporal em Português L2: O caso do Pretérito Perfeito e do Pretérito Imperfeito

Maria João Freitas Oliveira

Orientado pelo Professor Duarte Oliveira

Resumo

A aquisição das formas verbais do passado, nomeadamente o contraste entre o Pretérito Perfeito e o Pretérito Imperfeito, representa uma das maiores dificuldades enfrentadas por aprendentes de português como segunda língua (L2). Esta distinção transcende a simples marcação temporal, envolvendo noções complexas de aspeto verbal que requerem uma representação precisa da estrutura interna das situações. Montrul e Slabakova (2003) mostram que aprendentes adultos de Espanhol L2 conseguem alcançar interpretações nativas das distinções aspetuais do passado, desafiando a ideia de um período crítico absoluto na aquisição da semântica temporal em L2. Este estudo propõe investigar como falantes não nativos de Português Europeu interpretam as implicações semânticas dos Pretéritos Perfeito e Imperfeito considerando os papéis da tipologia verbal e do grau de exposição à L2. A partir de uma tarefa de aceitabilidade, foram testados 21 falantes de Português L2 com diferentes línguas nativas e níveis intermédios de proficiência. Os resultados revelam que os falantes L2 não têm dificuldades em interpretar a informação semântico-pragmática associada aos Pretéritos Perfeito e Imperfeito. A nível extralinguístico, verifica-se que o tempo de residência em Portugal tem um efeito positivo no processo de aquisição do aspeto gramatical.

Palavras-Chave: Aquisição da Linguagem, Aspeto Verbal, Português L2 , Pretérito Perfeito, Pretérito Imperfeito

Abstract

The acquisition of past tense forms, particularly the contrast between the *Pretérito Perfeito* ('perfective past') and the *Pretérito Imperfeito* ('imperfective past'), represents one of the greatest challenges for learners of Portuguese as a second language (L2). This distinction goes beyond simple temporal reference, involving complex notions of verbal aspect that require a precise representation of the internal temporal structure of events. Montrul and Slabakova (2003) provide evidence that adult L2 learners of Spanish can attain native-like interpretations of past-tense aspectual distinctions, challenging claims that posit a strict critical period for the acquisition of temporal semantics in the L2. This study investigates how non-native speakers of European Portuguese interpret the semantic distinctions expressed by *Pretérito Perfeito* and *Pretérito Imperfeito*, considering the roles of verbal typology and degree of exposure to the L2. The results show that L2 speakers have no difficulties interpreting semantic-pragmatic information associated to both perfective and imperfective past forms. At an extralinguistic level, it is observed that time of residence in Portugal has a positive effect on the acquisition of grammatical aspect.

Keywords: Language Acquisition, Verbal Aspect, L2 Portuguese, Perfective Past, Imperfective Past

1. Introdução

“Pensei?... pensava?... estes verbos são horríveis!...”

Leiria (1992)

A aquisição dos tempos verbais do passado, em particular o contraste entre o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito, constitui uma das maiores dificuldades enfrentadas por falantes de português como segunda língua (L2). Este desafio é amplamente reconhecido tanto na prática pedagógica quanto na investigação científica. A escolha entre essas duas formas verbais não depende apenas da marcação temporal, mas envolve conceitos complexos relacionados com o aspeto verbal, que diz respeito à estrutura temporal interna das situações (Comrie, 1976; Smith, 1991).

Leiria (1992) destaca, com base num amplo corpus de dados de aprendentes de diversas línguas maternas, que os erros persistentes nesta área não decorrem unicamente de interferências linguísticas ou de instrução insuficiente, mas refletem limitações na compreensão e no uso adequado das noções aspetuais codificadas pelas formas verbais do passado. A autora argumenta que a escolha do pretérito adequado está intimamente relacionada com a tipologia aspetual dos predicadores, bem como com a capacidade de o falante representar cognitivamente as situações descritas no discurso.

Por sua vez, Montrul e Slabakova (2003), com foco no par aspetual espanhol *pretérito-imperfecto*, fornece evidências de que, apesar da complexidade envolvida, aprendentes adultos podem alcançar interpretações nativas de distinções aspetuais, desafiando hipóteses que postulam a existência de períodos críticos absolutos na aquisição de propriedades semânticas da L2 (Johnson & Newport, 1989). Com base numa abordagem generativista e numa análise funcional de traços aspetuais ([±perfectivo]), as autoras demonstram que a aquisição de distinções como a do pretérito perfeito e imperfeito envolve a integração entre o conhecimento morfossintático e as interpretações semânticas subjacentes.

No presente estudo, proponho investigar como falantes não-nativos do Português Europeu adquirem e utilizam as distinções semânticas expressas pelos pretéritos perfeito e imperfeito, dando especial atenção ao papel das propriedades aspetuais inerentes aos verbos, assim como ao potencial efeito de fatores extralinguísticos, como o grau de

exposição à L2. Partindo do pressuposto de que a aquisição do aspeto verbal em L2 é gradual e, por vezes, sujeita a fossilização, pretende-se contribuir para a compreensão dos mecanismos cognitivos e linguísticos que estão na base desta aprendizagem, bem como para a melhoria das práticas pedagógicas no ensino de Português L2.

2. Tempo e Aspeto

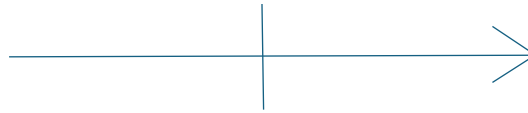
2.1 Tempo

A categoria *Tempo* serve para localizar temporalmente as situações expressas num determinado enunciado. A forma mais comum de se marcar essa localização é através dos tempos verbais (e.g., presente, pretérito perfeito, etc.), embora os advérbios ou expressões adverbiais de tempo (e.g., *ontem*, *depois*, *já*) e orações subordinadas temporais (e.g., *quando/mal chegou a casa*) também tenham essa função.

Normalmente, os tempos gramaticais referem-se ao tempo entendido como ordenação linear orientada do passado em direção ao futuro. Para esta conceção ser possível, considera-se que os tempos se articulam em três domínios: (i) passado, (ii) presente e (iii) futuro. Estes domínios permitem-nos estabelecer relações de anterioridade, simultaneidade e posterioridade relativamente ao tempo da enunciação (Klein, 2013).

O Tempo é concebido como uma ordenação linear de unidades temporais atómicas ('instantes') ou densas ('intervalos') que se podem suceder ou sobrepor. É uma categoria relacional, quer deítica, quer anafórica, e a localização temporal é sempre relativa. Nesta perspetiva, há três momentos fundamentais a considerar: o ponto de fala (ST, *speech time*), o ponto do evento (ET, *event time*) e o ponto de referência (RT, *reference time*), segundo o modelo de Reichenbach (1947). O autor definiu o ponto de referência como o ponto a partir do qual o momento da fala e o momento do evento se relacionam temporalmente. Assim, é por intermédio do ponto de referência que nos é possível localizar uma determinada situação. Tomando o momento da fala como ponto inicial, o ponto de referência pode ser simultâneo, posterior ou anterior. O esquema no exemplo (1) contempla situações em que o ponto de fala coincide com o ponto do evento e o ponto de referência.

(14) O João está a sair de casa



Ponto do evento (ET)

Momento da enunciação ou ponto de fala (ST)

O exemplo (2), com referência futura, descreve uma situação em que o ponto de fala precede o ponto do evento.

(14) O João vai sair de casa



Ponto de fala (ST)

Ponto do evento (ET)

No exemplo (3), o uso do pretérito mais-que-perfeito denota uma situação em que o ponto do evento precede o ponto de referência e o ponto de referência, por sua vez, precede o momento de enunciação.

(14) Às 8 horas, o João tinha saído de casa



Ponto de Evento (ET)

Ponto de referência (RT)

Ponto de fala (ST)

É importante realçar que a distinção entre tempo e aspeto gramatical nem sempre é clara. Como observam Bronckart (1977) e Miller & Johnson-Laird (1976), o tempo deítico e o aspeto são frequentemente indissociáveis, sendo codificados pelos mesmos elementos linguísticos. Esta interdependência tem implicações significativas para a compreensão e subsequente aquisição das formas verbais. Além disso, como enfatiza

Reyes (1990), os tempos verbais podem perder parte do seu valor temporal e adquirir um valor modal, o que é especialmente frequente com o Imperfeito, dada a sua natureza “aberta” e a sua tendência para se associar a modalidades não factuais ou hipotéticas. Veja-se os exemplos (4a) e (4b), que ilustram o valor modal do pretérito imperfeito em português.

- (14) a. Se eu soubesse, **ajudava**-te. situação hipotética
(= O interlocutor não sabe, logo não pode ajudar)
- b. Se tivesses estudado, **passavas** de ano. situação contrafactual
(= O interlocutor não estudou)

O Pretérito Imperfeito pode ser ainda utilizado para pedidos ou perguntas em registos mais educados e/ou formais (cf. (5)).

- (14) **Queria** falar consigo um momento.
(ao invés de: *Quero falar consigo*)

Como se verifica, nem sempre é viável dissociar o tempo gramatical de categorias aspetuais e modais, dado que as suas propriedades semânticas estão frequentemente dependentes de fatores pragmáticos e discursivos.

2.2. Aspeto

O Aspeto pode ter uma base situacional ou gramatical, fornecendo informações sobre a forma como é perspectivada ou focalizada a estrutura temporal interna de uma situação descrita pela frase, em particular pela sua predicação (Comrie, 1976; Dickey, 2015; Smith, 1991). O aspeto situacional permite-nos olhar para a estrutura interna das situações, sendo, por isso, considerada uma propriedade “subatômica” do predicado verbal (Parsons, 1991).

A nível gramatical, o aspeto é uma categoria relevante em várias línguas, realizada em línguas como o português europeu através de morfemas flexionais de tempo. Certas

propriedades do aspeto gramatical podem também ser veiculadas através de construções perifrásticas com auxiliares e semiauxiliares (e.g., *tem lido*, *começou a ler*, *está a ler*) e, ainda, especificadas por meio de certas expressões adverbiais (ver exemplo (6)).

(14) O João **tem lido** o livro (*todas as manhãs*).

Estas construções são mais complexas, mas até os tempos simples do passado expressam diferentes valores aspetuais, tal como contemplado nos exemplos (7a) e (7b) (cf. Montrul & Slabakova, 2003).

(14) a. A Paula **pintou** um quadro.

→ Pretérito Perfeito; expressa aspeto perfetivo e implica um evento concluído.

b. A Paula **pintava** um quadro.

→ Pretérito Imperfeito; expressa aspeto imperfetivo e denota uma ação que se desenrolou durante algum tempo, sem referência a um ponto final.

A distinção entre os aspetos ‘perfetivo’ e ‘imperfetivo’ é fundamental. O primeiro vê o evento como um todo concluído, enquanto o segundo foca o desenrolar do evento sem necessariamente marcar o seu fim (Comrie, 1976). Esta oposição é codificada em várias línguas (e.g., português, espanhol, francês, etc.), através de formas verbais diferentes ou de outros meios linguísticos.

No caso do português, o Pretérito Perfeito e o Pretérito Imperfeito constituem formas que, embora referentes ao passado, marcam distintamente valores aspetuais: o Pretérito Perfeito indica uma ação concluída, enquanto o Pretérito Imperfeito marca um processo não concluído, habitual ou contínuo (Oliveira, 2003).

Contudo, nem todas as abordagens concordam com esta distinção. Segundo Oliveira (2003), o Pretérito Perfeito não deve ser considerado um tempo perfeitivo se assumirmos a definição de que a perfeitividade implica a existência de um estado consequente. Na maior parte dos casos, este tempo não denota um resultado, embora perspetive as situações como concluídas do ponto de vista temporal. Para a autora, o Pretérito Perfeito é sempre terminativo, i.e., marca o momento em que um determinado estado ou evento terminou (ver exemplos (8a) e (8b)).

- | | | | |
|------|----|-----------------------------------|--------|
| (14) | a. | A Maria esteve doente . | estado |
| | b. | A Maria escreveu a carta . | evento |

Por outro lado, o Pretérito Imperfeito é um tempo gramatical com referência ao passado, mas que, em muitas construções, não apresenta características temporais, podendo alterar a classe aspetual do predicado (ver exemplo (9), que incorre na mudança aspetual de um processo culminado para um estado progressivo).

- (14) A Maria **lia** o jornal quando a Joana chegou.

Como mencionado na secção anterior, o Pretérito Imperfeito também pode ser utilizado para determinados efeitos modais, como é possível observar no exemplo (10), em que se exprime um desejo com projecção para o futuro.

- (14) Eu, neste momento, **bebia** um cafezinho...

Na sua abordagem ontológica, Moens e Steedman (1988) defendem que um evento pode ser constituído por (i) um processo preparatório, (ii) uma culminação e (iii) um estado consequente. A tipologia que os autores propõem — estados, processos, processos culminados e culminações — é útil para entender como os predicadores se associam aos morfemas de tempo e aspeto

De acordo com os autores, os eventos caracterizam-se por serem situações dinâmicas, podendo ser durativas ou instantâneas, dependendo da sua duração, e télicas ou atélicas, i.e., se tendem para um fim ou não. Os eventos télicos são chamados de processos culminados ou culminações, de acordo com a sua duração (ver (11)).

- (14) a. A Maria *escreveu o relatório*. processo culminado
b. A Maria *ganhou a corrida*. culminação

Os processos distinguem-se dos processos culminados por serem atélicos, i.e., não denotam uma culminação e um estado resultante (ver (12)).

- (14) A Maria *trabalhou*. processo

Os estados, por sua vez, não são dinâmicos. Têm em comum com os processos o facto de não serem télicos (cf. exemplo (13)).

- (14) O João *esteve doente*. estado

A Tabela 1, retirada da Gramática da Língua Portuguesa (Mateus et al., 2003), esquematiza as propriedades temporais destas classes aspetuais.

Tabela 1. Caracterização tipológica das classes aspetuais.

	Dinâmico	Télico	Duração	Estado	Consequente	Homogéneo
Processo	+	-	+	-	-	+
Processo	+	+	+	-	+	-
Culminado	-	-	-	-	-	-
Culminação	+	+	-	-	+	-
Ponto	+	(-)	-	-	-	-
Estado	-	-	+	-	-	+

Embora seja comum, nas gramáticas tradicionais, a caracterização do Pretérito Perfeito como a expressão de uma ação concluída e o Pretérito Imperfeito como uma ação não concluída, habitual ou em progresso, esta distinção tem vindo a ser questionada.

Oliveira (2003) argumenta que a oposição entre os Pretéritos Perfeito e Imperfeito não pode ser reduzida apenas a uma distinção binária de aspeto, tal como outras gramáticas sugerem. A autora defende que o valor aspetual das formas verbais em português surge da composição entre diversos elementos linguísticos, como o tipo de predicado, a estrutura argumental, o contexto pragmático-discursivo, entre outros. Como tal, o mesmo tempo verbal pode ter diferentes leituras, dependendo do ambiente da enunciação.

(14) O Pedro *caiu*.

O exemplo (14) pode denotar: (i) um evento pontual, em que o João terá caído e já se pode ter levantado, ou (ii) o início de um novo estado, em que o João ainda se encontra no chão. A partir destas duas leituras, percebemos que o Pretérito Perfeito não indica sempre uma ação “concluída”.

O Pretérito Imperfeito, por sua vez e como já foi mencionado num momento anterior do texto, pode assumir funções modais (e.g., *Se eu soubesse, ajudava-te...*), estativo-descritivas (e.g., *A casa era branca*) e até narrativas (e.g., *La ela muito contente...*), não se limitando a denotar simplesmente uma situação “não concluída”. Como tal, os tempos verbais expressam simultaneamente valores temporais, aspetuais e modais, cuja leitura resulta da interação entre o morfema verbal, o tipo de predicado e o contexto em que ocorrem.

3. Algumas noções sobre a aquisição L2

Nas últimas décadas, a investigação em aquisição de línguas não-maternas tem evoluído consideravelmente, passando de uma quase inexistência para um estatuto de relativa autonomia científica. Apesar deste progresso, trata-se ainda de uma disciplina jovem, com um carácter tripartido: procura desenvolver teorias próprias, mantém-se

fortemente dependente de modelos oriundos da Linguística e da Psicologia, e mantém compromissos com objetivos práticos, como o ensino de línguas (Leiria, 1992).

No que respeita à aquisição de uma segunda língua (L2), os adultos parecem, por variadas razões, não alcançar os mesmos níveis de sucesso que as crianças na aquisição da língua materna (L1), especialmente em termos do produto final. A aquisição da L1 é geralmente completa, enquanto os aprendentes de L2 atingem níveis variáveis de proficiência, sendo comum a fossilização em estágios intermédios da gramática interlinguística (Montrul & Slabakova, 2003). Essa variabilidade alimenta o debate sobre a existência de um período crítico ou sensível também na aquisição de L2 — tal como proposto por Lenneberg (1967) para a L1 —, sugerindo que, após uma certa idade (entre os 6 anos e a puberdade), a possibilidade de se atingir uma competência nativa na L2, sobretudo na fonologia e na morfossintaxe, se reduz significativamente. Estudos como os de Johnson & Newport (1989) e DeKeyser (2000) indicam que a idade de exposição à L2 pode afetar significativamente o grau de sucesso linguístico final.

No entanto, evidências recentes demonstram que, embora muitos aprendentes adultos não atinjam níveis nativos, um número significativo consegue alcançar desempenhos comparáveis aos de falantes nativos em aspetos específicos da língua, como alguns fenómenos da sintaxe e até mesmo a semântica aspetual (Birdsong, 1999; Bongaerts, 1999; White & Genesee, 1996). Estudos empíricos mostram que adultos podem adquirir propriedades gramaticais subtis, não ensinadas formalmente e ausentes da sua L1, o que desafia a visão de que a Gramática Universal (GU) deixa de ser acessível na idade adulta. Neste contexto, ganha relevância a hipótese de que o acesso à Gramática Universal não se extingue por completo com a idade, mas que diferentes domínios linguísticos — fonologia, morfologia, sintaxe, semântica — podem ser afetados de forma diferenciada por múltiplos períodos sensíveis (Beck, 1998; Hawkins & Chan, 1997). Por exemplo, a “Hipótese dos Traços Formais Falhados” (*Failed Functional Features Hypothesis*) argumenta que certos traços morfossintáticos não selecionados durante a aquisição da L1 podem tornar-se inacessíveis para a L2 em idade adulta, embora os princípios gerais da GU permaneçam ativos. Do ponto de vista extralinguístico, a aquisição de uma L2 é um processo complexo que combina mecanismos universais e variáveis individuais, como a idade, a instrução formal, o contexto de aprendizagem, e o tipo de contacto com a língua (Ellis, 1997; Selinker & Gass, 2008). Esta complexidade justifica a crescente consideração da aquisição de L2 como um domínio autónomo de

investigação, essencial para o aprofundamento do conhecimento sobre a mente humana e o funcionamento da linguagem.

4. O caso do aspeto gramatical na aquisição L2

A aquisição do aspeto gramatical em L2 é um tema central nos estudos de aquisição da linguagem. Historicamente, tem havido uma falta de diferenciação entre os termos “aquisição” e “aprendizagem” de L2. Krashen (1981, 1994) promove uma distinção clara entre ambos, que se baseia em fatores como contexto de aquisição (formal ou não formal), o grau de consciência e os níveis de proficiência.

O aspeto gramatical na aquisição de L2 pode ser explicado pelo modelo declarativo/procedimental (DP) (Ullman, 2001a, 2001b, 2004; Paradis, 1997, 2004), que distingue dois subsistemas de memória:

1. Memória procedimental (implícita): Responsável pelo conhecimento gramatical, que é adquirido e usado de forma automática e inconsciente, característico da aquisição da gramática em L1. Em relação à L2, esta aquisição pode ser também automática quando a exposição à língua é precoce;

2. Memória declarativa (explícita): Responsável pelo conhecimento lexical, que é consciente. No caso da aprendizagem da L2, os falantes tendem a recorrer a este tipo de memória para assimilar as regras gramaticais. Ou seja, em adultos, por exemplo, a aquisição tende a iniciar-se de forma mais explícita para depois, com a prática e a exposição, se tornarem mais automáticas.

O aspeto gramatical na aquisição de L2 é fortemente influenciado pelo modo como os subsistemas de memória de longo prazo são mobilizados. Assim, a gramática tende a ser inicialmente aprendida de forma explícita (declarativa), mas a proficiência nativa só é alcançada quando há transferência e automatização desse conhecimento para o sistema procedimental, algo que pode ser limitado por fatores como idade, contexto de exposição e intensidade do input linguístico.

Montrul e Slabakova (2003) testaram 64 falantes nativos de inglês com espanhol como L2 ($M = 29.13$, $DP = 7.74$) e 20 falantes nativos de espanhol ($M = 27.2$, 3.48) quanto ao seu conhecimento do contraste entre o pretérito e o imperfeito, equivalentes aos Pretéritos Perfeito e Imperfeito do português. Os resultados revelaram que os aprendentes L2 são perfeitamente capazes de assimilar os parâmetros aspetuais da segunda língua em estágios avançados do processo de aquisição, desafiando a ideia de

que certas categorias gramaticais estão sujeitas a fossilização e limitadas a períodos críticos no desenvolvimento da L2.

Noutro estudo, Rothman e Iverson (2009) testaram o conhecimento dos tempos verbais (Pretéritos Perfeito e Imperfeito) por parte de 14 aprendentes intermédios de Português Brasileiro (PB) nativos de inglês. A partir de duas tarefas de interpretação, os autores concluíram que até falantes com níveis intermédios de proficiência compreendem as diferenças semânticas entre estes tempos verbais. Os resultados sugerem que falantes adultos ainda conseguem aceder à GU e não estão sujeitos a uma aprendizagem superficial de categorias gramaticais complexas. Os resultados também parecem rejeitar a “Hipótese dos Traços Formais Falhados”, que dita que há certas categorias que podem nunca ser completamente adquiridas pelos falantes L2.

Segundo Leiria (1992), é igualmente importante reconhecer a influência do predador e das propriedades aspetuais inerentes às situações no desenvolvimento interlinguístico dos aprendentes. O percurso da aquisição aspetual é moldado por vários fatores, incluindo as propriedades lexicais dos verbos, a frequência e a saliência dos tempos verbais na L2 e o grau de congruência com o sistema verbal da L1. Fatores extralinguísticos (e.g., grau de contacto, contexto de aquisição, entre outros) também têm um efeito no desenvolvimento de categorias aspetuais na interlíngua e na celeridade com que estas são adquiridas (Ellis, 1994; Long, 2017).

5. O presente estudo

O presente estudo investiga a aquisição da semântica temporal do Português Europeu por falantes não nativos, com foco específico na distinção aspetual entre os Pretéritos Perfeito e Imperfeito. Pretende-se avaliar até que ponto aprendentes de Português L2, cujas línguas maternas podem não gramaticalizar de forma explícita este contraste (como é o caso do inglês ou do russo, por exemplo), conseguem estabelecer a associação correta entre as formas verbais e o seu valor semântico-aspetual.

Seguindo a linha metodológica de Montrul e Slabakova (2003) e assumindo que o Pretérito Imperfeito – por natureza, imperfetivo e não culminado – é compatível com situações interrompidas ou canceladas, o estudo pretende verificar se aprendentes de Português L2 reconhecem essa limitação semântica.

Este trabalho baseia-se na tradição linguística generativa e em estudos anteriores que analisam a aquisição de traços funcionais e semânticos relacionados com o aspeto

gramatical (e.g., Montrul & Slabakova, 2003), procurando compreender a ligação entre morfologia verbal e interpretação aspetual na interlíngua dos aprendentes de Português L2.

a. Participantes

Para o presente estudo foram recrutados 21 falantes adultos de Português L2, com idades compreendidas entre os 18 e os 70 anos ($M = 35,8$; $DP = 16,8$). A maior parte dos participantes foram recrutados a partir dos cursos de Português Língua Não Materna da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A amostra inclui falantes com várias línguas de origem (e.g., inglês, mandarim, russo, ucraniano)^[63]. Em relação ao grau de escolaridade, cerca de 48% dos participantes têm formação ao nível da licenciatura (ou equivalente), 44% têm mestrado e 8% ainda se encontram a frequentar a licenciatura, tendo apenas concluído o ensino secundário.

A partir do *Questionário de Experiência e Proficiência Linguísticas* (LEAP-Q; Marian et al., 2020), foram identificados alguns dos fatores extralinguísticos que contribuíram (ou contribuem) para o processo de aquisição dos participantes. A Tabela 2 quantifica o tempo de residência dos participantes em Portugal, enquanto medidor do grau de exposição natural à língua. A maior parte dos inquiridos encontra-se a residir em Portugal há um ano (24%) ou há três anos ou mais (29%). Cerca de 19% dos participantes moram em Portugal há menos de um ano (para efeitos de mobilidade académica e afins) e 9% residem no país há dois anos. Quatro participantes (19% da amostra) não forneceram nenhuma resposta quanto ao tempo de residência.

Tabela 2. Tempo de residência em Portugal.

Tempo de residência	Participantes	
	<i>N</i>	%
Menos de 1 ano	4	19

⁶³ Dadas as dificuldades em encontrar um número razoável de aprendentes de Português L2 com a mesma L1, a língua de origem não será contemplada como preditor na nossa análise dos resultados. Tendo em conta que o presente estudo conta apenas com 21 participantes e várias línguas nativas, qualquer tentativa de incluir a L1 como variável resultaria em dados estatisticamente enviesados (e potencialmente ininterpretáveis). Um futuro estudo com uma amostra mais extensiva e homogênea de falantes poderá responder a estas questões de influência interlinguística de forma mais rigorosa.

1 ano	5	24
2 anos	2	9
3 anos ou mais	6	29
Sem resposta	4	19

Os participantes foram ainda inquiridos sobre os fatores que contribuem (ou contribuíram) para a sua aquisição do português. A maior parte dos participantes (cerca de 86%) selecionou, *aulas de português* como o fator de maior contributo para o seu processo de aquisição. Este dado não é surpreendente, uma vez que o estudo foi aplicado, maioritariamente, a alunos das aulas de Português Língua Não Materna. Adicionalmente, 64% dos inquiridos aponta o contacto com familiares e amigos nativos de português como fator relevante. A exposição aos média (e.g., televisão, rádio, internet, redes sociais) foi destacada por 59% dos participantes, enquanto 45% revelam ter desenvolvido a língua com recurso a materiais de leitura.

b. Método

A componente experimental do presente estudo consistiu numa Tarefa de Conjunção Frásica (*Sentence Conjunction Task*, SCT; Montrul & Slabakova, 2003; Slabakova, 2001). Nesta tarefa, foram apresentados aos participantes enunciados compostos por uma oração principal com uma situação-matriz e uma oração coordenada adversativa. A primeira oração continha uma situação perspectivada no Pretérito Perfeito ou no Pretérito Imperfeito e a segunda uma situação veiculada no Pretérito Perfeito que implicava o cancelamento ou a interrupção da situação descrita na primeira oração

Segundo Montrul e Slabakova (2003), este tipo de estrutura baseia-se no princípio de que apenas o uso do Pretérito Imperfeito na primeira oração é semanticamente compatível com um potencial cancelamento do estado de coisas na segunda oração. Deste modo, uma frase em que se recorre ao Pretérito Perfeito na primeira oração será sempre semanticamente anómala, pois não é possível cancelar uma situação que é perspectivada como “terminada” (ver (15a)). Por outro lado, se a situação da primeira oração está no

Pretérito Imperfeito, a sua estrutura temporal permite reconfiguração, sendo considerada aceitável nestes contextos (ver (15b)).

- (14) a. ??O autocarro **saiu** da estação às 13h, mas partiu às 14h.
b. O autocarro **saía** da estação às 13h, mas partiu às 14h.

No total, foram incluídos 18 estímulos frásicos (18 itens experimentais + 6 itens de despiste). Os itens experimentais foram equitativamente organizados em três condições, de acordo com o tipo de situação utilizado: A) estados; B) processos culminados, e C) culminações (6 itens cada)⁶⁴. Estas condições foram ainda subdivididas em duas subcondições, relativamente ao tempo verbal usado na primeira oração: a) Pretérito Imperfeito e b) Pretérito Perfeito (3 itens cada por condição). Os estímulos com o Pretérito Imperfeito correspondem a itens aceitáveis, enquanto os estímulos com Pretérito Perfeito correspondem a itens não aceitáveis. Para cada item, os participantes tinham de indicar se a frase lhes parecia fazer sentido (“Sim”) ou não (“Não”). A Tabela 3 fornece alguns exemplos dos estímulos usados no estudo, divididos pelas condições correspondentes.

Tabela 3. Exemplos dos itens experimentais usados na Tarefa de Conjunção Frásica.

Condição	Subcondição	Exemplos	Resposta esperada
A. Estados	PI	O concerto durava duas horas, mas acabou em três horas.	Faz sentido
	PP	O concerto durou uma hora, mas acabou em duas horas.	Não faz sentido

⁶⁴ Não foram incluídos processos na nossa amostra, devido à sua fraca compatibilidade com o tipo de implicaturas conversacionais usadas como estímulos no presente estudo. As frases com os dois tempos verbais geram frases anómalas ou contraditórias na maior parte dos casos.

- (i) ??A Maria *correu* durante uma hora, mas não correu.
(ii) ??A Maria *corria* durante uma hora, mas não correu.

B.	PI	O João ia ao parque, mas ficou na cama.	Faz sentido
	PP	O Pedro foi ao jardim, mas ficou na cama.	Não faz sentido
C.	PI	O metro chegava à paragem às 8h, mas só apareceu às 10h.	Faz sentido
	PP	O comboio chegou à estação às 8h, mas só apareceu às 10h.	Não faz sentido

Os dados foram recolhidos de forma remota através do formulário online *Google Forms*. Estes foram posteriormente analisados estatisticamente através do programa RStudio Build 496, tendo-se procurado identificar os padrões de aceitabilidade atribuído aos estímulos de cada condição. A análise centrou-se na aferição da sensibilidade dos participantes à oposição aspectual [$\pm$ perfectivo] em Português Europeu, bem como na observação de eventuais tendências relacionadas com o tipo de situação.

c. Questões de investigação

Este trabalho, para além dos objetivos já mencionados, tem como propósito responder às três seguintes questões de investigação:

1. Será que falantes de Português Europeu L2 com níveis intermédios de proficiência conseguem compreender as distinções semântico-aspetuais entre o Pretérito Perfeito e o Pretérito Imperfeito?
2. Será que os falantes de Português Europeu L2 estabelecem uma relação entre o aspeto gramatical e a classe aspetual das situações descritas?
3. Haverá algum efeito do tempo de residência, enquanto medidor do grau de exposição à L2, nas taxas de aceitabilidade dos falantes?

Na seguinte secção, será feito um levantamento dos resultados e da sua análise descritiva e inferencial. Os resultados serão depois discutidos à luz das questões de investigação aqui introduzidas.

6. Resultados

6.1. Análise descritiva

A Figura 1 reporta a proporção das respostas dos participantes, de acordo com as condições experimentais, i.e., estados, processos culminados e culminações. Em cada

condição, uma resposta considerada correta corresponde à aceitação pelos participantes das frases introduzidas pelo Pretérito Imperfeito e a sua rejeição das frases introduzidas pelo Pretérito Perfeito. Por outro lado, respostas incorretas são aquelas em que o participante rejeitou as frases introduzidas pelo Pretérito Imperfeito e aceitou as introduzidas pelo Pretérito Perfeito, o que - de acordo com os princípios teóricos explanados nas secções anteriores - resulta em algum tipo de contradição aspetual.⁶⁵

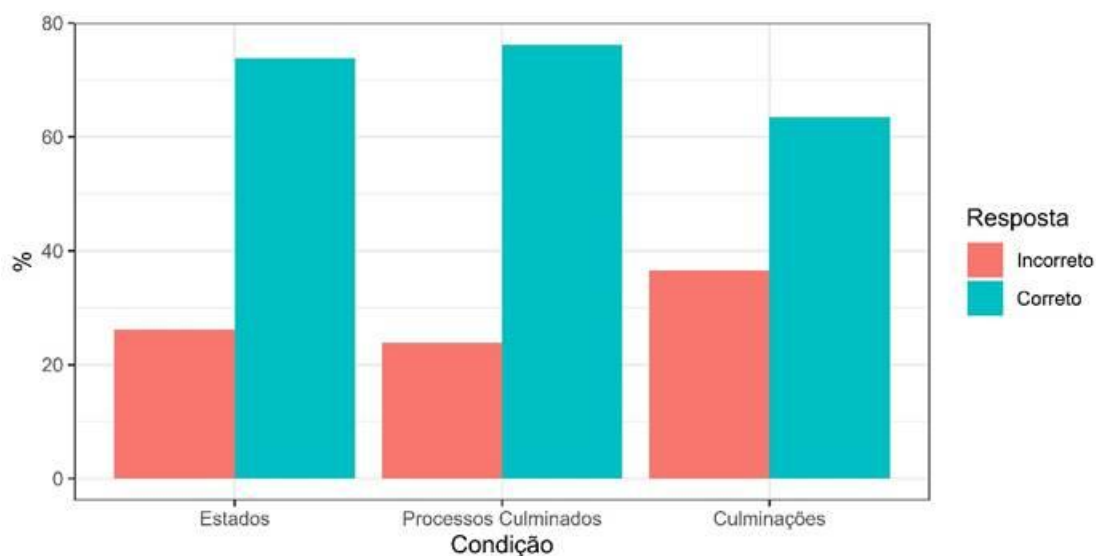


Figura 1. Proporção de respostas corretas e incorretas (em %).

Como se pode observar na Figura 1, a taxa de acerto foi substancialmente superior em todas as condições: 73.8% para os estados, 76.2% para os processos culminados e 63.5% para as culminações. A proporção de respostas corretas na condição dos processos culminados é ligeiramente superior à das restantes condições, embora ainda não seja possível fazer qualquer tipo de previsão em relação a estes dados. Por outro lado, a proporção de respostas incorretas corresponde a 26.2% nos estados, 23.8% nos processos culminados e 36.5% nas culminações. Aqui, as culminações apresentaram uma taxa superior de respostas incorretas. Na seguinte secção, procedemos à análise inferencial dos dados de forma a constatar se estas diferenças têm alguma significância estatística.

⁶⁵ É importante salientar que problemas técnicos na execução do formulário online para realização da tarefa resultaram na não inclusão de um par de estímulos relacionados com a condição dos estados. Estes foram codificados como valores omissos e descartados da nossa análise para evitar enviesar os dados.

6.2. Análise inferencial

No programa RStudio, foi rodado um modelo de regressão logística em que “Resposta” foi inserida como variável dependente (com os valores 1 “correto” e 0 “incorreto”). Condição – i.e., estados, processos culminados e culminações – foi introduzida como variável categórica independente, assim como o Tempo de Residência, medido em meses. A Tabela 4 reporta os resultados do modelo de regressão.

	Estimativa	Valor - <i>p</i>
ProcCulm vs Estado	-0.18	0.615
Culm vs Estado	-0.78	0.027*
Culm vs ProcCulm	-0.60	0.050
TempRes	0.01	0.002**

Tabela 4. Resultados do modelo de regressão logística.

A Tabela 4 revela que há diferenças entre condições, i.e., os processos culminados (ProcCulm) parecem ter uma taxa de acerto inferior à dos estados ($X^2 = -0.18$) e as culminações (Culm) têm uma taxa de acerto inferior à dos estados ($X^2 = -0.78$) e à dos processos culminados ($X^2 = -0.60$). Contudo, nem todas estas diferenças são estatisticamente significativas, como se pode observar pelos valores de significância (valores-*p*), que devem ser inferiores a $p = 0.05$ para que se possa inferir qualquer tipo de efeito. Neste caso, apenas o contraste entre culminações e estados parece ser marginalmente significativo ($X^2 = -0.78$, $p = .027$), o que sugere que os participantes parecem ter mais dificuldade em combinar culminações com o Pretérito Imperfeito. Por outro lado, o efeito do Tempo de Residência em Portugal (TempRes) é estatisticamente significativo ($X^2 = 0.01$, $p = .002$). O valor médio estimado de $X^2 = 0.01$ representa um aumento de 1% na proporção de respostas corretas por cada mês de residência em Portugal. Assim, os participantes que residem em Portugal há mais tempo parecem ter menos dificuldades em interpretar os valores aspetuais dos Pretéritos Perfeito e Imperfeito.

Para prever de que forma estes dados podem ser generalizados à população sob estudo, foi feita uma análise suplementar baseada nas probabilidades previstas de

obtermos os mesmos resultados se repetirmos o estudo com uma maior amostra de participantes. A Figura 2 reporta a distribuição probabilística dos dados por Condição. A taxa de acerto da Resposta é-nos dada em percentagens. No eixo-x, as linhas representam a distribuição prevista dos dados de acordo com intervalos de confiança (IC) de 95% e o ponto representa o valor médio (M) da distribuição.

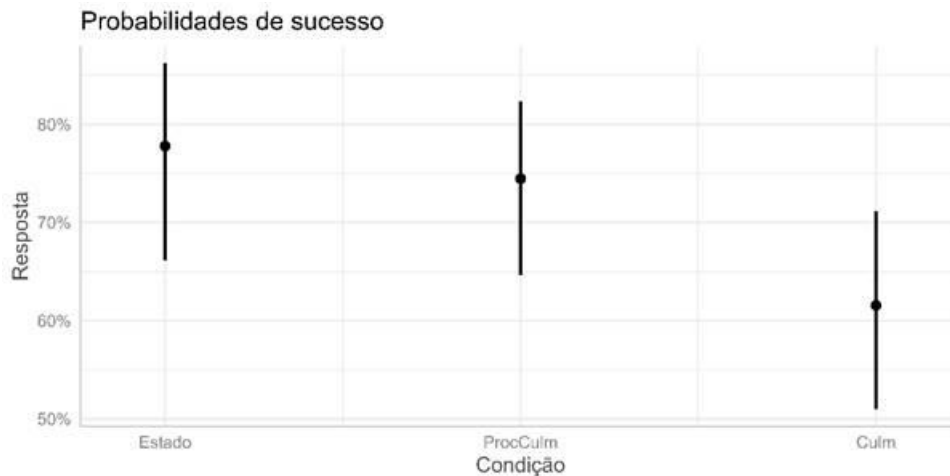


Figura 2. Probabilidades de sucesso por Condição.

Segundo a Figura 2, a probabilidade de sucesso em cada uma das condições segue uma distribuição semelhante à observada nos nossos dados. O modelo prevê que os estados ($M = 78\%$, $IC = 66\%-86\%$) sejam de maior aceitabilidade em relação aos processos culminados ($M = 74\%$, $IC = 65\%-82\%$) e as culminações sejam o tipo de situação mais afetado por possíveis falhas de interpretação ($M = 62\%$, $IC = 51\%-71\%$). A Figura 3 reporta as probabilidades de sucesso do Tempo de Residência em Portugal. Uma vez que se trata de uma variável numérica, a distribuição das taxas de acerto é feita de forma linear de acordo com o número de meses de residência.

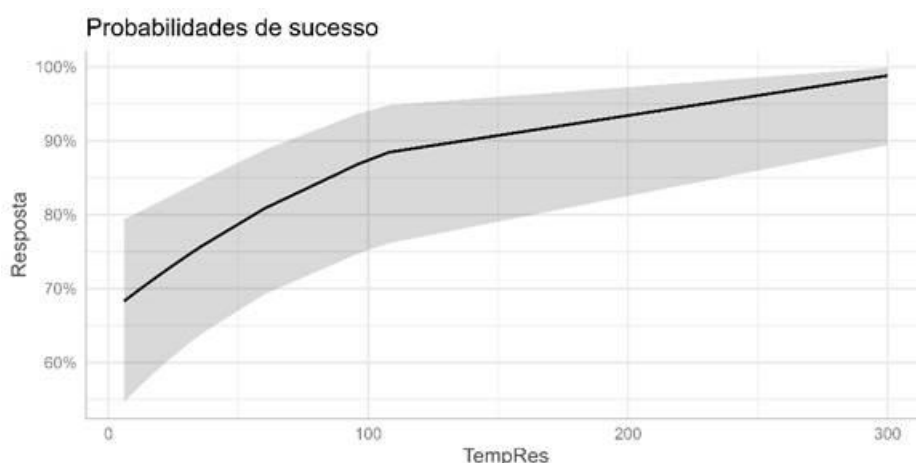


Figura 3. Probabilidades de sucesso por Tempo de Residência (TempRes), medido em meses.

Como se pode observar na Figura 3, a taxa de sucesso está positivamente correlacionada com o aumento do tempo de residência em território português. Para exemplificar, esta análise prevê que alguém com meio ano (seis meses) de residência em Portugal tenha uma média de acerto correspondente a 68%, sendo que se estima que 95% da distribuição se encontre entre 55% e 79%. Por sua vez, alguém com um ano (doze meses) de residência terá uma média de acerto de 70%, com um intervalo de confiança de 57% a 80%. Os resultados também apontam para uma evolução rápida inicial de cerca de 20% da taxa de acerto até 100 meses de exposição (aproximadamente, 8 anos). A partir daí, o modelo estima que a proporção de respostas corretas estabilize entre os 90% e os 100%. Note-se que se trata apenas de uma simulação distribucional com base no modelo e nos dados atuais e que seriam necessários mais estudos para ajustar esta previsão. Na Figura 4, confluem-se as duas variáveis de Condição e Tempo de Residência.

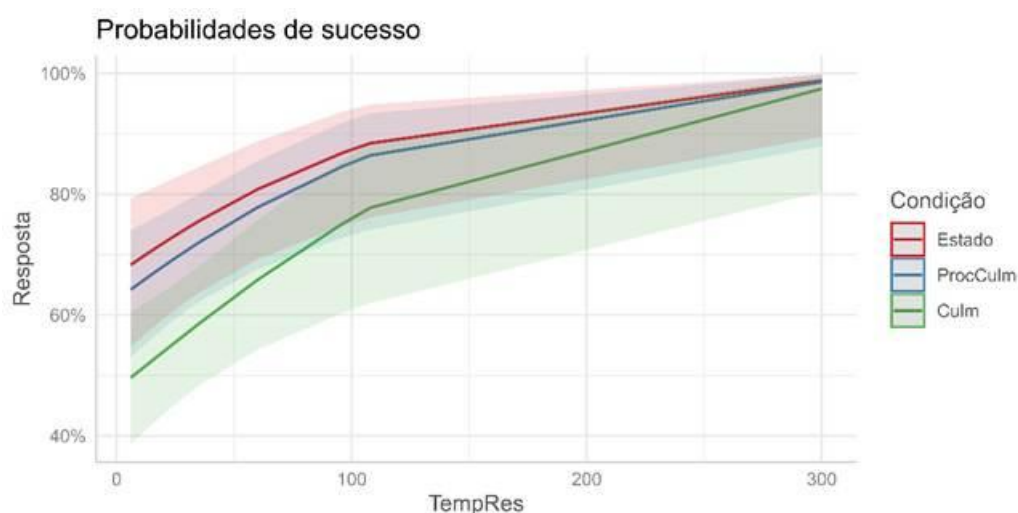


Figura 4. Probabilidades de sucesso por Condição e Tempo de Residência (em meses).

A Figura 4 revela as tendências observadas nos gráficos anteriores. A taxa de sucesso nas respostas dos participantes está correlacionada com o aumento do tempo de residência em Portugal. Apesar de todas as condições manifestarem uma tendência crescente, os estados continuam a ter uma taxa de acerto superior à dos processos culminados e, conseqüentemente, à das culminações. A título de exemplo, o modelo estima que, após dois anos (24 meses) de residência, os estados tenham uma média de sucesso correspondente a 73% (IC = 61%-83%), os processos culminados uma média de 69% (IC = 59%-79%) e as culminações uma média de 55% (IC = 45%-65%). No geral, as diferenças entre os estados e os processos culminados parecem marginais, mas são necessários mais estudos empíricos para atestar a validade destas previsões.

7. Discussão

Os resultados observados apontam para algumas diferenças de aceitabilidade entre classes aspetuais. Em particular, a comparação entre culminações e estados foi estatisticamente significativa, sugerindo que os aprendentes de Português L2 têm mais dificuldades em associar o Pretérito Imperfeito a verbos de culminação, possivelmente devido as propriedades temporais deste tipo de situação. O Pretérito Imperfeito perspetiva situações de acordo com a sua estrutura interna, removendo a culminação intrínseca de eventos télicos e apresentando-os como unidades eventivas abertas, passíveis de reconfiguração para veicular valores aspetuais distintos, como habitualidade,

progressividade ou genericidade (Comrie, 1976; Oliveira, 2003). As culminações são inerentemente instantâneas e compostas por uma culminação e um estado consequente. Os aprendentes podem ter dificuldades em compreender o efeito de mudança aspetual associado aos tempos gramaticais, considerando semanticamente anómala a sua combinação com tipos de situação aparentemente incompatíveis e isto pode explicar a sua tendência para rejeitar o Pretérito Imperfeito com as culminações.

Considerando a classificação aspectual de Vendler (1967), as culminações implicam uma estrutura temporal mais complexa, pois envolvem um ponto final inerente, ao contrário dos estados, que são não dinâmicos e atélicos. Os estados, por não implicarem uma delimitação clara, facilitam a compatibilidade com o Pretérito Imperfeito. O mesmo pode ser evidenciado quando consideramos os estímulos usados no estudo. No exemplo “O concerto durava duas horas, mas acabou em três horas”, apesar de aqui o Pretérito Imperfeito (“durava”) estar a ser usado para descrever uma expectativa de estado contínuo, muitos aprendentes tiveram dificuldades em interpretá-lo. A segunda oração, “mas acabou em três horas” introduz um evento com culminação, o que exige que o falante interprete a primeira oração como um estado planeado ou esperado que foi interrompido. Este tipo de leitura depende fortemente da compreensão dos valores modais e aspetuais do Pretérito Imperfeito.

Os aprendentes parecem ter mais facilidade com estados justamente porque o Pretérito Imperfeito se combina naturalmente com situações estativas mesmo em contextos de oposição ou contraste. Isso reforça a ideia de que o valor semântico do predicado (tipo de situação) interage com a forma verbal, e que essa interação é mais transparente nos estados, o que permite ao falante L2 tomar decisões mais intuitivas.

Os resultados também apontam para um efeito positivo da variável TempRes (Tempo de Residência em Portugal). Esta variável teve um efeito estatisticamente significativo, o que revela que o tempo de residência (e consequente grau de exposição à L2) está positivamente correlacionado com o desenvolvimento do conhecimento semântico-aspetual dos tempos gramaticais, também enquanto mecanismos de mudança aspetual (cf. Oliveira, 2003). Estes dados indicam que a exposição prolongada à L2 pode mitigar, em parte, as limitações apontadas por Hawkins e Chan (1997) na sua teoria dos traços funcionais falhados.

É possível concluir, através dos resultados, que quanto maior é o tempo de residência do falante num território onde a L2 prevalece como língua maioritária – que surge correlacionado com o seu grau de exposição à L2 – mais apurado será também o seu conhecimento das implicações semântico-aspetuais associadas aos Pretéritos Perfeito e Imperfeito e as suas respetivas combinações com os vários tipos de situação.

8. Conclusão

A investigação realizada permitiu verificar que, apesar dos desafios, os aprendentes de Português L2 com níveis intermédios de proficiência e de exposição têm sensibilidade para estabelecer distinções fundamentais, nomeadamente no que diz respeito à compatibilidade entre o uso do Pretérito Imperfeito e os princípios de continuidade ou de interrupção do evento, o que se encontra em consonância com os pressupostos teóricos abordados. Esta tendência sugere que há uma assimilação, ainda que parcial, das noções de imperfetividade associadas a esta forma verbal.

Importa também destacar o papel central do tempo de exposição à língua, do contexto de uso e da prática continuada no desenvolvimento desta competência. Estas variáveis mostram-se cruciais na consolidação de traços gramaticais mais subtis e apontam para a importância de abordagens pedagógicas que privilegiem o uso contextualizado da língua, com especial atenção às distinções aspectuais. Em síntese, os resultados deste estudo sublinham que, embora o domínio do sistema verbal do passado em Português L2 represente um desafio substancial para os aprendentes, não é, de todo, intransponível e está diretamente relacionado com o acesso continuado à língua-alvo. Com estratégias didáticas adequadas, apoio contínuo e uma compreensão aprofundada dos processos cognitivos envolvidos, é possível promover uma aquisição mais eficaz destas formas verbais, contribuindo para uma maior compreensão das suas propriedades temporo-aspetuais na expressão do português.

Embora seja possível inferir estas conclusões com base nos resultados observados, o presente estudo ainda apresenta limitações consideráveis que devem ser exploradas em investigações futuras. A inclusão de um conjunto mais controlado de participantes e um potencial grupo de controlo permitirá observar potenciais efeitos de influência da L1, especialmente quando as línguas apresentam padrões de expressão aspetual distintos. Uma metodologia mais constricta a certos tipos de situação também poderá contribuir para um entendimento mais aprofundado dos processos de aquisição semântico-gramatical dos

aprendentes, com destaque para a relação entre as classes aspetuais dos predicados e o tempo gramatical. Estudos futuros devem atentar a estas considerações para responder às questões que, para os efeitos do presente trabalho, se mantêm em aberto.

Bibliografia

Beck, M. L. (1998). L2 acquisition and obligatory head movement: English-speaking learners of German and the Local Impairment Hypothesis. *Studies in Second Language Acquisition*, 20, 311–348.

Birdsong, D. (Ed.). (1999). *Second language acquisition and the critical period hypothesis*. Erlbaum.

Bongaerts, T. (1999). Ultimate attainment in L2 pronunciation: The case of very advanced late learners. In D. Birdsong (Ed.), *Second language acquisition and the critical period hypothesis* (pp. 133–160). Erlbaum.

Bronckart, J.-P. (1997a). Semiotic interaction and cognitive construction. *Archives de Psychologie*, 65, 95–106.

Bronckart, J.-P. (1997b). *Activité langagière, textes et discours: Pour un interactionisme socio-discursif*. Delachaux et Niestlé.

Comrie, B. (1976). *Aspect* (Cambridge Textbooks in Linguistics). Cambridge University Press.

DeKeyser, R. M. (2000). The robustness of critical period effects in second language acquisition. *Studies in Second Language Acquisition*, 22(4), 499–533.

Dickey, S. M. (2015). *Lexical and grammatical aspect*. Routledge.

Ellis, R. (1994). *The study of second language acquisition*. Oxford University Press.

- Ellis, R. (1997). *Second language acquisition*. Oxford University Press.
- Gass, S. M., & Selinker, L. (2008). *Second language acquisition: An introductory course* (3rd ed.). Routledge.
- Hawkins, R., & Chan, C. Y.-H. (1997). The partial availability of Universal Grammar in second language acquisition: The ‘failed functional features hypothesis’. *Second Language Research*, 13(3), 187–226.
- Johnson, J. S., & Newport, E. L. (1989). Critical period effects in second language learning: The influence of maturational state on the acquisition of English as a second language. *Cognitive Psychology*, 21(1), 60–99.
- Klein, W. (2013). *Time in language*. Routledge.
- Krashen, S. D. (1981). *Second language acquisition and second language learning*. Pergamon Press.
- Lenneberg, E. H. (1967). *Biological foundations of language*. Wiley.
- Leiria, I. (1992). *A aquisição por falantes de português-europeu língua não-materna dos aspectos verbais expressos pelos pretéritos perfeito e imperfeito* (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa). Repositório institucional.
- Long, M. H. (2017). *Problems in second language acquisition* (2nd ed.). Routledge.
- Marc Moens, & Steedman, M. (1988). Temporal ontology and temporal reference. *Computational Linguistics*, 14(2), 15–28.
- Marian, V., Blumenfeld, H. K., Kaushanskaya, M., & Sheng, L. (2020). The Language Experience and Proficiency Questionnaire (LEAP-Q): Ten years later. *Bilingualism: Language and Cognition*, 23(5), 945–950.
- Mateus, M. H. M., Brito, A. M., Duarte, I., & Faria, I. H. (2003). *Gramática da língua portuguesa* (5ª ed.). Caminho.
- Miller, G. A., & Johnson-Laird, P. N. (1976). *Language and perception*. Harvard University Press.

- Paradis, M. (2004). *A neurolinguistic theory of bilingualism* (Vol. 18). John Benjamins Publishing.
- Parsons, T. (1991). *The social system*. Routledge.
- Reichenbach, H. (1947). *Elements of symbolic logic*. Free Press.
- Reyes, G. (1990). Tiempo, modo, aspecto e intertextualidade. *Revista Española de Lingüística*.
- Smith, C. (1991). *The parameter of aspect*. Kluwer Academic Publishers.
- Ullman, M. T. (2001). The declarative/procedural model of lexicon and grammar. *Journal of Psycholinguistic Research*, 30(1), 37–69.
- Ullman, M. T. (2004). Contributions of memory circuits to language: The declarative/procedural model. *Cognition*, 92(1–2), 231–270.
- White, L., & Genesee, F. (1996). How native is near-native? The issue of ultimate attainment in adult second language acquisition. *Second Language Research*, 12(3), 238–265.